

UFRRJ

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS!
Uma análise sobre a mediação da memória do grupo “Cabucu tem histórias”

MARCELLE VERONEZI MIQUELINE LOPES

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS!

Uma análise sobre a midiatização da memória do grupo “Cabuçu tem histórias”

MARCELLE VERONEZI MIQUELINE LOPES

Sob a Orientação da Professora
Elis Regina Barbosa Angelo

e Coorientação da Professora
Isabela de Fátima Fogaça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração em Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L8641 Lopes, Marcelle Veronezi Miqueline, 1988-
Do lado de cá também tem memórias! : Uma análise
sobre a midiaticização da memória do grupo "Cabuçu tem
histórias" / Marcelle Veronezi Miqueline Lopes. - Nova
Iguaçu, 2022.
114 f. : il.

Orientadora: Elis Regina Barbosa Angelo.
Coorientadora: Isabela de Fátima Fogaça.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PPGPaCS, 2022.

1. Midiaticização. 2. Memória Social. 3. Cabuçu. I.
Angelo, Elis Regina Barbosa, 1973-, orient. II.
Fogaça, Isabela de Fátima, 1980-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PPGPaCS. IV. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

ATA N° 132/2022 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)
N° do Protocolo: 23083.006271/2022-15

Seropédica-RJ, 03 de fevereiro de 2022.

Marcelle Veronezi Miqueline Lopes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E APROVADA EM 02/02/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações, as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas.

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 14:15)

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1744846

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 09:36)

EULER DAVID DE SIQUEIRA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1243562

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 09:21)

ISABELA DE FÁTIMA Fogaça
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1771910

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 10:36)

THIAGO DE SOUZA DOS REIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 106.055.867-05

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 21:23)

VALERIA LIMA GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 033.504.947-81

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **132**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **03/02/2022** e o código de verificação: **ad136123ac**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois foi graças à força da fé que eu não desisti frente às grandes provas que passaram pela minha vida nesse período.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado me incentivando, me auxiliando e me motivando a correr atrás dos meus objetivos e não desistir em meio aos contratempos que a vida frequentemente nos oferece.

Às minhas orientadoras, que me auxiliaram em todo o processo de realização dessa dissertação, mesmo em meio às dificuldades da pandemia, sempre estavam dispostas a me transmitir o suporte que eu precisava.

Aos meus professores, e aqui estendo a todos os professores do PPGPaCS. Foi graças ao curso que eu compreendi valores importantes que vão me auxiliar tanto em minha trajetória profissional quanto pessoal.

E a todos que de forma direta ou indireta me auxiliaram no percurso desse trabalho.

Não foi fácil, principalmente por estarmos (ainda) em um período de pandemia. Mas foi graças a essa rede maravilhosa de contatos que eu consegui. A todos vocês, o meu muito obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

LOPES, Marcelle Veronezi Miqueline. **Do lado de cá também tem memórias!** Uma análise sobre a mídiatização da memória do grupo “Cabuçu tem histórias”. 2022. 114p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

Esta pesquisa busca analisar as especificidades da dinâmica do formato de criação, organização e exposição de memórias dos participantes da página do Facebook “Cabuçu tem histórias” no processo de construção de uma memória coletiva do bairro Cabuçu, com a finalidade em particular dos integrantes na preservação e divulgação de suas memórias e história. Apresenta como principal problemática a análise da forma que a integração e as relações de trocas ocorridas nesse ambiente virtual estão colaborando para a construção de uma memória coletiva e preservação dos significados e representações sociais dos bens culturais do bairro para seus moradores e ex-moradores. As inquietações geradas a partir de observações participantes nas postagens da página proporcionaram a construção do problema, verificando-se, ainda, as cooperações espontâneas dos integrantes frente às mensagens e relatos de fatos individuais, ou ainda, vivenciados em comum, relacionados às publicações. Por meio do método indutivo, busca-se compreender a dinâmica dos processos de troca entre os participantes da página através de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com administradores do grupo, além da análise de dados quantitativos e qualitativos da página. Para tanto, levou-se em consideração algumas extensões da realidade organizacional da página, como as regras e a forma com que cada um se expressa diante de uma postagem. Como resultado, percebe-se que a página “Cabuçu tem histórias” se constitui como um espaço virtual de expressão do pertencimento, identidade, memórias coletivas e histórias dos moradores do bairro, através do reconhecimento do espaço pelo olhar da comunidade e da memória coletiva dos participantes. Ademais, reforça-se a ideia pela qual o ciberespaço se configura atualmente como um espaço de esfera pública digital, utilizado para expressar opiniões, reforçar identidades e realizar amplas discussões, incluindo questões sobre a memória, história e patrimônio cultural.

Palavras-chave: Mídiatização, Memória social, Cabuçu.

ABSTRACT

LOPES, Marcelle Veronezi Miqueline. We have got memories out here too! An analysis about the mediatization of memory of the "Cabuçu Tem Histórias" Group. Uma análise sobre a midiatização da memória do grupo "Cabuçu tem histórias". 2022. 114p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2022.

This research seeks to analyze the specificities in the dynamics of the creation, organization and exhibition of memories of the members of the Facebook page "Cabuçu tem histórias" in the process of construction of a collective memory of the Cabuçu neighborhood, considering the members' particular purpose in preserving and disseminating their memories and history facts. Its main issue is the analysis of the way in which the integration and personal exchanges occur in this virtual environment are contributing to the construction of a collective memory and to the preservation of meanings and social representations of the neighborhood's cultural assets for its residents and former residents. The concerns observed from participant observations on the page's post led to the construction of the research's problem, also verifying the spontaneous cooperation of the members regarding the messages and reports of individual facts, or even those experienced in common, related to the publications. Through the inductive method, we seek to understand the dynamics of the exchange processes between the participants of the page throughout bibliographic and documentary research and interviews with group administrators, in addition to the analysis of quantitative and qualitative data on the page. For that, some extensions of the organizational reality of the page were taken into account, such as the rules and the way each one expresses themselves when they come across some post. As a result, it is clear that the page "Cabuçu tem histórias" constitutes as a virtual space for the expression of belonging, identity, collective memories and stories of the residents of the neighborhood, through the recognition of the space through the eyes of the community and the collective memory of its participants. Furthermore, it reinforces the idea that cyberspace is currently configured as a digital public sphere space used to express opinions, to reinforce identities and to carry out broad discussions, including questions about memory, history and cultural heritage.

Keywords: Mediatization, Social memory, Cabuçu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O BAIRRO E O NOVO NORMAL ALIADO ÀS VELHAS LEMBRANÇAS.....	5
1.1 Afinal, Onde Fica Cabuçu?.....	5
1.2 Do Portão De Casa À Internet: Uma Mudança De Paradigma Nas Relações Sociais.	22
CAPÍTULO II DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS?.....	33
2.1 Por Uma Representatividade De Memória	33
2.2 A Memória No Cotidiano Dos Sujeitos Sociais.	46
CAPÍTULO III A PÁGINA E SUA IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO DA CULTURA PELO OLHAR DOS MORADORES	58
3.1 Grupo “Cabucu Tem Histórias”: Potencialidades Da Contribuição Do Ambiente Virtual Para A Construção E Conservação Da Memória Local	58
3.2 Limitações Do Uso Da Internet Para A Conservação Da Memória.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
APÊNDICES	88
A – Termo de consentimento da participação da pessoa como sujeito.....	88
B – Roteiro da entrevista com as administradoras da página “Cabucu tem histórias”. .	88
C – Transcrição das entrevistas com as administradoras.....	88
APÊNDICE A – Termo de consentimento da participação da pessoa como sujeito.....	89
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com as administradoras da página “Cabucu tem histórias”.....	90
APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas com as administradoras.....	92

INTRODUÇÃO

As reflexões desbravadas em relação a esta pesquisa levaram, em um primeiro momento, ao relato do caminho percorrido para definição de seu objeto e problemática. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS), havia uma concepção inicial do que seria patrimônio cultural, talvez pela cristalização generalizada dos patrimônios de pedra e cal – considerados patrimônios materiais – como referência ao que possa ser considerado ou não como patrimônio para a sociedade. Assim, foi a partir das reflexões propostas em cada disciplina e pela apropriação de conceitos, por meio de estudo e leituras sobre a temática, que uma nova percepção acerca das questões patrimoniais começou a ser desenvolvida, e a perspectiva de um novo objeto e problemática começou a se desenhar.

Talvez por questões intrínsecas à forma como os próprios moradores enxergam a Baixada Fluminense, ou seja, o lugar que a “Baixada” ocupa no imaginário dos habitantes do Rio de Janeiro (Estado), que inclui o próprio município de Nova Iguaçu, havia a ideia de que não seria possível a construção do objeto de pesquisa relacionado à memória, ou ainda, ao patrimônio próximo ao local de moradia. Ideias que, após a imersão no PPGPaCs e nas discussões acerca do patrimônio, foram se desmitificando e se abrindo à reflexão.

O encantamento relacionado ao objeto inicial de pesquisa – vinculada à questão patrimonial da região central da cidade do Rio de Janeiro – foi se desfazendo, e a temática da Baixada Fluminense se tornou, cada vez mais, interessante, pois, descortinavam-se questões muito “caras” para um morador da Baixada, como a autora desta pesquisa.

O tempo e, até mesmo, o distanciamento do objeto foram cruciais para uma mudança radical da pesquisa. Foi constatado que o significado que as pessoas – aqui representadas pela pesquisadora – dão às coisas, fazem com que elas tenham sentido. Assim, o pertencer à “Baixada” aflorou no subconsciente da autora desta dissertação – uma cidadã iguaçuana com toda sua história de vida na região – estimulando a realização deste trabalho de pesquisa.

Regularmente, por motivos diversos, são realizados pareceres rígidos sobre a Baixada Fluminense e, assim, muitos moradores, muitas das vezes, passam a omitir seu local de origem, para não receberem os efeitos do preconceito que disso resulta. Com a autora desta pesquisa não foi diferente; infelizmente foi um exemplo desses moradores que sofreram esses efeitos e, trabalhando no centro da cidade do Rio de Janeiro, morando na Baixada Fluminense e enfrentando a rotina desgastante, muitas vezes, sofre desestímulo, até mesmo, por parte dos colegas de trabalho de evidenciar seu pertencimento ao seu lugar. Por isso, compreendeu-se por que era comum a saída de moradores da região, após melhoria na condição econômica, para locais mais valorizados socialmente.

Ouvir e ler sobre a “Baixada” sempre traz à memória os estigmas de violência, pobreza e poluição. E, com isso, deixamo-nos influenciar por um consenso relativizado como este, esquecendo que a realidade social é plural, diversa, e que não é sobre o que cada um acha que pode ou deve ser considerado relevante ou irrelevante uma localidade e o grupo que ali habita.

A realidade em si vai além, pois é efeito das interações sociais destes indivíduos, construída em seu cotidiano, negociada e mantida pelas relações sociais, conscientes ou não, realizadas pelos sujeitos sociais. Assim sendo, esse território tão estigmatizado é, do mesmo modo, portador de um berço natural e cultural muito rico, pouco estudado e aproveitado na literatura.

Partindo dessa premissa, de região excluída, marginalizada e estereotipada, essa pesquisa se insere na busca do desvendar da região, tentando aproveitar as lacunas na historiografia e na própria construção imaginária da população sobre si e todo seu acervo de bens e patrimônios culturais que referenciam a história, muitas das vezes, esquecida, descuidada e, mesmo, escamoteada por outras referências.

O objeto de estudo deste trabalho é um grupo da rede social, com alcance mundial, Facebook, intitulado “Cabuçu tem histórias”, e o processo de construção de uma memória coletiva do bairro Cabuçu, localizado na periferia da cidade de Nova Iguaçu, a partir da iniciativa dos participantes do grupo, dos apoiadores e injetores de memórias.

O grupo conta com mais de quatro mil membros, todos autodenominados moradores ou ex-moradores do bairro Cabuçu. Os participantes expõem suas memórias de forma livre, contando com complementos e, até correções, dos demais participantes. Apesar de o grupo ter sido criado em janeiro de 2019, ou seja, ter um curto período de existência percebe-se uma significativa adesão, com um grande número de postagens. Para controlar o amplo fluxo de postagens, o grupo conta com quatro administradoras e uma moderadora, além de regras de comportamento para os membros. Apesar de estar visível para qualquer pessoa que pesquisar o grupo na plataforma do Facebook, somente os membros podem ver quem está no grupo e o que é publicado nele, portanto caracterizando-se como um grupo fechado.

Assim, iniciou-se um processo de investigação exploratória, que culminou nos seguintes questionamentos: De que forma a integração e as relações de troca, ocorridas no grupo do Facebook: “Cabuçu tem histórias”, estão colaborando para a construção e preservação de uma memória coletiva do bairro? Em que medida essa interação desperta os sentidos e o imaginário da população pertencente ao bairro? Isso se configura como sentido de memória? E o bairro como lugar de memória?

Nesta perspectiva, buscou-se compreender os significados e as práticas sociais referentes aos participantes deste grupo, o relacionamento proposto através dessa rede social e de que forma eles apresentam, sustentam e constroem uma relação de troca de memórias. Foi neste sentido que se propôs compreender, através da construção do aporte teórico, questões relacionadas a esse agir coletivo, impulsionado pela mediatização.

Assim, as inquietações relacionadas à construção do problema, originaram-se a partir de observações participantes nas postagens da página, pelas quais foram verificadas as cooperações espontâneas dos integrantes frente a cada nova mensagem, e o empenho com que cada um relatava fatos individuais com o objetivo de complementar a publicação inicial.

De acordo com Chizzotti (2006, p. 109), “há uma gama de possibilidades (...) ao lidar com vidas humanas, sempre fluentes, versáteis e imprevisíveis”, por isso, ao observar o relacionamento proposto na plataforma social, percebeu-se a disponibilidade e abertura com que os membros participavam e postavam situações corriqueiras, mas que marcaram de alguma forma suas histórias de vida. E o estudo de caso se configurou como um paradigma para analisar essa estrutura, a partir da compilação de informações sobre os desdobramentos do grupo para “conhecer como são ou como operam em um contexto real e, tendencialmente, (...) justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados” (CHIZZOTTI, 2006, p.135).

Assim, sob a forma de um estudo de caso instrumental (CHIZZOTTI, 2006, p. 137), busca-se entender e propor diálogos acerca de como se desenvolve a questão relacionada à mediatização de memórias frente às mais diversas demandas sociais, especificamente, estruturas sociais até então marginalizadas e que possibilitaram, a partir de novos espaços de relacionamento, como as redes sociais, desenvolver um novo caminho de perpetuação de suas memórias individuais e coletivas.

Utilizou-se o método indutivo para a análise e interpretação dos dados, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa. Essa abordagem foi escolhida por apresentar um caminho particular até uma questão mais ampla, aqui na pesquisa relacionada com a questão da memória e da mediatização, utilizando a página “Cabuçu tem histórias” como objeto de análise. Através deste método, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.87) é possível coletar e observar os fenômenos relacionados ao objeto, além de sistematizar dados, elaborar hipóteses e chegar a uma conclusão sobre as questões analisadas.

A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar de que forma os participantes do grupo “Cabuçu tem histórias” interagem a fim de reunir informações para a construção de uma memória coletiva do bairro Cabuçu, com a finalidade de preservação e divulgação de sua história, a partir do despertar de sentidos presentes no imaginário da população pertencente ao bairro acerca dos bens culturais locais.

Como objetivos específicos, pretende-se: caracterizar o bairro Cabuçu a partir da formação da região da Baixada Fluminense; refletir acerca da noção de memória e representações sociais, bem como sobre a relação memória e história; descrever a organização da página “Cabuçu tem histórias”; analisar as transformações ocorridas a partir da interação com as novas mídias na comunicação virtual; e por fim, refletir acerca dos limites e desafios do resgate da memória frente às novas tecnologias de comunicação e informação.

A metodologia da pesquisa, quanto aos objetivos, é de caráter exploratório e consiste em levantamento bibliográfico e documental; e de caráter descritivo e indutivo, na análise, coleta e levantamento de dados quantitativos e qualitativos da página, além de entrevistas com as administradoras e a moderadora do grupo. Por conta da especificidade do momento de isolamento social, as entrevistas foram realizadas em ambiente virtual, em formato semiestruturado (roteiro e transcrição nos Apêndices B e C). Os instrumentos metodológicos que foram utilizados consistem em fontes orais, por meio da observação e realização das entrevistas supracitadas, documentais e bibliográficas.

No capítulo 1, em um primeiro momento, foram levantados estudos sobre a Baixada Fluminense, região em que está inserido o bairro de Cabuçu. Utilizando a análise de documentos oficiais sobre Nova Iguaçu, município importante para a formação da região baixadiana, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ). Assim, foi possível realizar um panorama histórico e socioeconômico da região. Os estudos de Simões (2006) contribuíram para a compreensão sobre a história e a transformação do território ao longo do século XX. Ademais, os estudos de Rodrigues (2006) foram fundamentais para a discussão sobre a história da Baixada, e possibilitaram o alinhamento cronológico e social na formação da região. Albuquerque (2021) trouxe à tona a problemática da violência na Baixada Fluminense, desde a época agrícola até o quadro atual, dos grupos paramilitares de extermínio. Enfim, encerrou-se o primeiro momento com a apresentação do bairro, seu contexto dentro da macrorregião denominada Baixada Fluminense, pertencente, em caráter administrativo, à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ). É importante destacar a limitação de bibliografia sobre o bairro Cabuçu, o que também se revelou uma das limitações para nosso estudo, visto que, ratificando a motivação para criação da página “Cabuçu tem histórias”, não há uma história oficial do bairro, sendo necessários estudos a partir de documentos sobre localidades próximas ou que trazem informações sobre a região.

Na segunda parte do capítulo 1, foram explorados os limites e desafios do resgate da memória frente às novas tecnologias de comunicação e informação, em especial, acerca de como elas têm auxiliado no desenvolvimento de uma esfera pública digital e divulgação de bens culturais. Foram examinadas as investigações de: Jürgen Habermas (2003), sobre a estruturação e transformação da esfera pública; Pierre Lévy (1996, 1999) sobre o fenômeno da cibercultura e a virtualização enquanto um fluxo de ideias contínuo que geram impactos na sociedade; Luís Mauro Sá Martino (2014) na análise de uma nova esfera pública conectada; Douglas Kellner (2001, 2006) na análise crítica da cultura da mídia e as relações; Raquel Recuero (2009) sobre as redes sociais e comunidades virtuais; e, André Lemos (2005) acerca das práticas da cibercultura e os impactos da cultura digital na sociedade.

No capítulo 2, foi discutido sobre o fenômeno da memória a partir dos estudos de Paul Ricoeur (2003, 2010), realizando conexões com as análises de outros autores, como: Pierre Bourdieu (1989, 2007) e seus estudos sobre as trocas simbólicas, o poder simbólico e as

estruturas presentes na vida social; Pierre Nora (1993) no que tange à memória e à história e os significados destes produzidos na sociedade, distinguindo tradições (memória) ou separando e unificando memórias (história); Maurice Halbwachs (1990), com o qual se buscou argumentar sobre a memória coletiva em contraponto a memória individual; e, para complementar, Michael Pollak (1989, 1992), na discussão dos conteúdos relacionados aos indicadores propostos para a construção da memória coletiva.

Na segunda parte do capítulo 2, foi analisada a relação entre memórias em rede e as memórias dos sujeitos com os estudos de Ecléa Bosi (2003, 2012) sobre as narrativas de grupos sensíveis sobre suas vidas, seus objetos biográficos e suas memórias. Fentress e Wickham (1992) ajudaram a compreender sobre a memória individual e o lado público e social da memória. Jacques Le Goff (1990), nas reflexões sobre o binômio história e memória; e, retomando Paul Ricoeur (2003, 2010) pudemos discutir sobre os restos e rastros da memória e a narrativa como trânsito da história.

Por fim, no capítulo 3, são apresentados resultados da pesquisa empírica junto ao grupo, a fim de compreender a dimensão cultural dos bens apresentados e destacados pelos participantes e alcançar os objetivos desta pesquisa. Para identificação das relações de troca ocorridas nesse ambiente virtual a partir de suas postagens, foi realizada a análise de dados quantitativos e qualitativos das publicações e comentários da página “Cabucu tem histórias”. Para alcançar este fim, foram realizadas observações e registros das trocas simbólicas e relações ocorridas entre/sobre os participantes, a comunidade local e o bairro em si. Ademais, ao final do capítulo 3, são apresentados dados das entrevistas semiestruturadas realizadas com as administradoras e a moderadora do grupo, elaborando uma análise mais detalhada sobre a formação da organização e do contexto de criação e organização da página.

CAPÍTULO I - O BAIRRO E O NOVO NORMAL ALIADO ÀS VELHAS LEMBRANÇAS

Neste primeiro capítulo, inicialmente, busca-se situar o leitor sobre onde se encontra Cabuçu, bairro pertencente ao município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A própria característica geográfica estadual possibilita múltiplas ideias de onde poderia estar localizada, geograficamente, a Baixada Fluminense, e conseqüentemente, o bairro de Cabuçu.

Ao se pensar em uma região do estado do Rio de Janeiro, conclui-se que pode estar localizada próximo às belas praias que são mostradas pela mídia nacional e internacional... junto ao mar? da serra? do centro histórico e comercial? no interior? E, tão logo, há um desapontamento. Apesar de a Baixada Fluminense ter parte de litoral e contar com vasto patrimônio histórico, o bairro Cabuçu não está em região litorânea e o que tem de cultura e história é, praticamente, desconhecido. De fato, está localizado em um dos municípios da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu, um município que durante sua existência enfrentou desmembramentos e perdas de seu território total, mas permanece como importante polo econômico e social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Nesse sentido, na primeira parte desse capítulo são levantados os estudos sobre a Baixada Fluminense, Nova Iguaçu e, por fim, o bairro Cabuçu. Através das informações coletadas, procurou-se realizar um panorama histórico e socioeconômico desta região, a fim de caracterizar a realidade pela qual ela se insere.

Ademais, a mudança de paradigma nas relações sociais frente ao avanço das novas tecnologias de informação e comunicação também tem modificado as relações entre as pessoas, por mais simples que sejam. Aproximando pessoas que há muito se encontravam distantes, ou, ainda, abarcando momentos de conversas descontraídas entre colegas, amigos, família... a internet hoje possibilita uma comunicação facilitada através de redes sociais e canais de comunicação online. Todavia, para que esse espaço virtual pudesse se tornar parte do cotidiano de grande parte da população houve uma série de desdobramentos, técnicos e sociais, que fizeram com que o ciberespaço se tornasse popular. E, é esta discussão que será proposta na segunda parte deste capítulo.

1.1 Afinal, Onde Fica Cabuçu?

Nova Iguaçu,
Terra linda e encantadora,
Desde os tempos de outrora,
Dos meus velhos ancestrais,
Tens uma história
Cheia de belezas mil,
O encanto fluminense
É orgulho do Brasil
A Maxambomba
Dos engenhos do passado,
Nova Iguaçu
Dos dourados laranjais.
Hoje feliz,
Com teu rico alvorecer,
Com teu progresso e beleza,
Fiz consulta à natureza
És grande desde o nascer. (Hino de Nova Iguaçu)

Cabuçu se localiza na periferia de Nova Iguaçu, um dos municípios pertencentes à região da Baixada Fluminense. Apesar de sua história mais recente de desenvolvimento pungente, ao ser comparado com outros municípios, ou até mesmo a capital do Estado, Nova Iguaçu ainda sofre com marcas deixadas pelo seu passado, não tão longínquo, de descaso de investimentos públicos e desmembramentos territoriais. Para isso, é importante descrever, primeiramente, as características da Baixada Fluminense, uma vez que, hoje, o município de Nova Iguaçu, é peça-chave para a constituição geográfica, econômica e social da região.

Não se pretende aqui escrever um histórico completo sobre o processo de formação da região Baixada Fluminense. Todavia, é importante destacar as particularidades desta região, localizada na RMRJ.

Partindo de suas características geográficas naturais, a Baixada Fluminense se encontra localizada entre a serra e o mar. Segundo Simões (2006, p. 54), recebeu este nome “a partir da nítida diferenciação entre as partes mais elevadas do Estado e sua parte rebaixada, se referindo a uma unidade física de caráter geomorfológico, cuja principal característica era de apresentar-se num patamar inferior ao paredão da Serra do Mar”.

O decorrer do século XX marcou uma imensa transformação neste território, configurando-se, hoje, uma região com participação relevante na economia do Rio de Janeiro. De acordo com Simões (2006, p.89), “com a redefinição do papel da Baixada Fluminense na economia do Rio de Janeiro, ela deixa de ser um local de passagem para definitivamente ser integrada na condição de espaço urbano periférico subordinado ao núcleo.”

A ocupação da Baixada Fluminense teve em seu processo uma vinculação à dinâmica econômica e expansão fundiária da cidade do Rio de Janeiro, nesse período, Distrito Federal (ALBUQUERQUE, 2021, p.19). Na década de 1970, através da Lei Complementar Federal nº 20, de 1974, é criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), possibilitando assim um acelerado processo de urbanização, atrelado ao projeto nacional.

Sobre a criação desta região, Albuquerque (2021, p.19) destaca que:

A área metropolitana fluminense nasceu formada por dois estatutos jurídicos distintos, o do Estado da Guanabara e o do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, mesmo após a transferência da capital do país para Brasília em 1960 e posterior criação da RM, continuaram vinculados à cidade do Rio de Janeiro. Em virtude dessas condições, a região expressa de forma cristalina sua condição periférica no bojo da RMRJ.

A Baixada Fluminense se converte então em “área periférica da área metropolitana fluminense”, e, segundo Albuquerque (2021, p.19), “tal condição periférica se expressa, também, no perfil socioeconômico de sua população e, de maneira mais perversa, nas políticas públicas destinadas aos municípios que a compõem”. Ademais, vincula-se a uma imagem de região violenta, que, segundo o autor, “acompanha a construção imagética dessa região”:

À revelia das forças de segurança oficiais ou a partir de seu consentimento, os “coronéis” da Baixada Fluminense foram paulatinamente elaborando as leis, proferindo as sentenças e promovendo as execuções – das sentenças e dos sentenciados. As tensões geradas por esse processo resultaram em transformações significativas para esse recorte espacial. Em um cenário de instabilidade quanto aos limites da propriedade fundiária, a violência passou a funcionar como um mecanismo efetivo para demarcação dessas “fronteiras” privadas. A associação da Baixada Fluminense com a violência nasceu dessa tensão gerada entre os “posseiros” e aqueles que se autodenominavam proprietários das terras. Como consequência, ao passo em que ditava a lógica fundiária, a coerção física também inaugurava um território do medo na Baixada Fluminense (ALBUQUERQUE, 2021, p.21).

Após o período de violência ligado à questão fundiária, as ineficientes políticas de segurança pública deflagraram um novo arranjo na questão da violência nesta região. Segundo Albuquerque (2021, p.22), “a violência do extermínio foi assim convocada para garantir a manutenção dos interesses econômicos e políticos dos que tinham na Baixada seus grandes negócios”, consolidando a formação de grupos paramilitares. Ainda segundo o Albuquerque (2021, p.22), a ditadura militar “inaugurou, assim, um novo momento no tocante à prática da coerção física na Baixada Fluminense”:

Se a disputa fundiária marcou a primeira fase cronológica da violência como força política, a questão ideológica, juntamente com outras disputas territoriais de variadas ordens, permeou a segunda fase. Ancorados no lema “bandido bom é bandido morto”, nesse período histórico, os grupos de extermínio torturavam e matavam pessoas que cometiam delitos como roubos (ALBUQUERQUE, 2021, p.22).

Na atualidade, a questão da violência na Baixada Fluminense continua fazendo parte da estrutura imagética da população fluminense o que faz com que sua história e o patrimônio resultante desta seja negligenciado.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2021), foi estruturada a tabela abaixo com os principais delitos de janeiro a junho de 2020/2021 nos municípios com maior concentração populacional da Baixada Fluminense (Duque de Caxias com 929.449 habitantes e Nova Iguaçu com 825.388 habitantes) e na capital do Estado – Rio de Janeiro (com 6.775.561 habitantes – dados populacionais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2021), com os quais se pode visualizar um comparativo.

Tabela 1. Comparativo de indicadores de segurança pública – municípios mais populosos da Baixada Fluminense versus a capital do Estado

Município	Indicador	Jan/Jun 2020	Jan/Jun 2021	Varição
Duque de Caxias	Total de roubos	5.356	5.219	-2.6%
Nova Iguaçu		3.538	3.399	-3.9%
Rio de Janeiro		34.688	33.517	-3.4%
Duque de Caxias	Homicídio doloso	112	123	9.8%
Nova Iguaçu		140	99	-29.3%
Rio de Janeiro		523	403	-22.9%
Duque de Caxias	Crimes Violentos Letais Intencionais	120	126	5.0%
Nova Iguaçu		142	103	-27.5%
Rio de Janeiro		548	430	-21.5%
Duque de Caxias	Estupro	129	185	43.4%
Nova Iguaçu		131	147	12.2%
Rio de Janeiro		651	769	18.1%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ, 2021)

Com isso, comparando os dados do IBGE Cidades (2021) e do ISP-RJ (2021), a capital do Rio de Janeiro apresenta 7,3 vezes a população de Duque de Caxias e 8,2 vezes a população de Nova Iguaçu. Entretanto, essa diferença em relação aos principais delitos apresentados na Tabela 1 não se mostra compatível com a diferença populacional, enfatizando um maior número de crimes nos municípios da Baixada Fluminense analisados por habitante, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2: Comparativo de indicadores de segurança pública do ISP-RJ versus dados populacionais do IBGE Cidades (2021)

Município	Indicador	População estimada 2021	Jan/Jun 2021	Relação percentual por habitante
Duque de Caxias	Total de roubos	929.449	5.219	0,56%
Nova Iguaçu		825.388	3.399	0,41%
Rio de Janeiro		6.775.561	33.517	0,49%
Duque de Caxias	Homicídio doloso	929.449	123	0,01%
Nova Iguaçu		825.388	99	0,01%
Rio de Janeiro		6.775.561	403	0,006%
Duque de Caxias	Crimes Violentos Letais Intencionais	929.449	126	0,01%
Nova Iguaçu		825.388	103	0,01%
Rio de Janeiro		6.775.561	430	0,006%
Duque de Caxias	Estupro	929.449	185	0,02%
Nova Iguaçu		825.388	147	0,02%
Rio de Janeiro		6.775.561	769	0,01%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do ISP-RJ (2021) e IBGE Cidades (2021).

Assim, ao se analisar apenas esses dados, já é possível compreender o porquê da rotulação e imagética de violência presente na Baixada Fluminense, pelo panorama de violência apresentado.

Conduzindo a caracterização para a questão de ocupação espacial da região baixadiana, ao iniciar a ocupação, o território tinha como principal característica a circulação fluvial, que contribuía para o escoamento da produção do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. Essa circulação permitiu, igualmente, o desenvolvimento de sua ocupação. Contudo, segundo Rodrigues (2006, p.24), “existiam significativos inconvenientes ligados diretamente a esse tipo de transporte, tais como a dependência das marés nos baixos cursos, o baixo nível das águas nos tempos das secas, além do constante entulhamento dos rios e canais”.

Além da circulação fluvial, o caminho de terra firme se constituiu como alternativa às áreas alagadas características da região, no século XIX. De acordo com Rodrigues (2006, p.24), a via foi construída “no sopé da Serra de Madureira que, por sua vez, abrigava uma área de geografia consolidada que permitia o escoamento da água, sendo, portanto, uma região de terrenos firmes”, fazendo com que a região adquirisse um uso específico.

Com as inovações trazidas da Europa, a partir da Revolução Industrial, houve a introdução da máquina a vapor na infraestrutura de transportes do Rio de Janeiro. Ainda no século XIX, construções de ferrovias fizeram a ligação entre pontos e portos entre Iguassú e Rio de Janeiro:

Em 1854, o Barão de Mauá inaugura a Estrada de Ferro Mauá, unindo o fundo da baía de Guanabara (Porto de Piedade) à Raiz da Serra. Quatro anos depois, em 1858, a Estrada de Ferro Pedro II completa seu primeiro trecho, fazendo a ligação entre as estações de Maxambomba e Queimados, ambas pertencentes à Iguassú. Em 1864 essa ferrovia já alcançava o Vale do Paraíba. (RODRIGUES, 2006, p.34)

Com o advento das ferrovias, o transporte de mercadorias tornou-se mais rápido e mais barato frente ao fluvial. Conforme Rodrigues (2006, p.35), o transporte ferroviário não possuía “as inconveniências características do transporte flúvio-marítimo, como a dependência da maré nos baixos cursos, o baixo nível das águas nos tempos de seca, além do constante entulhamento dos rios e canais.” Ademais, “os trilhos estavam localizados nas áreas livres de alagamento,

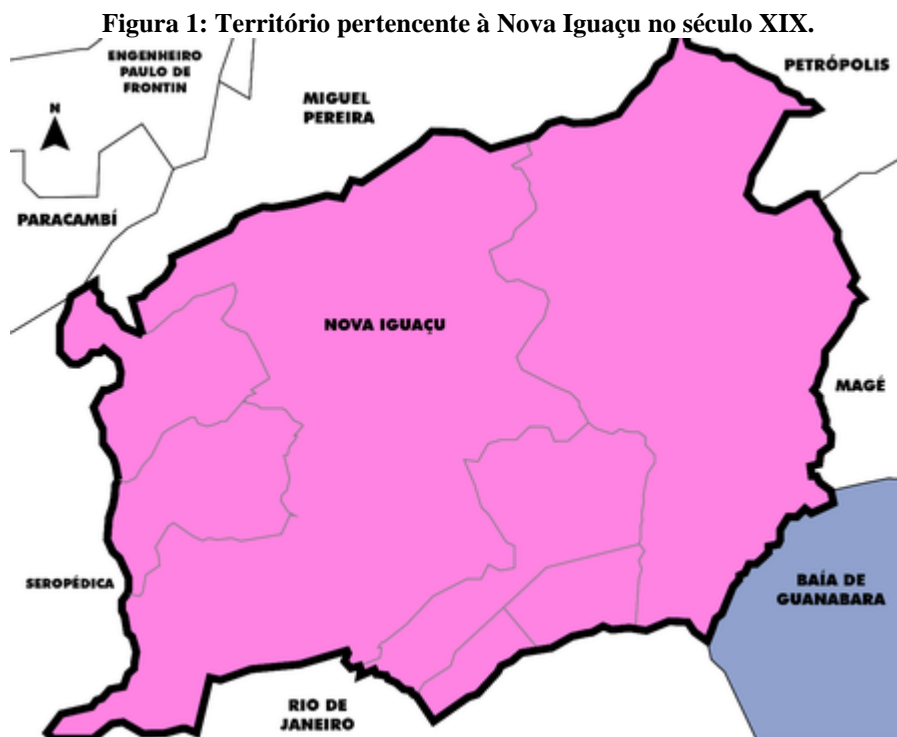
mais próximas ao sopé dos morros, atraindo assim o surgimento de casas ao longo.” (RODRIGUES, 2006, p.35).

No entanto, as ferrovias não foram as únicas responsáveis pela decadência das vilas-porto. Para Rodrigues (2006, p.35), a decadência dessas localidades tinha se desenrolado, igualmente, em razão de: “concorrência campista no que tange à cana-de-açúcar, do planalto em relação ao café e, por fim, o esgotamento das terras que foram utilizadas sem um mínimo de rotação entre as culturas.”. Desse modo, os portos e conseqüentemente as vilas-porto entraram em declínio.

Destarte, ainda no século XIX houve a construção de estradas, como a Estrada Real do Comércio¹, que faziam a articulação da região de Iguassú com as demais regiões do Estado, permitindo a distribuição da produção, abastecendo as fazendas locais e os consumidores do Rio de Janeiro. A Estrada Real do Comércio teve uma enorme importância na consolidação da Vila de Iguassú que se tornou, futuramente, o município de Iguassú, parte fundamental da formação do que hoje é conhecida como Baixada Fluminense.

Em razão do exposto, ao final do século XIX, com a transferência da sede municipal de Iguassú, das bordas do rio Iguassú para as proximidades da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Maxambomba, iniciam-se a criação de loteamentos populares no entorno das estações ferroviárias, assunto que será abordado a seguir, com o breve histórico sobre a região de Nova Iguaçu.

Para explicitar tal fato, a Figura 1 apresenta o território ocupado por Nova Iguaçu no século XIX, antes dos desmembramentos e emancipações de seus distritos que fundaram algumas das cidades da região Baixada Fluminense:



Fonte: Jornal Extra (31/07/2018).

Na atualidade, a Baixada Fluminense conta com treze municípios. São eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica – sendo os municípios de Belford

¹ Segundo Rodrigues (2006, p.25), foi a primeira via aberta no Brasil para o escoamento do café do interior do país, entre os anos de 1819 e 1820. Sua abertura foi determinada pela Junta de Comércio do Rio de Janeiro.

Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti provenientes das terras de Nova Iguaçu que foram divididas, como se observa na Figura 2.

Figura 2: Atual mapa da Baixada Fluminense



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021).

De acordo com Simões (2006, p.189), o panorama atual da Baixada Fluminense, no século XXI, apresenta uma “complexidade das configurações sociais, espaciais e políticas deste território, eliminando qualquer tentativa de criar rótulos simplistas acerca das características da região.” Uma sub-rede urbana intramunicipal caracterizada por centros de negócios que atendem a moradores ou não da região, principalmente, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, possibilita o acesso a bens e serviços que antes eram encontrados apenas na capital do Estado. Entretanto, esses bens e serviços se encontram centralizados em regiões específicas dos municípios, segregando a população mais pobre, que se encontra em locais mais afastados dos centros urbanos, onde os terrenos são baratos.

Segundo Simões (2006, p.193-4):

Como esta população é a que possui menor força política e não consegue do poder público a instalação de equipamentos e serviços urbanos, como esses não existem os terrenos são baratos, e assim por diante. O resultado desse processo é uma intensa de segregação que deixa marcas bastante claras na paisagem urbana do município, com a existência de uma área central e arredores bem dotados de serviços e equipamentos e um gradiente negativo de qualidade de vida na medida em que se afasta deste núcleo.

Fundada a partir de um pequeno núcleo, que praticamente se extinguiu em 15 de janeiro de 1833 foi criado o município de Iguassú, às margens do Rio Iguassú – que serviu de inspiração para o nome do núcleo. Antes, porém, já havia naquela localidade a Vila de Iguassú, desde o século XVIII, região utilizada por tropeiros e trecho da Estrada Real do Comércio. Com o aumento da produção e, conseqüentemente, do movimento na região, a então Vila foi elevada ao status de município, desmembrada do Rio de Janeiro sob um contexto de “redefinição territorial da província” (SIMÕES, 2006, p.141).

Na época, a agricultura ocupou um importante papel para a formação da região. O próprio Brasão do município de Nova Iguaçu (Figura 3), instituído em 1970, relembra a importância da agricultura para a história local. Destaca a cana de açúcar do início da colonização e a laranja, que representou uma grande riqueza para o desenvolvimento do município, que levou a transformação deste de vila para cidade.

Figura 3: Brasão da Cidade de Nova Iguaçu



Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu (2021).

Após vinte e cinco anos da elevação de Vila a município, Iguassú teve sua sede transferida para um novo centro econômico (SIMÕES, 2006, p.106). Com a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, o Arraial de Maxambomba começou a crescer de forma significativa. No século seguinte, em 1916, Maxambomba se tornou a sede no município, recebendo o nome de Nova Iguaçu. Segundo Simões (2006, p.106), o nome Iguassú permaneceu pela sua anterior incorporação por grupos políticos de Maxambomba.

Sobre a mudança de núcleo e nomenclatura, Simões (2006, p.106) expressa que:

Em Nova Iguaçu, a mudança do núcleo foi acompanhada, posteriormente, de uma sutil troca de nome. O adjetivo: “nova”, foi uma forma de indicar a mudança sem, contudo, renegar completamente o passado. No entanto essa sutileza demonstrou o desejo da nova elite ligada à nascente cultura da laranja de se reafirmar como diferente da velha elite ligada à decadente ordem escravista. Neste caso saem os barões e entram os comendadores.

Maxambomba, antes de se tornar a sede do município, tem seus primeiros registros datados do início do século XVII, período em que, segundo Simões (2006, p.106), "... está relacionada à construção do Caminho Novo do Tinguá em 1725, à medida que este passa pelas terras do Engenho de Maxambomba e como tal aparece na carta da capitania do Rio de Janeiro de 1767". Porém, até a construção da ferrovia Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1852, não há referência sobre a região além de um local de passagem ou repouso dos viajantes que utilizam a rota. De acordo com Simões (2006, p. 107):

A prova mais cabal deste fato é a inexistência de uma igreja ou capela de porte significativo até este período, lembrando que esta região era parte da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, cuja igreja matriz ficava a aproximadamente cinco quilômetros de distância do núcleo de Maxambomba.

É então a partir da construção da ferrovia e da parada de trem em Maxambomba que a região apresenta o início de seu desenvolvimento, sendo o trem o marco fundador desse novo núcleo urbano. Ali é construído um depósito de mercadorias, possibilitando a concentração e escoamento da produção agrícola. Ademais, com a epidemia de cólera enfrentada pela Vila de Iguassú em 1855, parte da população é transferida para Maxambomba (SIMÕES, 2006, p.108).

Embora tenha havido a transferência da sede do município para Maxambomba em 1891 e a mudança do seu nome para Iguaçú, a sua consolidação como centro agregador de atividades econômicas está ligada diretamente ao surgimento e evolução da cultura da laranja nos seus arredores. Este cultivo se inicia no final do século XIX quando as primeiras obras de saneamento surtem efeito, eliminando os brejos e alagados na região próxima a Maxambomba. Com a retificação dos rios nos seus baixos cursos, há um escoamento mais rápido das águas nas áreas dos seus altos e médios cursos, possibilitando a utilização destes terrenos. (SIMÕES, 2006, p.108)

Com as obras, o município começa a crescer em número populacional, com o surgimento de propriedades e de trabalhadores rurais. Ainda que iniciado no final do século XIX, apenas em 1916 o prefixo “Nova” é acrescido ao nome do município, destacando o novo modelo e as novas possibilidades presentes na região (SIMÕES, 2006, p.110). A fragmentação das terras, igualmente neste período, consagra o surgimento dessas propriedades. De início, com a venda das terras de Comendador Francisco Soares por seus herdeiros, após sua morte, que segue um processo de vendas e desmembramentos por parte de outros latifundiários da região.

De acordo com Simões (2006, p.111), este processo resultou em uma transformação na estrutura agrária do município “principalmente no distrito-sede, onde o número de estabelecimentos de até 40 hectares passou de 213 em 1920, para 1451 em 1940; os de 40 a 200 hectares passaram de 29 a 62; os de mais de 200 hectares reduziram-se de 38 para 18”.

Mas o desenvolvimento de Nova Iguaçú passou por um processo tardio de urbanização. Enquanto os demais distritos do município estavam se desenvolvendo de forma a criar uma incorporação com a metrópole carioca, entre os anos 1920 e 1940, a cidade de Nova Iguaçú ainda baseava sua economia na citricultura, voltada para a exportação (SIMÕES, 2006, p. 105). Com isso, a estrutura direcionada ao cultivo da laranja se configurou como uma barreira para a urbanização nesse período.

A existência de uma vigorosa agricultura baseada no cultivo da laranja, durante as décadas de 1920 e 1930, inibiu no distrito sede o surgimento de loteamentos populares voltados para a população de baixa renda. O principal motivo era a elevada renda da terra auferida por proprietários e arrendatários ligados a citricultura, em parte, apropriada pelos beneficiadores e exportadores do fruto. Este fato elevava o preço da terra desestimulando o seu retalhamento em forma de lotes urbanos. (SIMÕES, 2006, p. 105).

O plantio de laranjas, no início século XX, foi a principal atividade econômica do município, recebendo o nome de “Cidade Perfume” em decorrência da grande extensão dos pomares – desde a Estrada de Madureira, passando por Cabuçú, Marapicú chegando a Itaguaí (já outro município) (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2021). De acordo com os dados da Prefeitura de Nova Iguaçú (2021), este período foi o auge da citricultura em Nova Iguaçú, porém, seus distritos em situação limítrofe ao distrito federal, à época, Rio de Janeiro, começavam a se converter em grandes núcleos populacionais ligados às atividades urbanas instaladas em loteamentos populares.

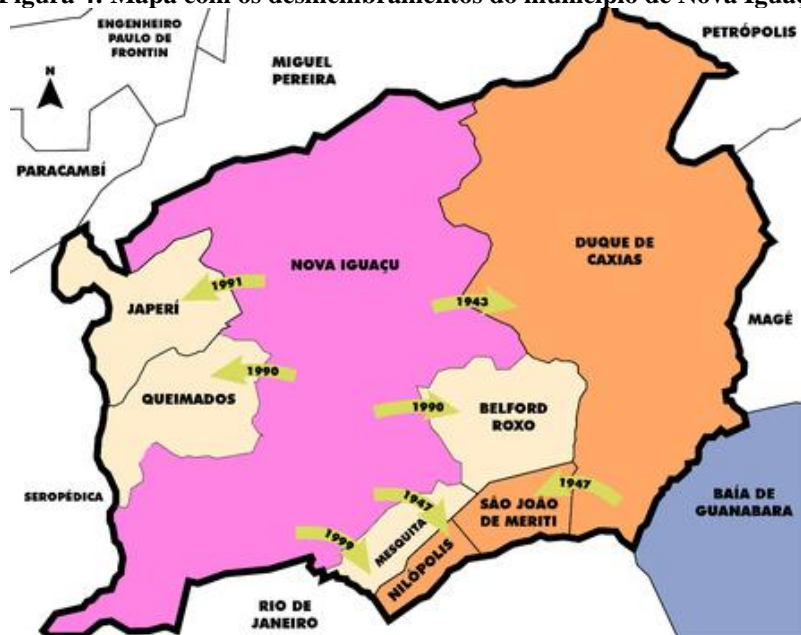
Grande parte da população do distrito-sede ainda morava em chácaras produtoras de laranja, que recebiam assalariados e meeiros para a produção de bens, inclusive de mão de obra migrante que encontrava na região trabalho e moradia (SIMÕES, 2006, p.112).

Com a Segunda Guerra Mundial, houve uma explosão demográfica na região. O cultivo de laranja no período foi prejudicado em decorrência das barreiras para exportação do produto. Todavia, a crise da citricultura demanda uma reorganização econômica do território, o que recompôs a malha social: novas classes sociais surgem e outras são extintas, a elite local se

restabelece em novas atividades econômicas, não relacionadas à agricultura (SIMÕES, 2006, p.117-118).

Com o adensamento populacional de seus núcleos urbanos e seu conseqüente desmembramento, Nova Iguaçu deu origem a outros sete municípios da Baixada Fluminense (SIMÕES, 2006, p.141). Na década de 1940, iniciaram-se os processos de emancipação dos distritos do município, Duque de Caxias, em 1943 e quatro anos depois, foi a vez de Nilópolis e São João de Meriti (1947). Na década de 1990, iniciou-se um novo período sem desmembramentos com as emancipações de Belford Roxo e Queimados em, 1990, seguido de Japeri, em 1991, e, por último, Mesquita, em 1999, como se observa na Figura 4.

Figura 4: Mapa com os desmembramentos do município de Nova Iguaçu



Fonte: Jornal Extra (31/07/2018).

Durante a divisão territorial do município com as emancipações, houve a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1952, que até hoje funciona como importante rota de deslocamento para outros municípios e na ligação Rio de Janeiro-São Paulo.

Com a revisão do Plano Diretor de 1992, após cinco anos de sua implementação, e por razão das emancipações ocorridas no período: municípios de Belford Roxo, Queimados e Japeri; a Lei Complementar número 006, de 12 de dezembro de 1997, define que o município de Nova Iguaçu passa a ser denominado Cidade de Nova Iguaçu. Contudo, a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, órgão representativo do Poder Executivo Municipal, mantém sua nomenclatura.

Essa Lei Complementar, igualmente, separa frações do território do município a fim de estruturação espacial, definindo diretrizes para planejamento e desenvolvimento regional. Assim, o município se divide em seis Setores de Planejamento Integrado, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 1: Características dos Setores de Planejamento Integrado

Setores de Planejamento Integrado	Características
Centro	Fração territorial de maior densidade e multiplicidade de atividades.
Sudeste	Sub-centro de Mesquita. Intenso adensamento do tecido urbano.
Sudoeste	Vetor de expansão mais recente da cidade – eixo polarizador Estrada de Madureira. Ocupação progressiva do solo.
Noroeste	Menor articulação com o conjunto do tecido urbano da cidade – Austin como polo de centralidade.
Nordeste	Fração territorial do tecido urbano mais rarefeita – predominância de loteamentos populares.
Norte	Atividades agropecuárias de subsistência e da Reserva Biológica de Tinguá.

Fonte: Dados retirados da Lei Complementar nº 006, de 1997.

Além dessas seis divisões dos Setores de Planejamento Integrado, cada qual possui uma fração em Unidades Regionais de Governo (URG), que “expressam homogeneidade em seus aspectos e dinâmicas urbana, econômica, social e ambiental, caracterizando-se como contiguidades espaciais de vínculos locais”. Essas contiguidades são relativas a:

- I. - predominância das formas de parcelamento e usos do solo que caracterizam no tempo e no espaço determinada identidade espacial;
- II. - presença de atividades comuns que geram práticas sociais coletivas cotidianas;
- III. - identificação e delimitação do raio de polaridade de determinado centro local;
- IV. - correspondência representativa, através de organizações comunitárias e civis de caráter local. (Lei Complementar nº 006, 1997, p.6)

Essa divisão se constitui como um padrão espacial para planejamento de ações das políticas públicas municipais. Assim sendo, o quadro a seguir apresenta a divisão de cada URG com base nos Setores de Planejamento Integrados:

Quadro 2: Unidades Regionais de Governo em 1997.

Setores de Planejamento Integrado	Unidade Regional de Governo
Centro	URG I – Unidade Regional de Governo Centro. URG II – Unidade Regional de Governo da Posse. URG III – Unidade Regional de Governo de Comendador Soares.
Sudeste	URG IV – Unidade Regional de Governo de Mesquita. URG V – Unidade Regional de Governo de Banco de Areia. URG VI – Unidade Regional de Governo da Chatuba.
Sudoeste	URG VII – Unidade Regional de Governo de Cabucu. URG VIII – Unidade Regional de Governo de KM 32.
Noroeste	URG IX – Unidade Regional de Governo de Austin.
Nordeste	URG X – Unidade Regional de Governo de Vila de Cava. URG XI – Unidade Regional de Governo de Miguel Couto.
Norte	URG XII – Unidade Regional de Governo de Tinguá; Adrianópolis, Rio D’Ouro e Jaceruba.

Fonte: Dados retirados da Lei Complementar nº 006, de 1997.

Com a emancipação de Mesquita, em 1999, as URGs passam a ser:

Quadro 3: Unidades Regionais de Governo em 2011.

Setores de Planejamento Integrado	Unidade Regional de Governo
Centro	URG I – Unidade Regional de Governo Centro. URG II – Unidade Regional de Governo da Posse. URG III – Unidade Regional de Governo de Comendador Soares.
Sudoeste	URG IV – Unidade Regional de Governo de Cabuçu. URG V – Unidade Regional de Governo de KM 32.
Noroeste	URG VI – Unidade Regional de Governo de Austin.
Nordeste	URG VII – Unidade Regional de Governo de Vila de Cava. URG VIII – Unidade Regional de Governo de Miguel Couto.
Norte	URG IX – Unidade Regional de Governo de Tinguá; Adrianópolis, Rio D'Ouro e Jaceruba.

Fonte: Dados retirados do Plano Diretor Participativo da Cidade de Nova Iguaçu (2011).

Parte da RMRJ, Nova Iguaçu, um dos municípios da Baixada Fluminense, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) possui uma área territorial de 520, 581 km², com uma população estimada em 823.302 habitantes, sendo quase sua totalidade urbana. Possui 96,2% de escolarização entre 6 e 14 anos (2010) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$20.538,67 (2018).

Cabuçu é, assim, um bairro da cidade de Nova Iguaçu, pertencente, à popular Baixada Fluminense e à, oficialmente, RMRJ. Está localizado em região periférica, a doze quilômetros de distância do centro da cidade de Nova Iguaçu por estrada e a dez quilômetros de distância calculados em linha reta no mapa (Figura 5). Segundo a Lei número 4.092, de 2011, que instituiu o Plano Diretor Participativo de Nova Iguaçu, Cabuçu faz parte da URG IV - Unidade Regional de Governo Cabuçu (artigo 37, inciso IV).

Figura 5: Distância no mapa entre o bairro Cabuçu e o centro da cidade de Nova Iguaçu



Fonte: Site Distâncias entre Cidades (2021)

De acordo com Xavier (2015, p.88), a URG Cabuçu apresenta uma área total de 74,6km², com população total de 76.350 habitantes, distribuídos em 7 bairros: Cabuçu, Palhada, Valverde, Marapicu, Lagoinha, Campo Alegre e Ipiranga. Apresenta, também, dois bairros não oficiais: Aliança e Jardim Laranjeiras.

O bairro de Cabuçu recebe este nome, segundo Machado (2014, p.47), devido a Fazenda Cabuçu (Figura 6). Em 1931, Cabuçu possuía 349.360 pés de laranja, distribuídos entre 64 proprietários (SOUZA, 2015, p.23). Esses dados representam 7,2% do total de proprietários e 10% do total de produção da época. O autor ainda afirma que havia um número considerável de pequenos proprietários em chácaras e arrendamentos. Grande parte desta produção era

exportada pelo Porto do Rio de Janeiro para destinos internacionais como: Inglaterra, Argentina, Holanda, Alemanha, entre outros (SOUZA, 2015, p.53).

Figura 6: Fazenda Cabuçu a partir da Rodovia RJ-105

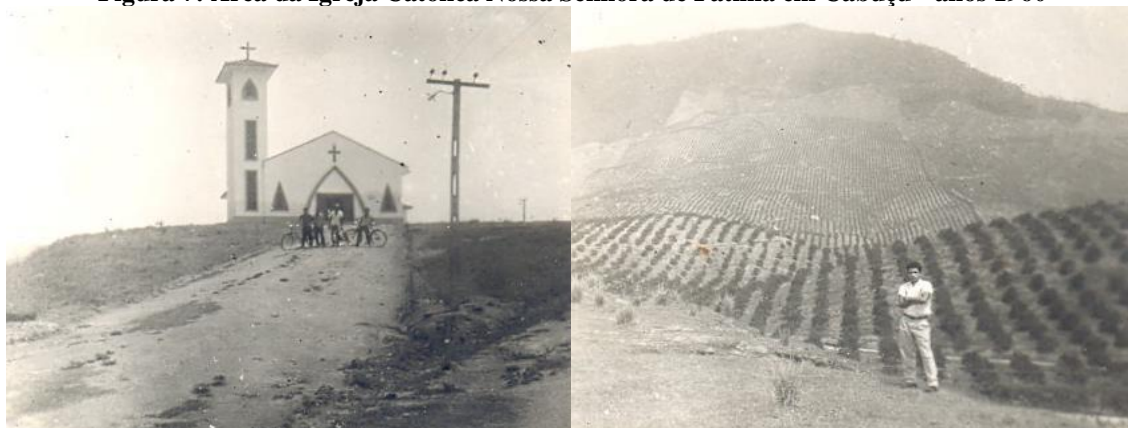


Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

A Figura 6 traz imagens dos remanescentes da Fazenda Cabuçu, que por muito tempo foi local importante para a produção de laranja na região, responsável, também, por trazer muitos trabalhadores, e moradores, para a região de Cabuçu.

De acordo com Prudente (2017, p.229), a região de Cabuçu passou a ser mais explorada a partir das mudanças econômicas ocorridas do município, que, desde a década de 1950, sofreu substituição gradativa da produção rural (que não recebia mais tanto investimento, desde a queda da citricultura na década anterior) para o construtivo urbano, com o desenvolvimento de assentamentos. Como exemplo da mudança da paisagem ocorrida em Cabuçu, observa-se, nas Figuras 7 e 8, a mudança de panorama estrutural com base no entorno da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima, em Cabuçu.

Figura 7: Área da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima em Cabuçu - anos 1960



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021)

Figura 8: Área da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima em Cabuçu - anos 2018



Fonte: Google Maps (2018)

A partir de então, loteamentos urbanos começaram a ser criados, a partir do parcelamento das antigas fazendas da região de Cabuçu, que se tornou o principal eixo de crescimento do município, com um grande número de migrantes da capital do Estado do Rio de Janeiro, principalmente, devido às grandes reformas ocorridas através do Plano Agache², consolidado em 1930, que direcionou a população mais carente para áreas menos valorizadas do estado. Dessa forma, segundo Prudente (2017, p.230), a população do município de Nova Iguaçu, de modo geral, teve um aumento considerável e o bairro de Cabuçu recebeu grande parte desta população por conta do baixo valor de suas terras.

Entretanto, segundo Pereira (2017, p.68), por conta da ausência de aprovação prévia para parcelamento do solo urbano ou rural, antes da atual Lei 6766/79, a regularização dos loteamentos e vendas de terrenos era realizada apenas nos cartórios de registro de imóveis, o que não obrigava a necessidade de apresentar uma infraestrutura de saneamento básico antes das vendas dos lotes. Não havia, ainda, nenhum tipo de penalidade caso o loteador não cumprisse suas obrigações.

As condições precárias foram diminuindo a partir da chegada de indústrias na região, entre elas: a Quimisa Galvanização, Empresa Granja Paraíso Ltda. e Fábrica de Tintas Probal. Segundo relatos de moradores, com a chegada dessas indústrias, serviços de infraestrutura básica também começaram a ser implementados na região, como: acesso à energia elétrica, à água encanada e à educação.

Grande parte dessa mudança ocorreu devido aos investimentos do empresário Severino Pereira da Silva, que doava terrenos e facilitava a construção de moradias para seus funcionários. Uma das doações mais expressivas foi a da Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima, cuja construção foi realizada e custeada inteiramente pelo empresário. Os primeiros moradores do bairro lembram com carinho desse momento, que foi um divisor de águas para a realidade do bairro³.

Em 1974, a população do bairro Cabuçu, aproximada, era de cinco mil habitantes, que moravam em barracos de alvenaria e com total ausência de infraestrutura urbana (STOTZ, 2005, p.11). Segundo Stotz (2005, p.11), há relatos de dois médicos que foram, à época, para o bairro, a fim de implementar uma ação sanitária no local, informando que havia quadros de desnutrição e tuberculose que demandavam um grande consumo de medicamentos e assistência

² O Plano Agache foi o Primeiro Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, à época de 1930, período da finalização do Plano, a capital do Brasil. Ademais, este plano se consolidou como modelo de planejamento urbano para todo o país (ALMEIDA, 2005, p.461). Por conta de seu financiamento e elaboração pela oligarquia, o plano, inspirado no modelo de cidade européia, não contemplava as classes populares.

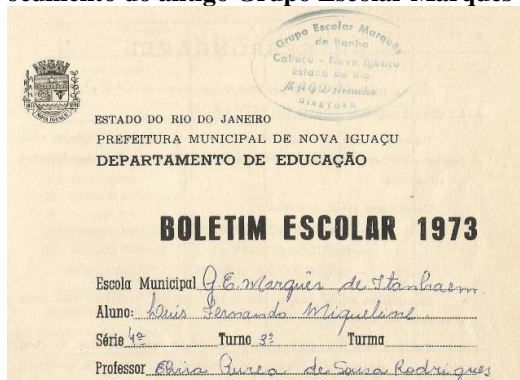
³ Informações coletadas em conversa informal com o senhor Foldoardo Vicente Bernardino, de 85 anos, morador há mais de 60 anos do bairro.

médica. Com isso, fez-se necessário o treinamento de moradores para que desempenhassem “atividades simplificadas de saúde” a fim de realizar um desenvolvimento comunitário de saúde do bairro (STOTZ, 2005, p.11).

A partir do ano seguinte, começaram a ir além, realizando reuniões que culminaram, em 1978, com uma assembléia geral. Iniciativa esta que, segundo Stotz (2005, p.12), resultou em comissões de bairro que reivindicavam por melhores condições por saneamento básico, educação, transporte, infraestrutura urbana e saúde. Cabuçu foi, assim, se organizando e desenvolvendo a infraestrutura e serviços básicos para a população, aos poucos, por meio da relação da iniciativa público e privada, além das reivindicações dos moradores.

A utilização de prédios públicos da região central de Cabuçu também teve seu uso reconfigurado ao longo dos anos. Como exemplo, nas décadas de 1960-70, no prédio onde se encontra a atual Clínica da Família de Cabuçu – Manoel Batista de Almeida (Figura 11), havia uma escola de educação básica para a população, o Grupo Escolar Marquês de Itanhaém, como documento mostrado na Figura 9. Com a implementação de outras escolas na região, o uso do espaço foi reconfigurado para o Posto de Saúde Manoel Batista de Almeida (Figura 10), onde também funcionava a subprefeitura de Cabuçu.

Figura 9: Documento do antigo Grupo Escolar Marquês de Itanhaém



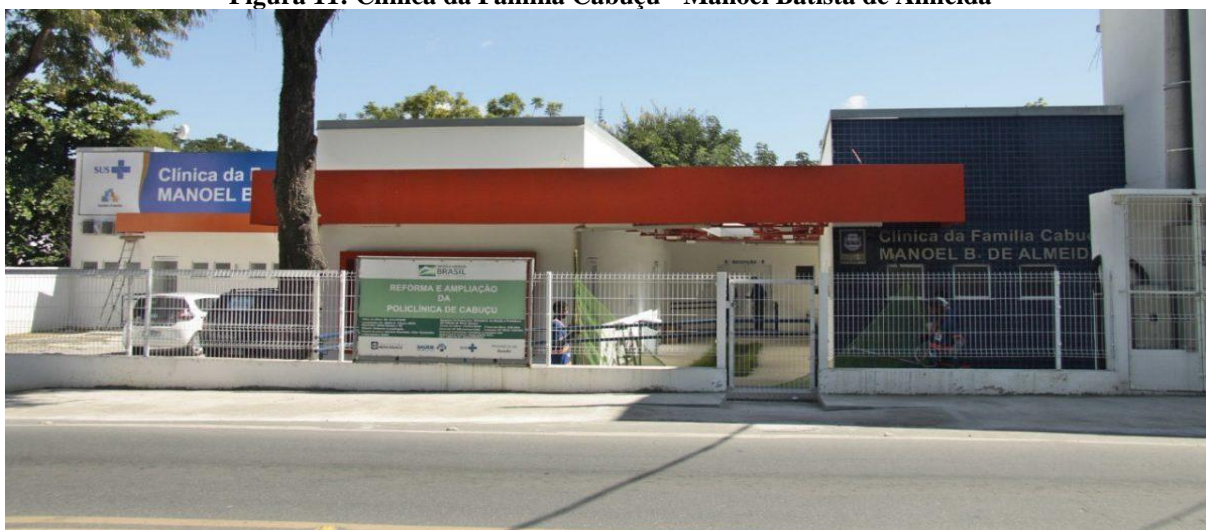
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Figura 10: Posto de Saúde Manoel Batista de Almeida



Fonte: Site ZM Notícias (2019)

Figura 11: Clínica da Família Cabuçu - Manoel Batista de Almeida

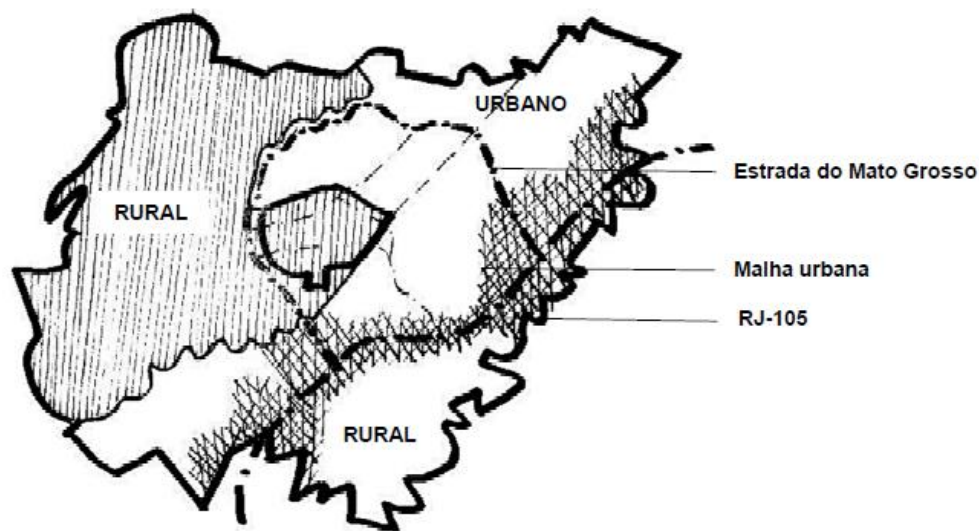


Fonte: Site da Prefeitura de Nova Iguaçu (2021).

Atualmente, Cabuçu é um bairro com grande expansão urbana do município de Nova Iguaçu por se apresentar tanto como polo central de atividades terciárias, como áreas desocupadas (PRUDENTE, 2017, p.153), que têm sido aproveitadas para a construção civil de grandes empreendimentos.

Esse crescimento urbano vem ocorrendo de forma linear, a partir da RJ-105 e suas vias transversais, como mostrado na Figura 12.

Figura 12: Crescimento urbano linear da URG Cabuçu



Fonte: Prudente (2017, p.253).

O Maciço Gericinó-Mendanha, em parte, pertence também à URG Cabuçu. No maciço são realizados vôos de asa-delta e parapente, através de pista no topo do maciço. Os moradores da região também sobem a serra para lazer com banhos de cachoeiras e trilhas, principalmente aos finais de semana (Figura 13).

Figura 13: Trilha para o Maciço Gericinó-Mendanha a partir de Cabuçu



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

A URG Cabuçu, quanto à hidrografia, se caracteriza por uma região composta de áreas baixas e inundáveis, cujo sistema hídrico é parte integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, importante bacia cujas águas são tratadas na Estação de Tratamento do Guandu (ETA-Guandu) e utilizadas para abastecimento de grande parte da RMRJ. (PRUDENTE, 2017, p.127). Entretanto, tanto as águas do Rio Cabuçu, como do Rio Ipiranga, que cruzam a área da URG Cabuçu, se encontram impróprias para o consumo e uso na produção agrícola.

A região central da URG Cabuçu, o bairro Jardim Cabuçu, possui duas vias de acesso importantes: a Rodovia Estadual RJ-105, Avenida Abílio Augusto Távora, também conhecida como “Estrada de Madureira”, e a Avenida Severino Pereira da Silva, que, juntamente com a sua ligação à Estrada do Mato Grosso, é utilizada para deslocamento para o centro de Queimados, outro município da RMRJ. A RJ-105 é o eixo principal de transporte para o centro da cidade de Nova Iguaçu, como também para a zona oeste do Rio de Janeiro. Por isso, é muito utilizada para transporte de cargas, principalmente de indústrias localizadas nestas regiões para abastecimento do comércio local, como também de outros pontos da RMRJ.

Cabe destacar que a RJ-105 também se encontra marcada como uma avenida que “testemunha o degradê socioeconômico do município e as diferenças territoriais que marcam signos de violência” (ROCHA, 2020, p.23), com a presença constante de disputas por território pelos agentes de policiamento e o poder paralelo existente na região, relatada tanto pelas mídias como por relatos anônimos dos moradores da região. Fato este responsável por marcar ainda mais a região da Baixada Fluminense com estigmas de violência.

O bairro apresenta locais de interesse cultural reconhecidos pelo poder público da cidade. A Praça Central de Cabuçu, que se caracteriza como uma Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural da Cidade (artigo 73, inciso V). Além da Fazenda Cabuçu, como Zona Especial de Interesse Ambiental para o desenvolvimento de atividades turísticas (artigo 148, inciso XII). Entretanto, a grande lacuna entre o desenvolvimento de infraestrutura e ações públicas relacionadas ao bairro e à cidade como um todo, e mesmo Baixada Fluminense, inviabilizam a concretização desta proposição expressa no Plano Diretor.

Em núcleos mais antigos da cidade, entre eles Cabuçu, é possível encontrar uma concentração mais complexa de negócios, não em sua totalidade como na região central do município, mas que consegue atender a população do entorno com atividades básicas de bens e serviços (SIMÕES, 2006, p.237-8). Entretanto, segundo Simões (2006, p.238), em relação à qualidade e à quantidade, “dependem, é claro, do tamanho e da renda da população a ser atendida e também o grau de autonomia política e administrativa que esses núcleos possuem que determinam a quantidade e qualidade de órgãos públicos existentes neles.”

Figura 14: Praça Central de Cabuçu



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Na região ao redor da Praça Central de Cabuçu (Figura 14) é possível encontrar um Centro Comercial (Figura 15) bem abastecido, como também outros empreendimentos com oferta de variados produtos e serviços para a população, como: lojas, supermercados, padarias, bares, restaurantes, farmácias, entre outros; além de linhas de ônibus para outras partes do município ou da RMRJ, tanto regulares, como um serviço executivo, com horários fixos.

Figura 15: Centro Comercial de Cabuçu



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Assim, após essa breve caracterização da Baixada Fluminense, do município de Nova Iguaçu e do bairro Cabuçu, no capítulo 3 retomamos o bairro apresentando um panorama em relação à perspectiva de seus moradores mediante a investigação das postagens e organização na página “Cabuçu tem histórias”, que é o objeto de pesquisa central desta dissertação. Assim, para maior compreensão de como o processo de transformação das conversas públicas e privadas, que antes ocorriam nas ruas, calçadas e nos portões, migrou para um novo paradigma digital, em que a popularização da internet se torna a cada dia mais abrangente; no próximo

item serão explorados esses limites e desafios pelos quais ocorre o resgate da memória no ciberespaço, com o auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação.

1.2 Do Portão De Casa À Internet: Uma Mudança De Paradigma Nas Relações Sociais.

Da conversa no portão à conversa na Internet, o grupo do Facebook “Cabuçu tem histórias” possibilita aos seus participantes uma nova forma de conversar sobre sua história e vivências no bairro. Mas, além do grupo, a Internet vem se consolidando como um espaço para comunicação das mais diferentes formas: seja em uma rede social, em uma conversa de vídeo, em um aplicativo para troca de mensagens de texto. A mensagem consegue chegar de forma rápida ao seu receptor, que tenha, é claro, um acesso à Internet. A relação do que é público e do que é efetivamente privado se estreita, de forma a criar o que será denominada Esfera Pública Digital (HABERMAS, 2003) ou Esfera Pública Conectada (MARTINO, 2014).

A dimensão humana do espaço é, para Bosi (2003, p.206) um problema político urgente. Pois, para a autora, “a sobrevida de um grupo liga-se estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento.” Isso se deve ao fato de que, para os habitantes de um bairro, segundo Bosi (2003, p.206), o sentimento de pertencimento, de identidade, de reconhecimento da paisagem do bairro tem uma história, que foi conquistada através de um longo processo de vivências e adaptações.

Bosi (2003, p.204) relata que, ao escutar os depoimentos das pessoas sobre os bairros, não há apenas características físicas, mas também, uma espécie de biografia que se mescla com o cotidiano do bairro. Ou seja, o bairro trará as representações sobre o tempo de vida em que a pessoa experimentou naquela localidade. Isto mostra que a relação das pessoas com o bairro irá muito além das experiências básicas em relação à moradia e sobrevivência: uma produção de sentidos através desse relacionamento diário. O bairro, então, irá muito além de apenas uma delimitação regional, ele é uma “totalidade estruturada, comum a todos, que vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade” (BOSI, 2003, p.204).

O espaço urbano é um amplo local de atribuição de sentidos e valores que serão construídos a partir das experiências vividas, moldando o relacionamento das pessoas com o ambiente (MORIGI e MASSONI, 2015, p.506-508). Com isso, a relação das pessoas com o meio irá criar a concepção de uma realidade concreta, moldada a partir das representações que este espaço irá construir ao longo do tempo, criando memórias e produzindo sentidos. Ou seja, as relações sociais também se caracterizam como condição para que tanto a vida social como natural possam coexistir.

Ao pensar sobre essas relações e produções de sentidos, é importante analisar em que local público serão estruturadas as discussões que irão permear essas relações. É nesse momento que na contemporaneidade a Internet funciona como uma mídia responsável por ampliar esses diálogos, ainda que de forma virtual. Habermas (2003), em seu estudo sobre a Esfera Pública, propõe que há uma nova noção do que foi construído modernamente como Esfera Pública. A ideia de público que se tem hoje abre muitas perspectivas que precisam ser analisadas. Sodrê (2013, p.12) afirma que “não faltam os que exaltem o computador e a Internet como ‘a verdadeira revolução do século’, comparável à imprensa de tipos móveis de Gutenberg, que modificou a maneira de pensar e aprender”.

Para Recuero (2009, p.116), “o surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa. Tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais”. Sodrê (2013, p.19) confirma essa questão a partir do que ele denomina como “espectro das transformações epocais”, em que a natureza do espaço público, antes agitado pela política

e pela imprensa escrita, se caracteriza por representações da realidade tradicionais e novas interagindo e desenvolvendo uma dimensão tecnocultural, responsável por constituir e movimentar novos sujeitos sociais.

Em complemento, Martín-Barbero (2006, p. 69) expressa que “há em discursos e buscas por uma ‘democracia direta’ via Internet, um fundo libertário que aponta para a desorientação em que vive a cidadania como resultado da ausência de densidade simbólica e da incapacidade de convocação de que padece a política representativa”. Isso faz com que as mídias e as redes tecnológicas se constituam como mediadoras dos imaginários destes atores e, segundo Martín-Barbero (2006, p.69), elas irão configurar identidades – sejam elas das cidades, regiões, espaço local ou bairros – que, por fim, veicularão a multiculturalidade que irá além das referências tradicionais.

Para Augé (2006, p.105), a partir do aparecimento do ciberespaço, é marcada uma prioridade em relação do tempo em detrimento do espaço. Ele salienta que “estamos na idade do imediatismo e do instantâneo. A comunicação se produz na velocidade da luz. Assim, pois, nosso domínio do tempo reduz nosso espaço.” Martín-Barbero (2006, p.70) ainda acrescenta que as tecnologias são neutras, pois constituem grupos de “interesses econômicos com mediações sociais e conflitos simbólicos” e, por isso, também irão constituir novos modos de construção de uma opinião pública e formas de cidadania.

Para entender melhor a noção dessa Esfera Pública Digital, conectada, da contemporaneidade e a função da mídia nesse processo, de acordo com Martino (2014, p.91), é importante delinear outras duas noções: espaço público e opinião pública. O primeiro ele define como “lugares nos quais as pessoas podem se reunir, se encontrar e conversar livremente sobre o que quiserem. Nas democracias, os espaços públicos são os locais de livre manifestação de ideias e opiniões”. Já a segunda, caracteriza-se como o “o conjunto de opiniões discutidas em público, e, portanto, colocadas para discussão com todos os outros interessados possíveis.” (MARTINO, 2014, p.91). Entretanto, essas discussões só podem ocorrer caso existam espaços em que a liberdade para manifestação de ideias seja possível.

Por isso, mostra-se importante trazer, mesmo que brevemente, a questão do caminho percorrido pela construção da Esfera Pública ao longo do tempo, uma vez que a sociedade e sua construção de uma Esfera Pública, considerada como uma categoria da sociedade burguesa perpassou por diversas reestruturações no percurso histórico do que é público e privado. A ideia de público constituída, atualmente, abre muitas perspectivas que continuarão a ser analisadas a seguir.

Na Grécia Antiga, a *polis* se caracterizava pelo espaço público, enquanto a *oikos*, a casa, a esfera privada. A *polis* possuía um interesse coletivo, um espaço de discussão coletiva. Na Renascença, há um momento de fortalecimento dessas questões, a partir da retomada dos valores greco-romanos (HABERMAS, 2003, p.21).

Na Idade Média, há outra caracterização entre o que é público e o que é privado. Os sentidos de público e privado se misturam no próprio feudo, no mesmo ambiente. Tanto a vida rural como as integrações sociais eram realizadas dentro do feudo. A liturgia religiosa se apresenta como local da Esfera Pública, uma vez que todo o conhecimento medieval é mediado pelo poder da Igreja (HABERMAS, 2003, p.21). Segundo Habermas (2003, p. 21), “entre os senhores feudais, só os religiosos é que têm, além das ocasiões civis, um local para a sua representação: a igreja.” Com o processo de desconstrução do mundo feudal, esse modelo também vai se desfragmentando. O fortalecimento do poder dos reis oferece a eles uma nova forma de representatividade.

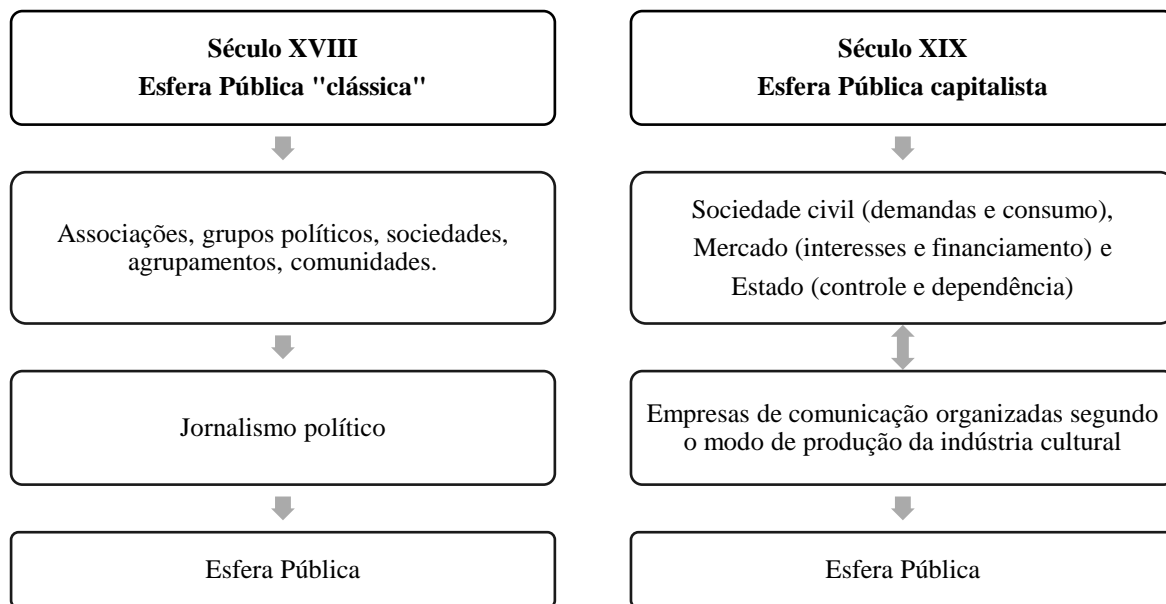
No século XVIII, com o Iluminismo, há uma nova mudança no conceito de público e privado. Os princípios e paradigmas recorrentes na atualidade provêm desta época. Na burguesia da Idade Moderna os comerciantes que têm participação na vida econômica da sociedade, não dispõem de representatividade pública. O nobre, nesse momento, traduzia aquilo

que todos gostariam de ser. Sendo assim, “o nobre é o que ele reproduz; o burguês, o que ele produz.” (HABERMAS, 2003, p. 26).

O mundo da vida se caracteriza então pela ação da comunidade humana. As ações comunicativas entre os homens permitem a eles harmonizar os interesses e estabelecer o consenso. O sistema colonizou o mundo da vida, aos que buscam resultados e dominaram as ações da família. Todavia, através do regime democrático, constituído pelos homens nessa modernidade, é possível criar diálogos e participação em que os homens, a partir da lógica e da análise das suas falas, de seus discursos, possam estabelecer consensos. E fazer com que o sistema passe a trabalhar para o mundo da vida (HABERMAS, 2003, p.26).

Martino (2014, p.91) afirma que não é por acaso que Habermas liga a Esfera Pública à democracia, uma vez que se fundamenta no livre debate de ideias. Segundo o autor, Habermas localizou a origem da Esfera Pública no século XVIII, e esta se dava a partir de espaços urbanos em que ocorria uma discussão pública sobre política, como: cafés, clubes e associações (MARTINO, 2014, p.92). Estas discussões também apresentavam como pano de fundo uma divulgação através do jornalismo político responsável pela publicidade destas ideias. Porém, na passagem para o século XIX, o capitalismo se consolidou como modelo econômico dominante e, com isso, os interesses do mercado entraram em conflito com as questões políticas. Então, o jornalismo, que funcionava como instrumento de ação política, se tornou uma mercadoria elaborada pelas empresas de comunicação (MARTINO, 2014, p.92). Com essa tensão entre esses dois setores sociais, a Esfera Pública se converte em um espaço de disputa entre os interesses do Estado, das empresas e das corporações – indo além de um espaço de debates políticos.

Quadro 4: Esfera Pública clássica versus Esfera Pública capitalista

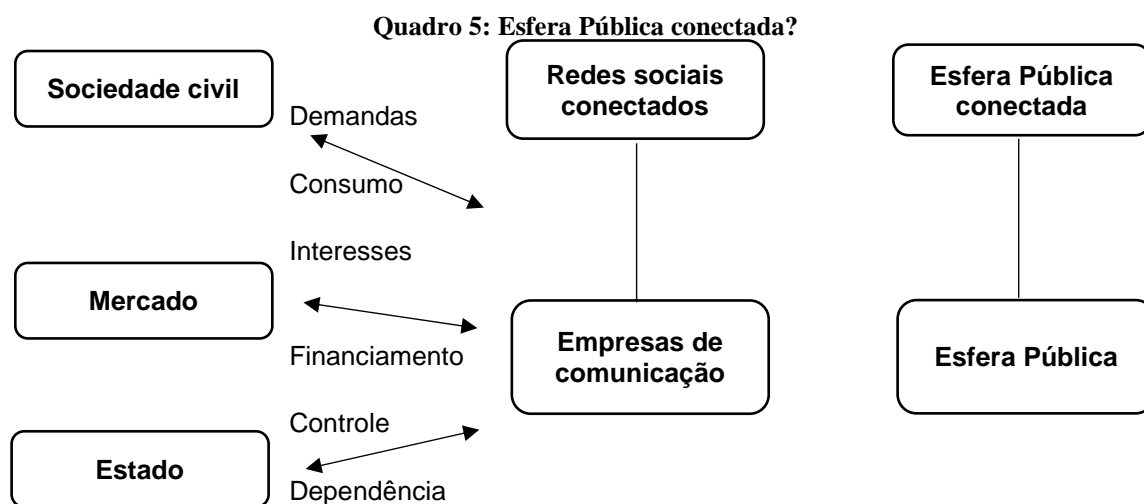


Elaborado pela autora a partir de MARTINO (2014, pp.92-94)

Nos séculos XX e XXI, no entanto, essa Esfera Pública se modifica novamente, o que Martino (2014, p.93) propõe como Esfera Pública conectada⁴. Na contemporaneidade, com os avanços tecnológicos na área da informação e comunicação, o ciberespaço desponta como um

4 Expressão proposta por Yochai Benkler, pesquisador norte-americano que no livro *The Wealth of Networks* trabalha a questão da Internet como espaço para participação democrática das pessoas em causas de seus interesses (MARTINO, 2014, p.112).

espaço virtual, a partir de interface das mídias digitais e formado pela interação entre as pessoas, em que o próprio ato de realizar uma publicação torna público um assunto, colocando-o em uma dimensão pública considerável (MARTINO, 2014, p.91). Ademais, ao trazer um assunto para as redes sociais, o indivíduo busca a possibilidade de tornar uma discussão visível, aumentando sua exposição e, por conseguinte, a discussão. A publicidade que antes se dava por mídias tradicionais hoje encontra na Internet um ambiente propício para ampliar as discussões públicas. Portanto, a Internet cria uma nova dimensão na questão da esfera pública, uma vez que questões relacionadas tanto a espaços públicos ou privados são expostas no mesmo local e de forma cada vez mais frequente, mesclando o que é público e o que é privado no espaço público digital.



Fonte: Adaptado de MARTINO (2014, p.94)

Martino (2014, p.95) afirma que, apesar das características por ora apresentadas, o simples fato de um determinado tema se tornar público através do ciberespaço não significa, necessariamente, que ele faça parte de uma Esfera Pública virtual. Para o autor, apenas uma parte dessas informações podem estar presentes, de fato, como temas de discussão alinhados ao pensamento original de Habermas.

Para que ocorra um debate na Esfera Pública é necessário que todos os participantes reconheçam, de forma mútua, o direito igual de todos os outros a intervir com suas opiniões (MARTINO, 2014, p. 96). Nas comunidades virtuais na Internet podem ocorrer opiniões diferentes e reconhecimentos por partes dos envolvidos de forma desigual, em que, muitas vezes, não é possível o entendimento em caráter de igualdade de direitos. As propostas expressas nas comunidades podem ser fechadas à participação externa, não possibilitando, assim, o acesso de outros participantes que não se enquadram com a opinião daquele determinado grupo.

Apesar da livre expressão, os debates que ocorrem na Esfera Pública também são regidos por regras a serem obedecidas por todos que dela participam. Caso haja alguma alteração em relação a elas, o interlocutor será desqualificado para o debate proposto (MARTINO, 2014, p.96-97). Ou seja, é necessário que haja um entendimento com base na estrutura que foi previamente organizada. É uma discussão e não um enfrentamento em que haja um vencedor: todos devem buscar uma solução para as questões apresentadas. Isto é o que Martino (2014, p.97) afirma ser a “ação comunicativa” da Esfera Pública. Ademais, a Esfera Pública possui, também, uma dimensão moral em que os participantes devem deixar claros os

interesses, propostas e objetivos a que são adeptos (MARTINO, 2014, p.98). Já em relação à conectividade presente nas redes sociais de Internet, os espaços de discussão que permitem a troca de argumentos e participação política entre os seus participantes podem ocorrer em polos de interesses e ação distintos, formando assim esferas públicas online, no plural (MARTINO, 2014, p.110).

Segundo Martino (2014, p.112-113), na Esfera Pública “clássica” o cidadão comum não conseguia participar de forma ativa dos debates públicos, uma vez que o custo de ser ouvido na Esfera Pública era alto. Mesmo após a segunda fase da Esfera Pública, a capitalista, não permitia o debate, uma vez que a própria arquitetura das mídias de massa impedia que o receptor rebatesse a mensagem de forma igualitária, como uma pessoa assistindo a televisão, ao discordar de uma opinião poderia, apenas, expressar seus interesses aos que estavam ao seu redor – a emissora da televisão jamais saberia seu pensamento. Já a Internet permite que o cidadão comum e novas vozes, antes nunca cogitadas, entrem nos debates, ampliando a possibilidade de mais indivíduos da sociedade civil terem a oportunidade de manifestarem suas opiniões e interesses. Para Martino (2014, p.113), “em vez de a mensagem ser transmitida de um único polo para uma grande audiência, com custo bastante alto, a mensagem é divulgada de forma ramificada nos vários nós, links e conexões existentes na rede”. Assim, a Esfera Pública conectada permite que uma opinião seja ouvida de forma exponencial, através da conexão entre os indivíduos presentes nesta rede.

No entanto, vale destacar que, ao tornar um assunto público na Esfera Pública conectada, isso não quer dizer que todas as pessoas daquela rede estarão interessadas nos problemas coletivos, uma vez que a Internet irá apenas criar as possibilidades de participação (MARTINO, 2014, p.113).

Assim, Martino (2014, p.90) afirma que a Esfera Pública é “um espaço de discussão e ação social formado na interação entre as pessoas. E um local de conversas no qual assuntos de relevância para a cidade são debatidos”. Ou seja, o autor sustenta que esta Esfera Pública é responsável pela tomada coletiva de decisões que irá ocorrer a partir das trocas de informações e ideias sobre interesses gerais entre os cidadãos, discussões de temas que lhe dizem respeito.

Desta forma, a partir das noções apresentadas, é possível identificar a Esfera Pública como um espaço público em que haja a garantia da livre manifestação de ideias onde as pessoas formam opiniões públicas sobre determinados temas que correspondem a seus interesses, ainda que utilizando a Internet e ampliando o alcance de seus discursos.

A Internet hoje permite que esse diálogo aconteça. A própria evolução dos meios de comunicação, que ganha na Internet seu ápice, alterou a forma como as pessoas hoje opinam e expressam suas opiniões, sentimentos, ou qualquer outra ação de seu cotidiano. A relação entre as esferas pública e privada se mesclam na Internet, pelo olhar do seu usuário, criando espaços de debate públicos, que alteram a forma como as pessoas transitam dentro de uma transposição da esfera pública defendida por Habermas para a o ambiente virtual, criando uma esfera pública digital.

Segundo Castells (2006, p.227), a Internet é um espaço social, capaz de continuamente se ampliar e diversificar à medida que novas tecnologias de acesso móvel vão se desenvolvendo. Por isso, para ele, “a preservação da liberdade de expressão e comunicação na Internet é a principal questão na liberdade de expressão em nosso mundo.” (CASTELLS, 2006, p.227).

Para Sodré (2013, p.11-12), o global se caracteriza pela “medida da velocidade de deslocamentos de capitais e informações tornados possíveis pelas teletecnologias”. Ou seja, o autor entende a globalização como uma “teledistribuição” mundial de pessoas e coisas. Já para Kellner (2006, p.122), “a mídia se torna tecnologicamente mais exuberante e está assumindo um papel cada vez maior na vida cotidiana”. Augé (2006, p.99-100) alerta para o fato de que apesar de haver opiniões contrárias em relação a “esta planetarização”, é possível perceber que

há uma multiplicação de reivindicações de identidade local com formas e em escalas muito diferentes umas das outras – esta diferenciação está intimamente ligada a mundialização do mercado.

As interconexões provenientes da globalização, em suas dimensões tecnoeconômicas, são responsáveis por conectar empresas, instituições e indivíduo. Todavia, irão, igualmente, desconectar o que não irá lhe servir. Isto posto, esse processo de inclusão, e, também, de exclusão irá produzir reações e separações entre o global e o local (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.59-60).

O sociólogo Manuel Castells (2006, p.225) afirma que “a era da informação é nossa era”, diante do fato de se firmar como um período da história marcado por uma “revolução tecnológica centrada nas tecnologias digitais de informação e comunicação, concomitante, mas não causadora, com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos da atividade humana, e com a interdependência global desta atividade”. Ademais, este processo de transformação é incluyente e excluyente ao mesmo tempo, uma vez que há valores e interesses dominantes nas relações sociais.

Entretanto, de acordo com Sodr  (2013, p.12), a expressão “Revolu o da Informa o”   comumente utilizada para intitular o momento e os impactos que ocorrem frente ao aumento na utiliza o de novas tecnologias de informa o e comunica o. Todavia, para o autor (2013, p.12), utilizar esse termo como substituto de “Revolu o Industrial” pode ser um equívoco, uma vez que a palavra revolu o está expressa, caracterizando um acontecimento inesperado ou uma grande ruptura ou um novo valor  tico. Para Sodr , no entanto, as transforma es decorrentes da tecnologia “mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e ali agilizar o que, dentro dos parâmetros liberais, se chamaria de ‘democratiza o’” (SODR , 2013, p.12-13). A expressão então que se enquadraria como mais adequada a este momento seria “muta o tecnológica”.

Contudo, para Rüdiger (2008, p.27), o capitalismo agencia, desde muito tempo, um sentido dominante de uma ordem social e espiritual que forma uma rede de trocas, em que “os negócios, contatos, pesquisas, opera es, lazeres e atividades profissionais, para não falar das rela es de poder e dos laços de afetividade, passam agora por ele”. Por isso, Kellner (2006, p.143) enfatiza que, essa “reestrutura o global do capital”, em conjunto com a “revolu o tecnológica” geram novas formas de organiza o da sociedade, seja nas questões políticas, soberanas, culturais, ou ainda, na vida cotidiana – gerando novos tipos de contesta o. Para Kellner (2006, p.143) mesmo em países em desenvolvimento essa “sociedade de infoentretenimento” se expande através de uma “economia interligada em rede e uma nova tecnocultura da Internet”.

De acordo com Recuero (2009, p.135), “a mudança no sentido de lugar  , assim, amplificada pela Internet, embora não tenha surgido com a mesma”. Ainda que a Internet não seja a primeira responsável pelas mudanças na comunica o social, a transforma o da no o de localidade geográfica das rela es sociais   uma das primeiras modifica es detectadas em rela o   comunica o mediada por computador nestas intera es.

As comunidades virtuais, como o grupo “Cabuçu tem histórias” irão se configurar como espaços de “alargamento geográfico dos laços sociais” (RECUERO, 2009, p.144). Ao fazer parte de uma comunidade virtual, os atores sociais se concentram em um território da comunidade, que pode estar vinculado a um espaço institucionalizado no próprio espaço virtual ou restrito a um elemento que possa identificar esse grupo. Com isso, essas comunidades se configuram como agrupamentos sociais a partir de uma mudança da sociabilidade caracterizada por rela es de intera o de um grupo social, mediadas pelo computador.

Para Orozco Gómez (2006, p.87), a socialidade compreende um “conjunto de negocia es que os atores sociais realizam entre os referentes e os outros atores no processo comunicativo e de gesta o de significados.”. Diante disto, uma comunidade interpretativa pode

predominar em relação a outras, além das situações favoráveis ou desfavoráveis para a produção simbólica, que irão se misturar “em circuitos e ações de resistência e confrontação, passividade e aceitação, proposição e debate.” (OROZCO GÓMEZ, 2006, p.87). Exposto isto, a tecnologia e suas mudanças contínuas poderão, igualmente, afetar esta socialidade. Orozco Gómez (2006, p.87) define esse impacto da tecnologia como “mediação tecnológica”:

De fato, numa grande mudança de época como a atual, a tendência vigente é a de afetar desde o tecnológico até quase todas as demais dimensões da vida individual e coletiva. O que eu prefiro chamar “mediação tecnológica” impacta claramente de variadas formas tudo aquilo que toca. Não se trata de negar nem diminuir ou simplesmente relativizar esse impacto. Trata-se de vê-lo como um impacto importante, mas que necessariamente compete com outros, em situações diversas, em diferentes cenários cujas consequências não são só causadas por ele. (OROZCO GÓMEZ, 2006, p.87)

As práticas de comunicação entre os atores sociais irão gerar hábitos e promover, muitas vezes até de forma automática, a interiorização de comportamentos e padrões de reação em relação às referências de comunicação que possuem. Sendo assim, pode se tornar uma tarefa difícil tentar modificar os costumes desses atores, sejam eles individuais ou coletivos, diante das referências informativas, midiáticas e não-midiáticas, que possuem. (OROZCO GÓMEZ, 2006, p.88).

Ainda para Orozco Gómez (2006, p.94), a vida cotidiana possui como resultado uma dependência da tecnologia cada vez mais crescente, principalmente a midiática e a digital. Ele afirma que esta dependência não é explorada apenas para fins de desenvolvimento humano, mas, de forma essencial, para fins mercantilistas, uma vez que “os valores de eficiência e competitividade mercantil sustentam ou direcionam muitos dos avanços tecnológicos contemporâneos” (OROZCO GÓMEZ, 2006, p.94).

O computador e toda a sua estrutura vão além de sua parte física e programática – hardware e software – uma vez que consegue atualmente, através de sua interface, produzir sentidos e gerenciar novas formas de se estar presente e gerir esses sentidos (BEZERRA et al, 2016, p.143). Assim, segundo Bezerra et al (2016, p.143), as distâncias são alteradas por uma “onipresença”, em que não há mais a necessidade de se deslocar de forma física, material, para realizar uma comunicação com outras pessoas, se tornando mais disponível e encurtando distâncias físicas.

Com sua existência desde o final da década de 1980, ainda que não acessada pela maioria da população devido à ausência de protocolos de conexão para utilização para o homem comum, a Internet não era atrativa, se configurando até como irrelevante, para o cotidiano da massa da população (RÜDIGER, 2008, p.19). Porém, a partir da criação de uma nova interface gráfica e criação de protocolos que favoreceram o uso da rede por pessoas com pouco conhecimento na área, a realidade da Internet foi se modificando, culminando em um fenômeno relativamente recente, que, segundo Rüdiger (2008, p.19), iniciou-se em 1994 como um fenômeno cotidiano.

Atualmente, o uso da Internet é algo corriqueiro no dia a dia. Porém, essa “explosão” da atividade na rede é relativamente recente. Segundo Lemos (2005, p.1-2), a popularização da Internet se iniciou da década de 1980 e, em conjunto com as novas tecnologias desenvolvidas, como a Internet sem fio, tecnologia *bluetooth* e a popularização dos aparelhos celulares, propiciaram uma transformação nas práticas sociais. A forma com que as pessoas passaram a produzir e consumir informação, além da vivência no espaço urbano está sendo continuamente modificada. Para o autor, a cibercultura “solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloque até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”. (LEMOS, 2005, pp.1-2)

Castells (2003, p.7) afirma a relevância da Internet como a base da organização da chamada Era da Informação. Todavia, a ideia de rede tem sua base muito antes do advento da Internet: “a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet.” (CASTELLS, 2003, p.7).

E qual a diferença entre uma era de comunicação tradicional e a comunicação mediada por computador? Para Martino (2014, p.103) a diferença está na forma com que as representações são apropriadas nos meios digitais. Em outras palavras, ao se tratar da realidade exposta no ciberespaço, seja através de narrativas ou representações, se desenvolve um grande número de conexões e informações que irão fazer parte dessa estrutura que ligará o real ao virtual.

Essa realidade faz parte de uma trama simbólica de representações que a humanidade se encontra imersa (MARTINO, 2014, p.103). Há várias narrativas – reais ou imaginárias – encontradas no ciberespaço, assim como na realidade física dos seres humanos. Há várias “realidades virtuais” presentes no imaginário dos seres humanos – assim como no ciberespaço.

Essa “gigantesca máquina de contato e de troca de informações”, como Lemos (2005, p.15) define a Internet na atualidade, perpassou por mudanças importantes ao longo do seu processo de uso e estruturação. Com o avanço da Internet fixa e agora, a móvel, há também uma mudança de paradigma: “a Internet fixa mostrou o potencial agregador das tecnologias de comunicação. Agora a Internet móvel está aproximando o homem (...) fazendo emergir uma nova cultura telemática, com novas formas de consumo de informação e com novas práticas de sociabilidade” (LEMOS, 2005, p.15).

Ao trabalhar a questão da mediatização é importante que não se confunda que uma sociedade que passa por um processo de mediatização não é uma sociedade controlada pela mídia (MARTINO, 2014, p.240). Ou seja, uma sociedade mediatizada é aquela em que a mídia irá se relacionar com as práticas do cotidiano dessas pessoas, criando possibilidades de forma contínua e estabelecendo relações com elas.

A mídia é parte do processo de formação social e histórico de uma sociedade e, por isso, assim como afirma Martino (2014, p.246) “não há separação entre ‘mídia’ e ‘sociedade’ na medida em que os meios de comunicação são parte integrante da sociedade”. Ao se tratar das grandes cidades, está questão já se encontra enraizada em seu cotidiano, de modo que a mídia se insere de forma natural nos espaços sociais. Com isso, reforça-se a ideia de Martino (2014, p.246) que diz que: “assim como não é possível viver separado do ambiente físico no qual se está, é muito difícil ficar fora do ambiente constituído pelas mídias.”

Ao se tratar a questão da mediatização, Martino (2014, p. 242) afirma que esta tem o “mérito de explicar as transformações no modo de viver contemporâneo ultrapassando qualquer dualidade entre mídia e sociedade em favor de uma articulação complexa e contraditória entre esses elementos, pensando que o fenômeno está presente o tempo todo, em todos os lugares”. Ainda de acordo com Martino (2014, p.248), os “meios de comunicação são um dos principais, senão o principal, intermediário entre os indivíduos e o mundo”. Isso não quer dizer que só há comunicação através destas mídias, mas, a forma com que hoje ela ocorre possibilitou uma interação muito maior, de modo que as distâncias, que antes bloqueavam as relações, hoje estão cada vez mais reduzidas.

Importante destacar que, assim como outros processos sociais, a mediatização não irá ocorrer da mesma forma em todas as sociedades. Por isso, essa condição não será observada de forma igualitária, pois dependerá de condições econômicas, políticas e tecnológicas (MARTINO, 2014, p.241).

De acordo com Lévy (1999, p.17), o ciberespaço⁵ “é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores.” Já a cibercultura, para ele, é definida como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” Essa emergência do ciberespaço vai acompanhar, traduzir e favorecer uma “evolução da civilização” (LÉVY, 1999, p.25). Por fim, para Lévy (1999, p.41), “o ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio textos, meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas.” (LÉVY, 1999, p.41).

A cibercultura, para Levy (2008, p.11) é uma nova forma de cultura que não anula a oralidade, muito menos a escrita, mas as prolonga. Isto é, ela as aperfeiçoou através das novas formas de tratamento de informações e evoluções tecnológicas. Ademais, o avanço destas tecnologias torna-se “vetores de novas formas de agregação social” (LEMOS, 2008, p.16).

Para Rüdiger (2008, p.11), a cibercultura pode ser entendida como “um campo de experiência através do qual esse fator instituinte dos tempos modernos começa a se tornar cotidiano à consciência”. Assim, sua definição remeteria ao “conjunto de fenômenos de costumes que nasce à volta das novíssimas tecnologias de comunicação, da chamada informática de comunicação.” (RÜDIGER, 2008, p.26). Cunha (2011, p. 110) informa que, com o aumento do acesso à Internet, em conjunto com a facilidade de acesso com as mídias portáteis, irão proporcionar uma experiência de memória portátil, em que é possível, sempre que necessário, consultar as narrativas que foram construídas naquele ambiente virtual por estes e por outros indivíduos.

Todavia, Cunha (2011, p.111) afirma que através do ciberespaço, ou, como o autor declara este novo “metameio”, as pessoas conseguem construir uma memória viva, memória que será mais próxima da “real” do que aquela representada em arquivos ou em livros de uma biblioteca. Este fenômeno é possível através das ferramentas e dispositivos que irão facilitar e potencializar o compartilhamento de informações entre as pessoas. Essas informações podem ser veiculadas através de textos, vídeos, fotografias e outros recursos disponíveis através das particularidades de cada plataforma de acesso.

Morigi e Massoni (2015, pp.509-510) reforçam o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na transformação da produção humana. Ao acelerar a comunicação, as TICs geram novos espaços a serem ocupados pelos indivíduos.

As fotografias que são compartilhadas na Internet, que irão representar a cidade ou o local em que se mora, irão também refletir a opinião e visão das pessoas sobre esses espaços. Por isso, para Morigi e Massoni (2015, p.510-511) através dessas fotografias as pessoas irão virtualizar as representações do ambiente urbano que possuem. Isto significa dizer que as imagens que antes estavam apenas no imaginário das representações pessoais sobre o ambiente, através das relações das pessoas com o meio, suas lembranças, suas memórias, irão encontrar no espaço virtual uma nova forma de divulgação, de compartilhamento de experiências.

De acordo com Santos (2006, p.213), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.”. Com a globalização, a facilidade de contato com locais, cada vez mais remotos, têm se ampliado, juntamente com o avanço de novas tecnologias

5 A palavra "ciberespaço" foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. [...] O ciberespaço de Gibson torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível. O termo foi imediatamente retomado pelos usuários e criadores de redes digitais. Existe hoje no mundo uma profusão de correntes literárias, musicais, artísticas e talvez até políticas que se dizem parte da "cibercultura". (LÉVY, 1999, p.92).

que possibilitam essa expansão. Todavia, para o autor, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p.231).

Santos (2006, p.224) sugere ainda que “a memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro”. O espaço, para o autor, “é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado”.

A midiatização, para Sodré (2006, p.20) se caracteriza como “uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível.” Ainda, a midiatização irá implicar em uma “qualificação particular da vida”, representando uma nova forma de presença dos sujeitos no mundo.

A Internet, então, produz uma característica temporal diferenciada, com um presente eterno, em que todos os envolvidos naquela conexão irão experimentar um tempo sem intervalos e fluido. Entretanto, segundo Barbosa (2016, p.8), “os meios de comunicação, ao construírem uma narrativa sobre um mundo sedimentada, cada vez mais, na ideia do ultra atual, estariam produzindo uma textualidade para o futuro e dando um lugar na história para os acontecimentos que no presente emergem na duração”.

O retorno permanente ao passado para Cunha (2011, p.102), que é proporcionado pelas redes sociais, neste estudo representada pelo grupo “Cabuçu tem histórias”, “é um fenômeno capaz de remexer o presente”. Ou seja, o passado “acaba se tornando atual” à medida que é comentado e compartilhado, e, com isso, altera o processo de construção da memória. Ao efetuarem o registro coletivo, com o compartilhamento de memórias, imagens, percepções sobre fatos, exporem suas opiniões e ainda sugestões, estas comunidades transformam-se em lugares, partindo da narração sobre eles passando a ter uma memória construída por uma narração coletiva.

De acordo com Sodré (2006, p.20), as redes e as novas tecnologias do virtual irão se apoiar no computador, utilizado como canal e ambiente estrutural para as relações. Na Internet, segundo ele, o “tempo real e espaço virtual operam o redimensionamento da relação espaciotemporal clássica”. Essa nova forma de organização social contemporânea, ainda segundo Sodré (2006, p.20), é regida pela tendência pela “virtualização das relações humanas”, ou seja, pela midiatização. O que, para Delgado (2003, p.22), na atualidade, a cultura virtual e a rapidez com que as informações fluem no cotidiano das pessoas, há, muitas vezes, a ausência de narradores espontâneos, ou seja, das pessoas que “fazem das lembranças, convertidas em casos, lastros de pertencimento e sociabilidade”. Assim, vão se perdendo as referências e reduzindo a possível construção de um saber.

Com o surgimento da comunicação mediada pelo computador, segundo Recuero (2009, p.16-17), a ampliação da capacidade de conexão advinda deste fenômeno permitiu um aumento da capacidade de conexão e comunicação dos indivíduos, possibilitando que redes sociais fossem criadas, expressas nos espaços virtuais e mediadas pelo computador.

Uma rede é “uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” para Recuero (2009, p.24). “A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem as suas conexões.” Esses atores que Recuero (2009, p.24) cita são as pessoas envolvidas na rede que fazem parte do sistema e moldam as estruturas sociais pela interação e constituição de laços sociais. Abrangendo a caracterização para as redes sociais de Internet, os atores não são claros, trabalhando-se, assim, com “representações dos atores sociais ou construções identitárias do ciberespaço” (Recuero, 2009, p.25). Esta diferenciação se configura pelo distanciamento na interação social pelos envolvidos, aspecto fundamental da comunicação que utiliza o computador como mediador.

Em relação às conexões de uma rede social, Recuero (2009, p.30) explica que elas se constituem por laços sociais formados por interações sociais entre os atores. Essas interações são notadas a partir dos rastros sociais que os indivíduos deixam na rede, até o momento em que podem ou não serem deletadas. Ainda, segundo Recuero (2009, p.36), “a interação mediada pelo computador é também geradora e mantenedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na Internet. Mas mais do que isso, a interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais”.

Para Recuero (2009, p.79-80), uma rede social irá se modificar em relação ao tempo, mesmo que esta seja mediada por uma conexão através da Internet. Pois as dinâmicas dos processos envolvidos nestas redes serão consequência do processo de interação entre os autores. Assim, tanto os sistemas sociais como as redes sociais estarão em constante mudança que irá gerar novos padrões estruturais.

A cooperação se constitui como processo formador das estruturas sociais, uma vez que “sem cooperação, não há grupo” (RECUERO, 2009, p.91). Sem ela, ainda, não há sociedade em razão da falta de um “agir organizado” (RECUERO, 2009, p.81). Por isso, analisar as formas de cooperação em uma rede social, sejam elas geradas por interesses individuais, pelo capital social ou pelo grupo, auxiliam na compreensão das ações coletivas dos envolvidos (RECUERO, 2009, p.81).

Os sites de redes sociais, como o Facebook – em que o grupo “Cabuçu tem histórias” está situado – não são elementos relativamente novos, mas, consequência da apropriação de ferramentas, pelos atores sociais, de comunicação mediada pelo computador (RECUERO, 2009, p.102). Atualmente, com os aplicativos para celulares e a facilidade de conexão, esse acesso está cada vez mais facilitado. Todavia, estes sites – e aplicativos –, para Recuero (2009, p.103) não constituem a rede social propriamente dita, mas um sistema capaz de unir, perceber e auxiliar os atores sociais que, enfim, serão os responsáveis por constituírem essas redes.

A utilização das redes sociais pelos atores sociais pode não ser exclusiva de apenas um site, pois, uma mesma pessoa pode utilizar diversos sites para realizar o contato com sua rede de relacionamentos, com objetivos diferentes ou similares (RECUERO, 2009, p.105). Entretanto, isso não quer dizer que quanto mais conexões em sites de rede sociais a pessoa tiver, maior será a visibilidade e aprofundamento do laço social entre os participantes. Recuero (2009, p.114-115) afirma que, “os sites de redes sociais somente são eficientes para o gerenciamento do capital social mais básico”. Assim, esses sites atuam como catalisadores e mantenedores de redes sociais, mas não como vetores eficientes de aprofundamento de laços sociais.

Convém salientar que, ainda que exista uma rede social na Internet, isso não anula o fato de que possa existir uma rede social na “vida concreta” do indivíduo. Uma vez que este canal de interação pode ser apenas para manter laços sociais já existentes, ou ainda, criar novos laços (RECUERO, 2009, p.143). O ciberespaço se configura, assim, como um meio de interação, responsável por estabelecer de forma prática conexões entre esses atores.

Para compreensão da importância dessas memórias – individuais e coletivas – expressas e compartilhadas nas redes sociais, torna-se necessária uma análise do fenômeno mnemônico, que será desenvolvida a seguir, no capítulo 2.

CAPÍTULO II DO LADO DE CÁ TAMBÉM TEM MEMÓRIAS?

Afinal, será que “Cabuçu tem histórias”? Ou, ainda, Cabuçu tem memórias? Ou serão lembranças, testemunhos, hipóteses... Tais indagações são tratadas neste segundo capítulo. Assim, o trabalho se concentrou com o propósito de tornar claras as definições do que, de fato, seja a memória – coletiva ou individual, trabalhada na página da rede social em questão, o grupo de Facebook “Cabuçu tem histórias”.

É, igualmente, explorada a dialética entre a memória em rede e a memória dos sujeitos a partir da análise de autores que apresentam análise da memória em seu caráter social. Estes estudos permitem compreender a dinâmica explicitada pelos participantes do grupo “Cabuçu tem histórias”, enquanto utilizam o espaço para divulgação de suas memórias pessoais, com o intuito de eternizar essas memórias no ambiente virtual.

São as memórias divulgadas no grupo “Cabuçu tem histórias” parte de uma história do bairro? O que é considerado história? Memória e história são diferentes? Por que o grupo só aceita memórias até a década de 1980? Antes disso não pode ser considerado memória e possivelmente história? A história tem prazo para ser definida? São estas questões que se procurou responder no decorrer da análise desta dicotomia.

2.1 Por Uma Representatividade De Memória

(...) o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado”. (RICOEUR, 2003, p.2)

Paul Ricoeur (2010) em sua obra intitulada “A memória, a história e o esquecimento” aplica a questão da memória sobre perspectivas diversas, entre elas: a de narrativa e de como construímos o processo de identidade a partir delas, e, da mesma forma, como podemos pensar a história a partir de como somos capazes de narrá-la ou ainda esquecê-la.

Para tanto, Ricoeur (2010, p. 27) analisa conceitos de três filósofos: dois da Antiguidade – Aristóteles e Platão – e um contemporâneo, Henri Bergson. Sobre Platão, a partir da *eikon*⁶, pauta a representação presente de algo ausente, ou seja, a questão da memória pela imaginação.

A distinção entre mneme e anamnesis apoia-se em duas características: de um lado, a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste numa busca ativa. Por outro lado, a simples lembrança está sob o império do agente da impressão, enquanto os movimentos e toda a sequência de mudanças que vamos relatar têm seu princípio em nós (RICOEUR, 2010, p.37).

Igualmente, a retórica da lembrança e da recordação, em que o lembrar é produzido após um transcorrer de tempo, um intervalo em que a impressão original do fato retorna, percorrendo a recordação. Para o autor, “o tempo continua sendo a aposta comum à memória-paixão e à recordação-ação” (RICOEUR, 2010, p.37). A rememoração é então um processo em que, a se considerar que para Platão há dois mundos: um sensível, efêmero e outro inteligível, similar ao plano espiritual; cada ser humano a processa quando conhece ou descobre algo e relembra algo que a alma já viu especialmente ao se trabalhar veridicamente.

⁶ Imagem, retrato, representação por imagens.

Em Aristóteles, Ricoeur (2010) resgata a representação da memória como algo que aconteceu, essencialmente, no passado e não uma memória da alma. A sensação do tempo trabalhado por Aristóteles expõe que o ser humano a compartilha no aspecto da memória não somente com outros iguais, mas também, com outros animais. Entretanto, apenas os humanos possuem a sensação temporal e sua passagem no decorrer do tempo, seja no reconhecimento do passado, no entendimento do presente, ou ainda, na esperança no futuro.

A memória é então do passado, e:

(...) uma recordação o surge ao espírito sob a forma de uma imagem que, espontaneamente, se dá como signo de qualquer coisa diferente, realmente ausente, mas que consideramos como tendo existido no passado. Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve (RICOEUR, 2003, p.2).

Analisando Henri Bergson, Paul Ricoeur (2003) trabalha a memória como reconhecimento, como uma capacidade de cada indivíduo de identificar a si mesmo através de sua memória. Durante o desenrolar do primeiro capítulo, o autor trabalha as proposições de Bergson a partir das divisões propostas por ele, utilizadas em momentos-chave dos argumentos de Ricoeur, retomando estudos do autor. A essa importância dada aos estudos de Bergson em sua obra, Ricoeur assinala que:

É a Bergson que devemos o ter recolocado o reconhecimento no centro de toda a problemática da memória. Em relação ao difícil conceito da sobrevivência das imagens do passado, seja qual for a conjunção feita entre as noções de reconhecimento e de sobrevivência do passado, o reconhecimento, tomado como um dado fenomenológico, permanece, como gosto de dizer, uma espécie de “pequeno milagre”. Nenhuma outra experiência dá a este ponto a certeza da presença real da ausência do passado. Ainda que não estando mais lá, o passado é reconhecido como tendo estado (RICOEUR, 2003, p.2).

Avançando na análise sobre a memória a partir da cultura, o sociólogo Pierre Bourdieu (2007) trabalha em seus estudos sobre como as estruturas do mundo influenciam diretamente nas ações cotidianas dos agentes sociais. Porém, as próprias pessoas constroem, mantêm, produzem e reproduzem, constantemente, essa sociedade, através de uma relação social dialética⁷. Ele trabalha com uma ideia de desnaturalização da cultura. Assim sendo, a cultura seria então o conjunto de elementos disseminado pelos mais diversos campos da vida humana: familiar, escolar, social, entre outras. Caracterizando-se, assim, por um somatório de elementos trazidos através de vivências sociais e coletivas.

Entre os aspectos principais dessa teoria estão sob os efeitos de dominação, material e simbólica que ocorrem nas relações sociais. Essa dominação inscreve-se na objetividade (divisões objetivas) e na subjetividade (esquemas cognitivos). A proposta de quatro tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), circulando e distribuindo-se em um campo social de lutas, reflete essa relação entre divisões objetivas e esquemas cognitivos. (CAMPOS, 2018, p.107)

⁷ A sociedade se cria e se transforma através de uma relação dialética, contraditória, de teoria e ação, onde ideias diferentes são colocadas em prática, formando uma estrutura social.

Ao investigar a polaridade entre reflexividade e mundanidade, Ricoeur (2010, p. 53-4) ressalta a questão desse espaço onde se viveu, sobre a relação com o outro, as situações do mundo em que as pessoas viram, experimentaram e aprenderam. Ao se lembrar de algo, não há um eu, mas nós, cujas “situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, (...), enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu” (RICOEUR, 2010, p.53). Ao refletir sobre a teia simbólica pela qual as pessoas em suas vivências transitam com as estruturas do mundo em confronto com a memória, esta última se insere em sua fase declarativa, sendo a reflexividade um rastro irrecusável de memória, independente da estrutura social ao qual pertença.

A estrutura social abordada por Pierre Bourdieu se apresenta como um sistema hierarquizado de poder e privilégios, hoje, muitas vezes mascarado pela ampliação do acesso a determinados bens, mas ainda assim presente no cotidiano através das relações materiais, econômicas, simbólicas e culturais. Confere-se que há histórias que tendem a ser rejeitadas por sociedades que não possuem acesso a essas determinadas formas de poder e privilégios.

Se as relações constitutivas do campo de posições culturais não revelam completamente seu sentido e sua função a não ser quando referidas ao campo das relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-las e utilizá-las, tal ocorre porque as tomadas de posição intelectuais ou artísticas constituem, via de regra, *estratégias* inconscientes ou semiconscientes em meio a um jogo cujo alvo é a conquista da legitimidade cultural, ou melhor, do monopólio da produção, da reprodução e da manipulação legítima dos bens simbólicos e do poder correlato de violência simbólica legítima.” (BOURDIEU, 2007, p.168-169)

Logo, o acesso a esses bens culturais pode se tornar escasso em algumas regiões periféricas, como a região da Baixada Fluminense. Para Ricoeur (2010, p.92), “a glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura”. Partindo-se dessa premissa, é possível sugerir que a criação da página, “Cabuçu tem histórias”, se caracteriza como uma tentativa de estruturar uma cura para essas feridas simbólicas de esquecimento, de violência com a memória de seus habitantes.

A lógica de produção capitalista, segundo Bourdieu (2007), passa, então, a ser mediada pela lógica de mercado. Apesar disso, ocorre a existência na sociedade dos bens simbólicos, que se constituem como os bens que não são trocados por dinheiro, nem necessariamente produzidos pelo dinheiro, mas pelo que eles representam socialmente.

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as *diferenças de fato em distinções significantes*, ou, para falar como os linguistas, em “valores”, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em consequência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social – por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia, e, sobretudo “as maneiras”, o bom gosto e a cultura – pois aparecem como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irreduzível ao ter, enfim como uma *natureza*, mas que é paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza, uma graça e um dom. O que está em jogo no jogo da divulgação e da distinção é, como se percebe, a excelência humana, aquilo que toda sociedade reconhece no homem cultivado (BOURDIEU, 2007, p. 16).

Essas trocas simbólicas ocorrem em um campo, que se apresenta como o espaço de atuação dos indivíduos na sociedade. O local de funcionamento de um *habitus*, que seria uma espécie de interiorização dos hábitos, valores e normas que cada indivíduo tem cotidianamente. Um espaço simbólico e de interação, em que ocorrem as disputas pelas representações, as relações dialéticas, entre diversos segmentos sociais.

(...) para que um aglomerado ou conjunto de indivíduos partilhando as mesmas condições de vida atuem como classe, é necessário, antes, o trabalho de se tornar coletivo, agindo política e voluntariamente de modo coletivo; para tal, um grupo desenvolve uma autopercepção (representação) como grupo ou classe e produz a vontade política que se nutre e põe-em-marcha à representação de um 'grupo unificado' (CAMPOS, 2018, p.109).

Ainda, segundo Bourdieu (2007, p. 164):

Em suma, os juízos mais pessoais que se pode fazer a respeito de uma obra, mesmo que seja a própria obra, constituem sempre juízos coletivos por serem tomadas de posição referidas a outras tomadas de posição tanto de maneira direta e consciente como de maneira indireta e inconsciente, por intermédio das relações objetivas entre as posições de seus autores no campo. Através do sentido público da obra que se constitui em meio às interações infinitamente complexas entre juízos ao mesmo tempo determinados e determinantes através das sanções objetivas impostas pelo mercado de bens simbólicos às aspirações e as ambições do produtor e, em particular, através do grau de reconhecimento e consagração que o mercado lhes concede, defrontamo-nos com a estrutura inteira do campo que se interpõe entre o produto e sua obra passada e futura, impondo-lhe a delimitação do campo das ambições que são vividas como legítimas ou ilegítimas e cuja probabilidade de realização encontra-se objetivamente inscrita em sua posição ou dela excluída (BOURDIEU, 2007, p.164).

As sociedades, em geral, possuem um poder simbólico, um acúmulo, capital, em que um grupo de indivíduos tenta “persuadir” outros indivíduos a partir de um processo de dominação. Nesse contexto, símbolos, objetos e coisas irão ganhar um significado, exercendo um poder sobre as pessoas. Poder esse que vai além das instituições sociais básicas, veiculado a partir do capital simbólico, um capital cultural, que alguns setores dominantes da sociedade exercem para gerar um poder de força diante de outros segmentos sociais.

Uma reflexão importante acerca do capital cultural, é que Bourdieu (2007) coloca a educação como reprodutora dos valores dominantes da sociedade, uma vez que a escola separa as pessoas que possuem um acúmulo de capital cultural daqueles que não possuem, seja pela linguagem, o acesso às tecnologias, ao conteúdo empírico, entre outros.

O capital pode não ser meramente econômico, mas, também, social, cultural e simbólico. A esse capital simbólico, Bourdieu (2007) constrói uma ideia de uma situação presente na existência de cada pessoa, em suas experiências particulares, em um conjunto de significados pelos quais as pessoas criam distinções entre outras pessoas a partir desse significado simbólico. Assim, nos espaços que necessariamente não ocorre qualquer outro tipo de violência, pode ocorrer a violência simbólica, uma vez que não se constitui como algo físico, mas, muitas vezes, naturalizado e de forma sutil.

Essa forma relacional de poder é corriqueira na sociedade. O domínio sobre o outro pode começar de forma meramente psicológica, através de sinais de autoridade, aparência, conhecimento e todo o mais que transparece, através do tipo de conduta adotada por determinados segmentos sociais (BOURDIEU, 2007).

O capital simbólico, de forma geral, pode ser caracterizado pelo prestígio ou, até mesmo, honra que uma pessoa ou localidade pode exercer diante de outra. Nas comunidades excluídas,

há frequente omissão de alguns moradores sobre o local de origem, a fim de evitar julgamentos severos e preconceituosos por parte de habitantes de outras localidades.

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não   outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposi es inconscientes que constitui o produto da interioriza o das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determina o, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 201-202).

Sendo assim, decerto por uma comunidade não possuir um capital simbólico frente aos demais, estes resolvem por eles mesmos, com os recursos e acessos que possuem transformar e adequar dentro de suas perspectivas e iniciativa uma nova rede de contatos e disseminar suas lembranças, a fim de que suas memórias não caiam no esquecimento.

As representa es sociais que cada povo realiza em suas respectivas sociedades fazem parte deste *habitus*. Estas representa es que cada sociedade alcança fazem parte de sua história e da constru o coletiva que cada membro leva como orienta o ao determinar seus pontos de vista. Segundo Bourdieu (1989, p. 9), “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e comunica o, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados.” Ademais, as características relacionadas a seguir trazem um panorama de influências ligadas   constru o destas representa es sociais:

De fato, as disposi es mais inconscientes, como por exemplo as que resultam da interioriza o de um *habitus* primário de classe, se constituíram através da interioriza o de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices e san es, que nada mais são do que a materializa o, nos objetos, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas. Tais disposi es permanecem o princípio de sele o de todos os signos e índices produzidos pelas situa es extremamente diversas que são capazes de determinar sua atualiza o (BOURDIEU, 2007, p.161)

Aprofundando o conceito de *habitus*, Bourdieu (2007, p.161) o exprime como um sistema de posi es duráveis, com correspondência entre posi es sociais e estilos de vida, marcado pelas condi es materiais. Ele consiste então em um princípio gerador e unificador de todas as práticas. Aliado ao *habitus* há a questão do gosto como uma propensão ou aptidão   apropria o de uma determinada categoria de práticas classificadas. O *habitus* então seria a materializa o das disposi es sociais interiorizada no indivíduo, que aprende um determinado estilo de vida para conviver em um determinado grupo social ou classe social ao qual pertença.

O próprio indivíduo aprende a viver no grupo social ao qual endossa e assim, de forma consciente ou não, reproduz essa classe social e todo o sistema de classe. Desde muito cedo, já na infância, os círculos sociais presentes na vida de cada um interiorizam e imprimem uma ordem social. Bourdieu (2007) critica a institui o do Estado como o monopolizador da violência. Mas, não somente o Estado, como também a escola e a família são reprodutores de certa violência moral e psíquica classificatória entre os indivíduos.

A questão ideológica frente   memória, de acordo com Ricoeur (2010, p.98), “no plano mais profundo, o das media es simbólicas da a o, a memória   incorporada   constitui o da identidade por meio da fun o narrativa”. Igualmente, essa ideologia da memória se configura através da narrativa imposta. Personagens e história narrada sendo colocados simultaneamente

na mesma trama, de forma a favorecer a modelagem de uma identidade. Para Ricoeur (2010, p.98):

É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. (...) Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece.

Ademais, a própria memória exercida, institucional, se configura como uma memória ensinada, através de uma memorização com a única finalidade de beneficiar uma história comum, que, segundo Ricoeur (2010, p.98) “o fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade”, em que a história e até a comemoração se tornam forçadas e convencionadas, estabelecendo um “pacto temível” acerca do lembrar, memorizar e comemorar.

Essa violência simbólica por muito tempo permeou o campo da cultura e do patrimônio, uma vez que relacionando apenas os bens materiais que apresentassem uma excepcionalidade artística, deixou-se de lado uma gama de outros elementos de valor simbólico para as mais variadas formas de expressão cultural. Segundo Bourdieu (1989, p.10), “as ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”. Entretanto, ao se pensar no campo da memória, os costumes sociais e morais, *habitus* da vida comum, encontram-se presentes na vida cotidiana, lembrados e rememorados, e que, segundo Ricoeur (2010, p.43) “uma parte dos quais é praticada nos rituais sociais ligados ao fenômeno de comemoração”, não de uma memória privada, mas coletiva.

O campo da cultura se destaca assim como os valores e significados que os locais, objetos e experiências vivenciados possuem para uma sociedade, que fizeram parte de suas vidas e hoje ganham força através do ambiente virtual. Em postagens e conversas de moradores de Cabuçu, muitos se emocionam apenas pelo fato de constatar que sua memória poderia ter algum sentido, um real valor. Todavia, chegou-se a essa via, primeiramente, por haver uma exclusão por parte do poder público em relação a uma identificação histórica oficial do bairro. Sobre essa questão cultural, pode-se relacionar ao fato de o bairro estar localizado na periferia da cidade, não se constituindo de um grupo social dominante. Sobre esta espécie de hierarquia cultural, Bourdieu (1989, p.10) afirma que:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função da comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

O estudo do *habitus*, proposto por Bourdieu (2007) auxilia no entendimento das instituições e estruturas pelas quais os indivíduos interagem, estruturando a sociedade através de seus entendimentos subjetivos e construídos no pertencimento a grupos sociais. A partir de determinado *habitus*, o indivíduo constituirá um modo de ver o mundo próprio, uma

interiorização de uma ordem social na mente de cada um, fazendo com que, ao participar em determinado campo social, também reproduza o sistema de classes a que se insere.

Em análise aos estudos de Bergson sobre memória-hábito e memória-lembrança, Paul Ricoeur (2010, p.43) discute o confronto entre hábito e memória, em que ele define como “dois polos de uma série contínua de fenômenos mnemônicos”, pela relação com o tempo comum aos dois. Entretanto, no hábito há uma aquisição de experiência anterior incorporada à vivência presente, não marcada nem declarada como passado, “a memória-hábito é a que usamos quando recitamos a lição sem evocar, uma a uma, as leituras sucessivas do período de aprendizagem” (RICOEUR, 2010, p.44). Já na memória-lembrança há a relação direta com o vivido, referenciando essa anterioridade da aquisição antiga, da referência temporal ao lugar no tempo.

Nesse campo de disputas sociais, a criação e disponibilização de um conteúdo cultural em um ambiente virtual como o objeto de estudo desta pesquisa, insere-se como uma tentativa de resgate de valores, a partir do que o grupo social pertencente a esta página constrói e reproduz como importante frente a determinados outros grupos dominantes. Segundo Ricoeur (2010, p.42), “nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular”, ainda que essa circunstância possa não ter reflexo a nível macro em relação a um município, mas permanece nas lembranças e na memória daquela comunidade.

A partir dos conceitos apresentados, é possível analisar o indivíduo em seu contexto social, de disputas e relações estruturantes de determinado grupo, necessitando-se, então, de uma análise mais específica sobre questões mais subjetivas como a memória, de uma lembrança ou até esquecimento de determinados fatos, locais e situações. Assim sendo, para trabalhar estas questões, primeiro deve-se entender o que seria de fato a memória:

Quando falamos de memória, devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória. (...) Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente (MOTTA, 2012, p. 25).

Para Motta (2012, p. 26), as memórias são “fontes históricas, pois elas nos ajudam a identificar o que tem sido lembrado, recordado por um ou vários grupos sociais.”. Considerando a questão política da sociedade, em especial ao se tratar de uma localidade da região Baixada Fluminense, uma região marcada por um grande esquecimento por parte dos “guardiões de memória”, negligenciada por suas particularidades sociais⁸. Porém, emerge uma vontade de grupos sociais para criação de espaços de troca de memórias, fotos, arquivos, eventos em geral com o objetivo de resgatarem aspectos comuns que foram negligenciados por parte da cultura dominante.

Apesar do fato dos aspectos materiais, simbólicos e funcionais existirem simultaneamente nos lugares, não havendo, pois, uma separação consistente entre história e memória (NORA, 1993, p. 22), a ausência de uma história própria da coletividade fluminense não é exclusividade de uma só localidade. Uma vez que, ressalta-se a questão do componente político da localidade e o desejo comunitário por uma vontade e intenção de memória.

Para definir e ampliar a análise sobre o conceito de memória complementa-se ao trabalho os estudos realizados por dois autores: Pierre Nora e Maurice Halbwachs e a análise

⁸ Esta reflexão se baseia no fato da existência de reivindicações sociais, como a página “Cabuçu tem histórias”, a ser analisada no próximo capítulo, onde se considera afirmar dado o fato de não existir um registro oficial do bairro.

de seus trabalhos por outros teóricos da área. Os estudos de Pierre Nora sobre a questão da memória permitiram a abertura de um novo campo de possibilidades para estudo do patrimônio cultural (GONÇALVES, 2012, p.43). Memória essa englobada “como gestão do passado no presente; (...) ou a memória como aquilo que restitui o presente ao próprio presente”. O trabalho de Maurice Halbwachs se configurou necessário nestas reflexões por apresentar que, sobre uma mesma história, há diversas memórias, marcando assim o início dos debates sobre história, memória e tempo presente.

Halbwachs (1990) também destaca que é importante se valorizar a memória, pois é com base nela que se retratam as experiências do vivido. No entanto, segundo Nora (1993, p. 8), percebe-se a partir do fenômeno da mundialização, um movimento de aceleração que provocou um distanciamento da memória voltada para o legado particular a um processo instantâneo e desconectado dessa memória verdadeira.

O que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa, (sic) espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio e trilha. Distância que só se aprofundou a medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo (NORA, 1993, p. 8).

Ao considerar uma sociedade de valores cada vez mais questionados (e questionáveis), busca-se uma unidade para legitimar – por assim dizer – uma identidade coletiva através de memórias compartilhadas. O patrimônio então pode se destacar em uma nova possibilidade, o de memória-patrimônio que, segundo Gonçalves (2012, p. 40), “não basta se contentar em entender o alargamento brutal da noção e sua dilatação recente e problemática a todos os objetos testemunhos do passado nacional, mas, (...) a transformação em bem comum e em herança coletiva das implicações da memória mesma”.

Ora, trazendo para uma perspectiva da Baixada Fluminense, a questão referente à sua exclusão frente aos demais processos de criação de uma história oficial própria, poderia – ousa-se afirmar – transformar em herança as próprias memórias e testemunhos de vida de seus habitantes e locais. Constituindo-se, assim, em memória-patrimônio, a partir da conceituação realizada por Nora (1993), em seu estudo sobre a memória-patrimônio da nação francesa.

Outra contribuição importante de Nora (1993), diz respeito aos chamados lugares de memória, retomando, pois, a questão do que é então valorizado pela sociedade contemporânea. “(...) os lugares de memória não são aquilo a partir do que se lembra, mas lá onde a memória trabalha; não a tradição mesma, mas seu laboratório” (GONÇALVES, 2012, p. 39). Ademais, Nora (1993, p.13) afirma que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Estes ditos lugares de memória são então definidos por Nora (1993, p.12-13) como:

Rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Gonçalves (2012, p. 34) complementa que para Pierre Nora esses ditos lugares de memória representam então “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”. Ademais, o lugar de memória possui além de uma dimensão tangível, outra, simbólica – portadora de uma história, um acontecimento vivido uma vez que eles – objetos físicos e simbólicos – tenham algo em comum, possuindo uma representação para o grupo, mesmo que alguns componentes desse grupo não tenham sequer participado desse momento.

Nora (1993, p. 21) ainda adiciona um terceiro sentido à palavra, funcional, em que “mesmo um lugar de aparência puramente material, (...) só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, (...) só entra na categoria se for objeto de um ritual”.

É então essa dimensão simbólica do patrimônio que se configura como a chave para explorar locais antes não vislumbrados como portadores de um patrimônio ou de uma memória-patrimônio expressiva – por assim dizer. Uma vez que, visualizam o passado construído e alimentado pelas lembranças dos momentos vivenciados, os membros de uma determinada sociedade definem alguns lugares de memória para trabalhar um pertencimento local de grupo. Sendo assim, esses lugares de memória se apresentam também como uma tentativa de resistência ao esquecimento, estabelecido em decorrência de sua perenidade.

É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E, se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p. 13).

Para Ricoeur (2010, p.57-58), são nesses lugares de memória que algo é lembrado e associado de forma intrínseca a um determinado lugar, por isso, não é ao acaso que ao relacionar um acontecimento se refira ao lugar em que ele ocorreu. Essas localidades permanecem como “inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam como voam as palavras”. Sendo assim, funcionam como apoio à memória que falta, lutando pelo esquecimento e servindo como apoio a uma memória que já não existe, ou que falha, ou até mesmo, de uma memória morta.

Ampliando os estudos sobre memória e de que forma as relações sociais entre os indivíduos constroem e reconstróem, a cada dia, novas formas de estruturarem suas lembranças, traz-se para análise os estudos de Halbwachs (1950) para desenvolvimento, tendo em vista a riqueza deste amplo debate teórico sobre as temáticas.

Maurice Halbwachs teve um livro póstumo⁹, publicado em 1950, e pode ser considerado como um dos primeiros sobre a memória coletiva. Para ele, não há como escrever sobre a história no tempo presente, pois esta poderia ser afetada pela memória daqueles que a escrevem. Para isso, era necessário um período de tempo adequado para que estas memórias não estejam mais presentes no momento de escrever a história. Segundo Motta (2012, p.24), para Halbwachs, a história precisa “esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar.”

Para Halbwachs, a história seria, então, um resumo dos acontecimentos que ocorrem num determinado período cronológico. A memória consiste, assim, em uma seletividade, mas também em uma convenção na qual são negociadas tanto a memória coletiva, quanto a memória individual de cada um. Nesta diferenciação, ele destaca que “não há linhas de separação nitidamente traçadas” quanto ao desenvolvimento de uma memória coletiva, porém, apenas “limites irregulares e incertos”, que se estendem até o limite da própria memória social estabelecida por seus grupos. Logo, para a história, cabe a leitura dos períodos históricos, cada qual com a sua realidade, reduzindo os eventos ocorridos de forma a integrá-los a termos “aparentemente comparáveis”, unindo-os de forma a permitir uma imagem total do fato.

Portanto, usar o termo memória coletiva para designar este tipo de seleção é mais apropriado ao termo memória histórica, pois os termos se opõem em seus respectivos conceitos. O próprio autor questiona em seu texto essa vertente, colocando em questão o fato de que à história cabe conectar o passado e o presente, de forma a retomar “uma continuidade entre a sociedade que lê a história” (HALBWACHS, 1990, p. 81) e os grupos testemunhas ou autores dos fatos ali narrados.

A história que quiser tratar dos detalhes dos fatos, torna-se erudita e a erudição é condição de apenas uma minoria. Se ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva de hoje, ela apenas retém dela aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, um resumo, bem pouca coisa. A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem (HALBWACHS, 1990, p. 82).

Acerca deste fato, segundo o autor, para que uma lembrança seja reconhecida por um grupo e reconstruída, é necessário que “nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras” (HALBWACHS, 1990, p. 34). Assim, pois, fixada a lembrança, esta será capaz de ser erigida sobre um parâmetro comum:

9 Livro: A memória coletiva. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Para que a memória dos outros venham assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado. Cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores. (...) Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimento que não têm importância senão para elas, mas que interessam tanto mais que seus membros, que são pouco numerosos (HALBWACHS, 1990, p. 78-80).

Ao definir uma narrativa sobre determinado fato, são articuladas as lembranças, no plural, e uma memória, no singular, “a diferenciação e a continuidade” (RICOEUR, 2010, p.107). É no interior dos grupos citados por Halbwachs que essa continuidade se moldará, diferenciando a memória de um com o outro e construindo uma memória coletiva dos fatos relatados.

O sociólogo Michael Pollak (1992)¹⁰ definiu que a memória se constitui de elementos intrínsecos e extrínsecos a sua formação no imaginário social. Para ele, as situações vivenciadas individualmente, possuem um destaque de um acontecimento singular; mas, além dessa caracterização, há também os acontecimentos que adquirem uma característica identitária saliente, ressaltada por pessoas que, muitas vezes, não viveram a situação, mas que se afetam com ela. Outros dois elementos característicos da memória, seriam os personagens, pessoas que acabam se destacando como exemplares próprios de determinada lembrança e os lugares de memória.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar são acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Além disto, para Pollak (1989, p.4), é importante que se analise os fatos sociais além de “coisas”, mas, como se transformam nessas coisas. Na perspectiva do bem cultural, seria então importante analisar como ele se tornou um bem cuja importância foi solidificada no imaginário social:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p.4).

¹⁰ No texto: “Memória e identidade social”. POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. vol. 5. n. 10. Rio de Janeiro: 1992. p. 200-212.

Entretanto, para as múltiplas memórias coletivas presentes nos grupos é necessário entender que dentro de uma mesma sociedade há grupos diferenciados, cada qual com sua história. Porém, segundo Halbwachs (1990, p. 87), uma vez que o grupo “considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.” Ademais, “o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento.”

A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo (HALBWACHS, 1990, p. 88).

Para Motta (2012, p. 25), a memória possui um “poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem.”

Ao se considerar parte de um grupo, mesmo virtual, as pessoas podem construir a partir de memórias individuais uma memória coletiva, capaz de abarcar lembranças e situações vivenciadas em um mesmo espaço comum.

Halbwachs (1990, p.143) ainda complementa que para se desenvolver uma memória coletiva, é necessário que haja um quadro espacial, uma vez que “o espaço é uma realidade que dura”, ou seja, é necessário que os participantes deste grupo social tenham interagido diretamente com o lugar antes de se proporem a realizar uma criação de uma memória coletiva, pois é neste local que estão os traços e as lembranças necessárias para esta elaboração. Ainda, dentro desse espaço, diversas formas de representações podem ser construídas a partir do olhar dado a determinado fato ocorrido: “(...) a maioria dos grupos, não somente aqueles que resultam da justaposição permanente de seus membros, (...) imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam memórias coletivas no interior do quadro espacial assim definido.” (HALBWACHS, 1990, p.159).

Constitui-se assim, a memória coletiva um grande emaranhado de memórias individuais, porém não se confundindo com elas. Para Halbwachs (1990, p. 53), a memória coletiva “evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.” Ao trabalhar essa diferenciação, o autor afirma que a memória individual não se encontra, todavia, separada, uma vez que, para lembrar sobre seu próprio passado, muitas vezes as pessoas precisam recorrer às lembranças de outras pessoas. Para complementar essa discussão, ele afirma que:

Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também (HALBWACHS, 1990, p. 54).

A memória nem sempre revela questões, fatos e situações presentes e relembradas continuamente por cada pessoa. Segundo Motta (2012, p. 27), o esquecimento é um aspecto fundamental para análise da memória. Pois, “(...) o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados, rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos.” Ademais, segundo a autora, nem sempre o esquecimento ocorre de “forma oficial”, uma vez que “a produção de esquecimento (...) se produz no confronto entre memórias em disputas, entre grupos cujos embates constroem versões opostas, destruindo fatos relevantes para seus opositores.” (MOTTA, 2012, p. 28).

Importante destacar que a própria memória pode testemunhar a existência do esquecimento, uma vez que “no momento do reconhecimento do objeto esquecido” (RICOEUR, 2010, p.111) é ela a responsável por reter esse esquecimento. Ou ainda, a memória pode reter a imagem do esquecimento e não ele próprio, pois se houvesse um real esquecimento, não haveria a possibilidade de detectar a sua presença.

Sugere-se, então, que grupos que não pertencem à escolha dominante de memória não conseguem uma construção satisfatória dos fatos que, para essa determinada sociedade, foram especialmente relevantes. Uma vez no esquecimento, deve-se haver um grande esforço para resgatar a memória colocada no subterrâneo de determinado grupo.

Sobre esse esquecimento tratado por Motta (2012, p. 27), Pollak afirma que:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (POLLAK, 1989, p. 5).

A este respeito, Pollak (1989) trabalha a questão do esforço da sociedade que, no confronto de memórias, saiu derrotada. Dado que se manteve o relato oral das lembranças e o repasse delas através das gerações, essas memórias compreendem uma forma de resistência dessas sociedades. Lançadas ao acaso, encontraram uma nova forma de reproduzir suas memórias e, assim, tentar proteger e perpetuar suas tradições e aspectos de formação identitária. Todavia,

Descortinar a amnésia e desvelar acontecimentos esquecidos não constitui tarefa fácil, pois exige crítica e erudição, e escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem. Para contrapô-la, não basta, portanto, afirmar que as construções da memória são mentiras, até porque elas não são. Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais, comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear (...) com um passado idealizado (MOTTA, 2012, p. 29).

Por isso, é importante desvelar o trabalho de configuração de uma narrativa a fim de possibilitar recursos de variação. Para Ricoeur (2010, p.455), “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação”.

A forma de manejo da história oficial – imposta, celebrada, comemorada e autorizada – é o grande perigo com o qual quem partilhou os processos de configuração e refiguração da narrativa deve se deparar ao final do percurso de constituição. Ainda, segundo o filósofo, “o recurso a narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar

a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja” (RICOEUR, 2010, p. 455).

Retornando sobre a força da memória para uma coletividade, Motta (2012, p. 25) reforça que “a força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular”. A resistência se manifestará a partir do momento em que proceda de um grupo, de acordo com o que as transformações gerem nesta sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 137).

Dadas as particularidades da região da Baixada Fluminense, essa discussão tende a muito acrescentar neste trabalho, uma vez que a própria página “Cabuçu tem histórias” é caracterizada por seus idealizadores como um espaço para reunir informações, que, para muitos, podem não ter tanta relevância, mas para os moradores e ex-moradores do bairro possuem um sentido todo especial de pertencimento, coletividade e identidade.

Contudo, ao se trabalhar a questão de grupos sociais, Halbwachs (1990, p. 54) destaca a importância do alinhamento de memórias a partir da complementação entre uma memória individual e outra. Caso seja necessário rememorar fatos em sua totalidade, é necessário alinhar-se então com essas múltiplas memórias individuais, para que de fato a lembrança total do acontecimento ocorra. Do contrário, as versões ficarão apenas para si, com os traços parciais a que se tem constituído.

Assim sendo, é importante que haja uma vontade de memória nos participantes da página e que esta vontade se estenda, com a participação efetiva de todos, contribuindo em cada postagem para completar essas lacunas presentes nas lembranças individuais. Com isso, o ideal de construção de uma história do bairro a partir de suas memórias poderá, de fato, ser alcançado, com um rico acervo construído socialmente pela ótica e reflexões de seus moradores.

2.2 A Memória No Cotidiano Dos Sujeitos Sociais.

Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruínas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas (BOSI, 1994, p.452).

Bairros, cidades, espaços, momentos... são tantas as lembranças que permeiam as memórias dos indivíduos... Como a citação de Ecléa Bosi (1994) na epígrafe acima, uma resistência coletiva torna-se necessária para reconquistar o que lhe foi precioso, o que pode ser reconquistado. Ao se pensar nas perdas humanas, em especial nesse momento de pandemia, podemos analisar o quanto de memória podemos ter perdido... memórias que não são reconquistáveis.

Para Bosi (1994, p.53), a lembrança vai se caracterizar como uma sobrevivência do passado. Contudo, apesar da nitidez da lembrança de um fato antigo, ela não pode ser considerada no presente a mesma imagem experimentada na infância, por exemplo. Isso se deve ao fato de as pessoas não serem as mesmas do então passado rememorado e a própria percepção de mundo, além das ideias, juízos e valores daquele determinado momento, tendem a ser divergentes dos atuais. Sendo assim, para a autora (1994, p.55), “o simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”.

A autora Ecléa Bosi (1994) trabalha em seus estudos questões sobre memória, recordação e esquecimento, em especial em seu livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, em que analisa as narrativas próprias de cidadãos da cidade. Segundo Tassara (2017, p.195), Ecléa busca em suas obras “abrir, com a voz dos excluídos ou amordaçados, aquilo que, no dizer de Habermas, seriam espaços de locução face à perda, pelo indivíduo moderno, da vitalidade subversiva e borbulhante do seu interior”.

Ao se pensar em memória, é comum admitir que as pessoas possuem uma consciência finita e temporal. Segundo Bosi (1994, p.39), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, em que, as mais vivas recordações, são afloradas depois. Ao passo que o estabelecimento de uma memória social, implica em “existência de categorias mentais, racionais e impessoais, que tornam possível a comunicação de lembranças/recordações/reminiscências das sociedades em continuidade narrativa, compondo histórias e constituindo a História” (TASSARA, 2017, p.193). Bosi (1994, p.419) acrescenta que “a força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio”; ainda que “uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais”.

Para analisar o trabalho com as narrativas é importante destacar que “nenhuma narrativa existe fora do ato humano de produção de sentido” (BARBOSA, 2019, p.7). A partir dos momentos que os indivíduos produzem em seu cotidiano, criam-se, igualmente, novas narrativas, novos sentidos, novas compreensões e uma nova configuração de mundo. Para Bosi (1994, p.88), a narração se caracteriza como “uma forma artesanal de comunicação”, em que o acontecido é tecido até “atingir uma forma boa” e possui como tendência comum seu início a partir da exposição das circunstâncias em que assistiu ao episódio relatado. Le Goff (1990, p. 53) complementa essa afirmação, informando que não há sociedade sem história, ainda que uma sociedade tenha por sua base a oralidade – que, apesar da importância da escrita para o registro histórico, não anula a sua importância frente ao seu objeto.

Produzimos narrativas na maneira como nos colocamos no mundo, produzimos narrativas quando nos deparamos com as narrativas dos meios de comunicação, já que todo sujeito é capaz de elaborar re-interpretações. Considerar a pluralidade de interpretações significa visualizar a diversidade humana, perceber que as diferenças entre pessoas e grupos sociais são construídas pelas representações que se produz sobre o mundo social. (BARBOSA, 2007, p.5).

As narrativas, sejam orais ou escritas, permitem preservar e transmitir heranças, tradições, traduzir experiências e identidades próprias de uma sociedade, agindo como instrumentos para sua preservação. Ademais, se tornam suportes dessas identidades coletivas e suas transformações temporais, fixando o lugar daquela comunidade no mundo. Assim, de acordo com Delgado (2003, p.23) pode-se expressar que “história e narrativa, tal qual história e memória, se alimentam”.

Cada memória carrega em si uma representação social da lembrança evocada. Para Bosi (2003, p.44), “enquanto evoca” o sujeito “está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”. Ao transportar essa memória individual para a teia de memórias coletivas, de acordo com Falci (2010, p.258), essas representações estabelecem relações com outras memórias individuais, alterando pontos de vistas de acordo com o lugar do indivíduo nesta rede.

Segundo Bosi (1994, p.407), “somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão”. Apesar disso, ao encontrar velhos parentes as recordações são evocadas de forma mais ativa, “com um frescor”, que não poderia ser encontrado em uma evocação solitária,

individual. Isso se dá ao fato que “muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós”. Para Bosi (1994, p.407):

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham a nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente.

Na história, o trabalho com narrativas, também se ocupa dessas articulações, porém, de uma outra época. Segundo Barbosa (2019, p.7-8), “são os rastros e restos dos homens que produziram significações no passado, transformados em vestígios significantes, que poderão ser decifrados pelos pesquisadores”. Ou ainda, utilizam-se as marcas deixadas por esses atos comunicacionais, sendo chamados de “conectores históricos” e aí se encontram: a cultura, a memória, os documentos, que vão permitir, assim, a “interpretação (e a reinterpretção) do passado”.

Para Ricoeur (2007, p.425), a problemática do rastro, desde a Antiguidade até os dias atuais, herda a noção antiga de impressão, que não resolve o enigma da presença da ausência que “agrava a problemática da representação do passado”, o que acaba por gerar um enigma próprio à questão. Ainda segundo o autor, há três tipos de rastros: o rastro escrito (rastro documental), o rastro psíquico (impressão no sentido de afeição) e o rastro cerebral (ligado à neurociência). Destes, o rastro escrito, que, pela operação historiográfica se torna o rastro documental, pode ser apagado, destruído, e, entre outras finalidades, que foi instituído o arquivo a fim de prevenir a ameaça de apagamento (RICOEUR, 2007, p.425). Ademais, atesta a existência do passado ao representá-lo e, ainda, segundo Barbosa (2019, p.9), instaura “uma espécie de aura de um tempo que poderia ter sido irremediavelmente perdido”.

A historiografia, segundo Ricoeur (2007, p.200) vai repetir em sua fase terminal o enigma levantado pela memória em sua fase inicial. Para o filósofo, “a questão será então saber se a representação histórica do passado terá resolvido, ou simplesmente transposto, as aporias ligadas à sua representação mnemônica”.

Para Bosi (1994, p.59):

A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias.

Entretanto, em relação ao arquivo, Barbosa (2019, p.13) enfatiza que “a história não é a ressurreição intacta do passado, mas apenas uma interpretação possível”. Com isso, os arquivos seriam então considerados documentação a partir do instante em que o historiador o classifica como tal. Assim sendo, “sem rastro não há passado, mas não basta achar o rastro: é preciso que a mensagem que ele deixa antever seja entendida e captada como mensagem” (BARBOSA, 2010, p.20).

Bosi (2003, p.16) reitera que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas”. Complementa, também, que é importante e cabe aos sujeitos interpretarem tanto a lembrança como o esquecimento, visto que “esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época” (BOSI, 2003, p.18).

O “resto” seria então um vestígio, uma mensagem, “em referência ao passado e que subrepticamente no presente pode revelar algo sobre o passado. Ao resto é atribuído um valor e, dessa forma, transforma-se em algo significativo podendo adquirir a qualidade de documento” (BARBOSA, 2019, p.9). São as mensagens e sinais que existem no presente de maneira multifacetada e que, como numa espécie de quebra-cabeça, permitem a junção de peças desconexas (restos), que constroem uma trilha de rastros. O resto é o indício da mensagem a quem é dada uma significação, transformando-se em rastro material, ou seja, adquirindo a qualidade de documento (BARBOSA, 2019, p.15). De acordo com a autora, a distinção entre rastro e resto se daria

Enquanto o rastro mantém indicialidade em relação ao passado, ou seja, é a prova viva da sua existência já que permaneceu durando, o resto é presença viva e sem conexão imediata com este mesmo passado. O resto necessita da intervenção de alguém que veja nele a qualidade de vestígio – isto é, de ser percebido como algo significativo no presente – restituindo-lhe a possibilidade de ser rastro e só assim pode ser seguido em direção ao passado. (BARBOSA, 2019, p.15).

Segundo Barros (2009, p.38), ao se falar em historiografia moderna, é necessário crer que se expõe algo amplo, não se reduzindo a termos vagos, mas como criadora de um novo discurso baseado em antigos, valendo-se tanto da memória coletiva como da memória individual como recursos para a produção de seu conhecimento – mas não esgotando seus recursos apenas nestas. Para ele, “memória e historiografia parecem querer uma englobar a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades, porém são instâncias bem distintas entre si. Estão em permanente interação, contudo não se confundem.” (BARROS, 2009, p.38).

Le Goff (1990, p.29) apresenta uma distinção entre o que ele chama de “duas histórias”. A primeira seria a memória coletiva, “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. A história, seria a “informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola”. O autor ainda complementa que cabe a história esclarecer e retificar os erros da memória.

Entretanto, Le Goff (1990, p.49), no decorrer do texto, explica que, assim como o passado não é a história, mas sim um objeto dela, a memória também não pode se considerar história, mas um objeto de estudo dela.

Para Barbosa (2019, p.17), o ato de viver no cotidiano a própria história possibilita ao homem tomar consciência de seu lugar e sua temporalidade no mundo. Diante disso, a autora afirma que “não podemos pensar que o ser humano não conhece as relações históricas. Existir é simplesmente viver na história” (BARBOSA, 2019, p.17). Sendo assim, há diversas formas de se fazer, visualizar, ou ainda, de considerar a história, sendo essa relação “um universo de possíveis” (BARBOSA, 2007, p.2).

A história, portanto, não é somente a disciplina, enfeixada ao longo de séculos por formas narrativas e, sobretudo, por lutas por significação no sentido de construir um saber legítimo e reconhecido. A história é o fato de estarmos no mundo, vivendo a existência em laços constitutivos com o outro e realizando o tempo ao viver no tempo. História é historicidade. (BARBOSA, 2019, p.17-18)

Diante do exposto, é possível, então, perceber a história como uma forma de análise própria de cada ser humano, a partir de sua existência no mundo, suas relações no tempo, seja ele passado, presente ou futuro, ou ainda, a transição desse tempo. As lembranças e memórias se encarregam de materializar o passado e transformá-lo através das interpretações feitas que, segundo Barbosa (2019, p.19):

Do presente, do nosso agora sempre transitório, olhamos o passado e projetamos o futuro. Mas o passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina. O passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. O passado é o vínculo memorável estabelecido a partir do presente. A memória configura-se, assim, como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente.

Para Barbosa (2019, p.20), há diversos aspectos que podem distinguir a memória da história. O primeiro se caracteriza pela memória ser uma “operação de vida”, ao passo que a história se caracterizaria como uma “operação científica”. O segundo seria em relação ao caráter testemunhal da memória, declaratória, em contrapartida, a história se dá a nível documental, atestando uma verdade presumida como incontestável, ou seja, o documento da história *versus* o testemunho de confiança de quem estava presente. A terceira distinção se dá ao fato da reminiscência da memória a partir de “brechas” do passado a partir do presente em oposição à operação historiográfica na busca da explicação em relação a acontecimentos passados. A última distinção se dá à medida que, na memória, o enigma do reconhecimento faz parte de sua operação, na crença em sua fidelidade ao passado; enquanto, na história, há uma representação documental do passado, regida pela epistemologia da verdade.

No entanto, Fentress e Wickham (1992, p.242) indicam que:

Se a memória não pode ser considerada fiel depositária do conhecimento nem registro da experiência passada, poderá ela ter mais algum interesse para o historiador? A resposta é muito simples: por detrás da demonstração do conhecimento e da representação da experiência, por detrás dos factos, emoções e imagens de que a memória parece estar cheia, estamos apenas nós próprios. Somos nós que recordamos e é a nós que, em última análise, se referem o conhecimento, as emoções e as imagens. O que se esconde nos modelos da memória como uma superfície na qual se inscrevem o conhecimento ou a experiência é a nossa própria presença como pano de fundo.

Barbosa (2007, p.3) enfatiza que o historiador também é responsável por “inventar” a sua história. Essa situação se atinge diante do fato que ele faz uma escolha durante todo o tempo: seja ao selecionar fatos, ou ainda ideias, palavras, tramas, de forma a encadear um texto, ou o narrando, ainda que esteja cercado de elementos teóricos e metodológicos.

A história é sempre a história dos homens que são portadores, agentes, vítimas das forças, das instituições, das funções, dos lugares onde estão inseridos. E é neste sentido que ela não pode romper com a narração, já que seu objeto é a ação humana que implica agentes, finalidades, circunstâncias e resultados. Há que se considerar ainda que o passado, mesmo se considerado como real, é sempre inverificável. Na medida em que ele não mais existe, só indiretamente é visado pelo discurso da história. Assim, tal como a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação. (BARBOSA, 2007, p.7)

É importante considerar que apenas quando a memória faz parte do indivíduo é que ele pode partilhar com os outros. Por isso, a questão da memória pode vir a ser, para os historiadores, algo que se torna vital apenas em um contexto, uma vez que aí, enfim, começará a sua história (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.242).

Assim, é possível compreender que não há uma oposição velada entre a memória e a história, mas também, estas não são sinônimos. Ainda que as diferenças entre as suas naturezas podem nos fazer questionar o contrário. A memória vai apresentar uma ressignificação das lembranças no presente, trazendo à tona momentos e situações relevantes para a vida de quem a evoca. A história, com sua natureza documental e empírica, vai relatar fatos construídos e evocados por outros.

Segundo Fentress e Wickham (1992, p.19):

Recordar implica muitas vezes viajar para trás ao longo de um encadeado de memórias; se a cadeia se desfizer e todos os elos ficarem separados, deixaremos de todo de poder recordar. Neste sentido, um historiador que estuda um texto de modo algum se assemelha a uma pessoa que tenta recordar. Um texto é uma coisa separada do historiador e em si completa; pode enviar as suas “mensagens” ao historiador, mas não pode recebê-las devolvidas. Uma recordação não se separa assim da consciência; nem é posta de parte; entre memória e consciência, portanto, há sempre tráfego nos dois sentidos. [grifo do autor]

Delgado (2003, p.9-10) lança a questão do tempo em relação à História. Ainda que abstrato, a autora enfatiza a sua importância como categoria central da dinâmica histórica. A historicidade se desenvolve, então, a partir do olhar no/e através do tempo realizado pelo homem, sendo ele responsável por construir as representações dos acontecimentos. Para ela:

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções /sobre o futuro. (DELGADO, 2003, p.9)

A memória coletiva pode ser considerada, igualmente, como um objeto de poder principalmente nas sociedades com transmissão oral, ou ainda, em vias de constituir uma memória coletiva escrita. Le Goff (1990, p.423) declara que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Ademais, estes senhores da memória são responsáveis, igualmente, pelos silêncios e esquecimentos que revelam a manipulação da memória coletiva.

Contudo, Le Goff (1990, p.470) expressa que a problemática da memória coletiva perpassou por transformações relevantes a partir da constituição das ciências sociais – sociologia, psicologia social e antropologia – enfatizando a sua questão interdisciplinar. Ainda,

destaca o papel de Maurice Halbwachs para elucidar o tema, que estuda a questão da memória coletiva, ligando a questão da memória a comportamentos e mentalidades. Bosi (1994, p.413) completa que, para Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, uma vez que, os deslocamentos individuais irão alterar esse ponto de vista – “pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo”.

Fentress e Wickham (1992, p.7) também destacam a importância de Halbwachs em ressaltar que “toda memória se estrutura em identidades de grupo”. Ou seja, as recordações individuais que os sujeitos possuem estão diretamente ligadas às memórias de grupo, a medida em que a pessoa se constitui entre os mais variados grupos aos quais participa. Vemos assim a natureza coletiva de uma consciência social.

Ao partilhar recordações com outras pessoas, os indivíduos relatam o que lhe é importante para aquele contexto social a que está posto (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.8). Porém, para os autores, o ato de recordar nada mais é do que um estado de espírito, pois é possível saber de coisas sem recordá-las (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.16). Ainda há também, segundo Bosi (1994, p.408), das experimentações e ressonâncias dos fatos serem articulados de forma diferente entre pessoas e grupos, pois, segundo a autora, “há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nós”.

Dito isto, convém-se considerar que, para os autores, a memória é separada em partes. Para Fentress e Wickham (1992, p.17), o partilhar é apenas uma das partes da memória. Há memórias coletivas, vivenciadas por um determinado grupo, mas também aquelas exclusivamente pessoais em que, salvo o compartilhamento do momento com outras pessoas, apenas a própria pessoa que a contém é possuidora destas memórias. Ainda que vivenciadas por outras pessoas, a experiência ainda é pessoal. Cada um vivenciou ou apreendeu o momento à sua forma. Tanto o conhecimento como as sensações são memórias pessoais recordadas e em constante operação.

Esses dois segmentos da memória, a parte objetiva e a parte subjetiva, possuem diferenças importantes a serem consideradas: a primeira, diz respeito a um recipiente dos fatos, passiva, que se limita a conservar o conhecimento adquirido. Em relação à segunda parte, esta se caracteriza pelas informações e sentimentos integrantes do indivíduo, que se situam apenas em cada um de forma adequada, possuindo uma forma mais ativa, que experimenta e registra para a consciência dos fatos vividos (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.17-18).

Para Fentress e Wickham (1992, p.20), a memória seria então um fato social. Todavia, ainda assim, um tipo especial de fato social, pois somente uma parte dela apresenta uma parte social. Segundo eles, as recordações podem ser tão mais pessoais ou privadas que outras, mas ainda assim relativas: há uma mistura entre aspectos sociais e pessoais em cada uma delas:

Em si e por si, a memória é simplesmente subjetiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isto constrói uma memória social. Qualquer tentativa de usar a memória, de uma maneira sagaz, como fonte histórica, tem que se confrontar à partida com o carácter subjectivo, embora social, da memória. Não quer isto dizer que a memória não seja também portadora de informação subjectiva. Os historiadores sempre consideraram os livros de memórias, relatos em primeira mão e testemunhos oculares excelentes fontes históricas, o que é inteiramente adequado para não dizer inevitável. (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p.20)

Em relação à memória coletiva, denominada por Fentress e Wickham (1992, p.42) como memória social, ela se configura como uma fonte de conhecimento. Segundo eles, a memória social vai além do fornecimento de conjuntos de categorias que, através de um modo inconsciente, um determinado grupo habita em seu meio. Acreditam que os grupos devem ser

situados em suas próprias tradições, e, assim, descobrir como interpretar suas particularidades ou ainda, seus “fantasmas” como fonte de conhecimento sobre si. Afinal, segundo os autores, a memória social só existe porque ela possui um significado para o grupo que a recorda (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.112).

Estudar a memória, seja de sua forma individual ou social, é uma questão complexa, por apresentar diversos atos mentais por trás de uma simples palavra (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 42). Entretanto, há três aspectos que devem ser considerados em relação à sua frequente associação com a memória: o reconhecimento, a evocação e a articulação. Sobre eles, Fentresse Wickham (1992, p.42) explicam que:

Reconhecer significa identificar alguma coisa ou alguém com base num conhecimento ou experiência anteriores – habitualmente, “qualquer coisa” que temos diante de nós. Para evocar, não é necessária a presença; este termo implica antes trazer qualquer coisa de volta ao espírito. Ao contrário do reconhecimento, que geralmente envolve percepção, evocar é portanto um acto puramente interior e envolve qualquer tipo de representação mental. Quando nos integramos à reminiscência, comunicando aos outros o que evocamos, levamos à memória até a fase seguinte – a articulação. Isso implica expressão, a qual, sendo embora, no geral, uma exteriorização da memória, pode ser também um processo puramente interior. [grifo do autor]

Em complemento à questão da evocação, Bosi (1994, p.84) afirma que o simples fato de realizar uma atividade, seja ela corriqueira, do cotidiano ou não, pode vir a despertar uma sensação reminescente de uma possível alegria de outrora. Essa “sombra” é então a evocação.

Ampliando as reflexões, Fentresse Wickham (1992, p.48-49) enfatizam que a simplificação e a esquematização são tendências em relação à memória. Ou seja, a conceitualização proveniente dessas tendências significa que a memória está então armazenada de uma forma conceitual, por ser de recordação mais fácil de recordar do que as representações completas. Todavia, para os autores, ao conceitualizar, a simplificação ocasionada por essa situação pode ser drástica, pois podem ocorrer modificações acerca da relação espacial em uma imagem visual. Com isso, pode haver até uma reconstrução no arranjo espacial das figuras na imagem a fim de proporcionar relações de causa e efeito que antes não estavam presentes de forma original.

Uma vez que, para que seja social, a memória deve ser transmitida e anteriormente articulada, para Fentresse Wickham (1992, p.65-66), “a memória social é portanto memória articulada”. Ela também não irá se limitar apenas às palavras: “o nível mais elevado de articulação necessário na memória social não a torna mais semântica do que a memória individual”, mas, conceitualizada. Assim:

As imagens só podem ser socialmente transmitidas se forem convencionalizadas e simplificadas: convencionalizadas, porque a imagem tem que ser significativa para todo o grupo; simplificadas, porque, para ser significativa em geral e capaz de transmissão, a complexidade da imagem tem que ser tanto quanto possível reduzida. As memórias individuais incluem experiência pessoal recordada, muita da qual é difícil de articular. Assim, as imagens de qualquer memória individual serão mais ricas do que as imagens colectivas, que, em comparação, serão mais esquemáticas. Não obstante, esta esquematização não requer perda da qualidade sensorial das imagens: elas e as ideias da memória social mantêm um carácter semântico e sensorial composto. (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p.66)

De acordo com Fentresse Wickham (1992, p.124), há um número considerável de sociedades cujas comemorações acerca do passado são exclusivamente através de memórias pessoais. Mais ainda, são mais centradas nos processos relacionados à família, seu cotidiano,

natureza, histórias de vida; do que a acontecimentos “historicamente relevantes” [grifo dos autores].

Bosi (1994, p.63) declara que são os velhos que possuem uma obrigação social singular de lembrar, ou seja, a partir do momento que deixa de ser um membro ativo da sociedade, lhe resta uma função própria de lembrar, seja uma memória da família, de um grupo, de uma determinada instituição, ou ainda, da sociedade. Apesar disso, não é conferida pela sociedade essa obrigação dos velhos de se lembrarem.

A autora ainda complementa que “quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento”. Com isso, aos velhos é trazida uma alegria ao perceber, dentro de seu vínculo com outra época, os momentos e a consciência do que passou, compreendeu e efetivamente viveu; surgindo a oportunidade de mostrar, então, sua competência e ganhando uma finalidade caso encontre “ouvidos atentos, ressonância” (BOSI, 1994, p.82). Ainda sobre essa questão, Bosi (1994, p.421) enfatiza que “quando morrem as vozes dos avós, sua época nos aparece como um caminho apagado na distância. Perdemos os guias que o percorreram e saberiam conduzir-nos em suas bifurcações e atalhos”.

Segundo Fentress e Wickham (1992, p.78), o processo de mudança que ocorre durante a transmissão da memória social é um processo de conceptualização. Ou seja, caso uma determinada sociedade não possua meios para fixar a memória do passado, a memória social suprime o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias coletivas do passado, através de uma tendência natural. Com isso, pode ocorrer uma interpolação ou uma introdução do que pareça mais apropriado, ou ainda, em maior conformidade com determinada concepção de mundo. De acordo com Bosi (2003, p.200), “a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória”.

Por isso, podemos dizer que há uma espécie de padrão geral da memória e do esquecimento, pois, segundo Fentress e Wickham (1992, p.94), “se, em certas situações, a memória parece frágil e volátil, é porque muito da nossa memória é memória de informação dependente do contexto”.

Para Fentress e Wickham (1992, p.126), as tradições podem ser perdidas mediante as transformações sociais, ou ainda, perderem seu significado, mudarem ou desaparecerem. Contudo, a memória da comunidade em oposição ao mundo exterior pode ser o elemento mais poderoso e eficaz de um grupo social no respeito a reforçar a sua identidade social própria em oposição a de outros, uma vez que se constitui como uma memória em que todos participam, através de suas memórias pessoais e tradições familiares (FENTRESS e WICKHAM, p. 141-142).

Esses contextos nos auxiliam a avivar as memórias enquanto permanecermos dentro deles. Assim sendo, eles serão recordados mais facilmente se couberem nas formas de narrativa que o grupo social já tenha a seu dispor (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.112).

Ademais, a própria questão da indicação acerca de uma identidade social está intimamente ligada à memória social. A recordação possui um poder de legitimar o presente a partir de uma tendência de interpretação das maneiras que seguem de perto, ou ainda defrontam, as concepções de mundo. Mais ainda, pode ter a sua gramática específica podendo ainda ser analisadas como narrativas; com funções concordantes ou contraditórias (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.112).

De acordo com Fentress e Wickham (1992, p.95):

Aí, no que anteriormente chamamos o nosso “continuum presente”, o próprio ambiente exterior se encarrega da tarefa de ordenar a memória numa sequência: lembramo-nos das coisas pela ordem por que vulgarmente aparecem. Isto é memória a um baixo nível de conceptualização: pouco mais do que simples reconhecimento. Tirando-lhe o suporte exterior, material, a memória da sequência ordenada tende a desvanecer-se. Se a memória noutras ocasiões parece, pelo contrário, estável e tenaz, é porque dispomos de meios para a libertar desta dependência em relação ao contexto externo. Fixar qualquer coisa na memória significa portanto conceptualizá-la e codificá-la num contexto interno, pois isso permite-nos reter a recordação independentemente de alterações no ambiente externo. Esta tenacidade pode ter algumas consequências quando um grupo continua a “reviver” o seu passado no presente. [grifo do autor]

Em relação aos fatos em si, os autores afirmam que estes perdem-se depressa nas fases primitivas da memória social. E, para que eles sejam enfim recordados e transmitidos, é necessário que se transformem em imagens, ou seja, organizados em histórias (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.95). Com isso,

Os contextos internos, tal como os gêneros narrativos, existem como padrões típicos em que experimentamos e interpretamos acontecimentos de toda a espécie. Acomodar os factos recordados em contextos internos preconcebidos pode exigir, no arranque, um reordenamento radical da memória. A conceptualização que ocorre quando a memória se transforma numa história a ser transmitida é um movimento independente. Os factos perdidos nesse momento são perdidos não apenas em resultado do rápido desvanecimento do conteúdo factual da memória, mas também porque os factos que não estão em harmonia com as nossas predisposições tendem a ser filtrados na transmissão. Uma vez uma recordação conceptualizada numa história, o processo de alteração e de perda factual é naturalmente retardado. Recordar dentro de um contexto interno dá à memória o suporte de que ela necessita para ficar retida. Cada narrador pode expandir ou embelezar a história da maneira que desejar, pois permanece a tendência para aderirem ao enredo tal como o grupo o reconhece. Para a comunidade do narrador, esta versão estabilizada é “a história” e muitas vezes podem até recusar-se a aceitar qualquer variante de monta. (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p.95) [grifo do autor]

Bosi (1994, p.414) explica que “as lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos, (...) é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência”. Ademais, “um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’” (BOSI, 1994, p. 419) [grifo da autora].

No artigo “A substância social da memória”, Bosi (2003, p.31) afirma que a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”.

Ainda, segundo Bosi (1994, p.423), as lembranças de família persistem em seus membros, constituindo, em conjunto, uma memória “una e diferenciada”. Assim, essas relações de troca de opiniões, diálogos e lembranças compartilhadas irão guardar vínculos inseparáveis. Para a autora, esses vínculos persistem ainda que o núcleo originário seja separado. A autora ainda afirma que “na constituição da memória familiar são importantes os contatos com outros

grupos (...). Se podemos reagrupar em nossa subjetividade lembranças de espaços sociais diferentes, podemos também sobrepor imagens do mesmo espaço social” (BOSI, 1994, p.431).

Entretanto, segundo Cunha (2011, p.102), a memória assume hoje uma complexidade ampla, diferente de enquanto ela estava ligada a questão do registro ou armazenamento de informações. Isso se deve ao fato do pós-Internet, período em que é possível armazenar conteúdos e um grande número de informações recebidas de forma rápida e contínua, “ao alcance de um toque na tela”. Há, assim, a coexistência de memórias, antes organizadas em categorias sociais. Para a autora, a “memória nunca mais será memória, como conhecemos dentro de um princípio linear de pensamento – passado, presente e futuro – mas estará permanentemente conectada à realidade deste tempo e sendo atualizada pelos fatos do passado que voltam a nos encontrar.”

Para Ribeiro (2007, p.102), na atualidade, "somos tomados pela sensação de que nada pode ser destruído e de que tudo dever ser constituído como arquivo." Para ela, essa “ânsia pelo arquivamento”, explicada pela vontade de tudo guardar, de tudo armazenar, de nada perder, se encontra “reforçada na contemporaneidade pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo a informática, que criam a possibilidade de um arquivo total, infinito”.

Ainda sobre essa busca pelo arquivamento de histórias e memórias, Ribeiro (2007, p.102-103) expressa que:

Ao valorizar o futuro, dessacralizando-o, cria-se a ilusão de preservar o passado, multiplicando os chamados lugares de memória, signos de reconhecimento e de pertencimento do grupo a uma sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Precisamos lembrar para nos proteger contra a obsolescência do mundo e combater nossa ansiedade pela velocidade das transformações.

Diante da afirmação da autora, percebe-se que, a contemporaneidade tem se adequado em seu cotidiano a fim de criar espaços para rememoração, em vista da efemeridade e mobilidade do presente e a transitoriedade física das referências do passado.

Sobre as memórias individuais, Ribeiro (2007, p.104-105) destaca que elas estão vinculadas à uma valorização da biografia, da história de vida e do relato individual. Ou seja, as pessoas estão valorizando na contemporaneidade o seu papel como sujeito da história. Ademais, segundo a autora (RIBEIRO, 2007, p.106), “a memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional”.

Na relação entre memória individual e memória coletiva, segundo Ribeiro (2007, p.106-107), a primeira se encontra relacionada a “manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, dos desejos, dos medos, das inibições”. Enquanto na segunda, o trabalho de enquadramento se refere “às lutas de grupos sociais pelo poder de dizer o que é o grupo”. Bosi (1994, p.408-410) defende que a memória coletiva irá se desenvolver a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. E, ela será responsável por entreter a memórias dos seus membros que irão acrescentar, unificar, diferenciar, corrigir e passar a limpo, ao tempo que, a partir do momento que será vivenciada no interior de um grupo, sofrerá os dilemas da evolução de seus membros e dependerá de sua interação.

O próprio uso da memória, a partir de iniciativas para se garantir a sua perpetuação, pode ser variado. Cada indivíduo é então o “memorizador” e, a partir das “camadas do passado a que ele tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p.411). Ao se transmitir a memória social, conforme Fentress e Wickham (1992, p.241), ocorre um processo de evolução e mudança, pois, afinal, apesar de coletiva, é o indivíduo que recorda (BOSI, 1994, p.411).

Barros (2009, p.37) atenta para o fato que, além da memória – de maneira geral -, como também a memória social, há uma relação de espaço e tempo com o mundo humano, em que poderes da comunidade e de seus indivíduos são afirmados sobre eles e sobre os outros. A própria memória individual possui dimensões coletivas. Ao se narrar a memória individual, segundo o autor (BARROS, 2009, p.41), seja de forma falada ou escrita, – “a memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada.”

Foi a partir das descobertas científicas sobre a memória individual cada vez mais recorrentes que, segundo Barros (2009, p.41), a própria dimensão da memória coletiva contribuiu para uma abordagem mais complexa da memória individual. Assim, novas motivações também foram produzidas, ressignificando a noção de memória coletiva. De acordo com Le Goff (1990, p. 467), foi a partir da segunda metade do século XX que as interconexões disciplinares possibilitaram esse feito, além de uma afirmação mais efetiva das ciências sociais. Este fato possibilitou a captação da memória coletiva de forma mais ampla, para além da escrita, agregando outras faces da vida social como as festas, ritos, gestos e imagens.

Esse desenvolvimento da questão memorial a partir da década de 1950 possibilita a extensão da memória para além de sua parte física, ou ainda, humana. Le Goff (1990, p.468-469) constata que a memória eletrônica, por exemplo, também se apresenta como uma revolução da memória ao passo que, sob uma ordem de programação do homem, ela se torna um auxiliar para as mais diferentes finalidades humanas. A partir dessa memória eletrônica é possível fazer uma relação com o computador, que, segundo Le Goff (1990, p.469), é um elemento para a revolução documental da história, através da criação de uma nova forma de memória: o banco de dados.

Bezerra et al (2016, p.141) traz uma concepção da rede como emanção de objetos e lugares a partir da memória. De acordo com as autoras, ao relacionar a web, enquanto rede mundial de computadores e os espaços virtuais como contextos de interação social, possibilita-se tornar-se presentes emanções do referente – ou da memória – em diálogo com a matéria e o tempo. Esse diálogo também é proposto por Ricoeur (2007, p.65) ao dialogar com Bergson, em “A memória, a história e o esquecimento”. Sobre essa análise, Bezerra et al (2016, p.141) amplia a questão para o meio virtual, em que “à medida que os meios visivos estão cada vez mais presentes, de maneira virtual, a partir dos dispositivos eletrônicos, também nossa experiência com esses registros tende a ser mais virtual”. Entretanto, esse virtual não é oposto ao real, mas uma potência de um devir, elaborada pela circulação de uma inteligência desterritorializada.

No próximo capítulo é abordada a pesquisa empírica acerca das questões analisadas em relação à página “Cabuçu tem histórias” e de como esse processo de construção de uma memória coletiva do bairro Cabuçu tem se dado a partir da iniciativa de seus moradores e ex-moradores.

CAPÍTULO III A PÁGINA E SUA IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO DA CULTURA PELO OLHAR DOS MORADORES

Neste capítulo, de caráter descritivo, qualitativo e quantitativo, são apresentados o grupo “Cabuçu tem histórias” e a dinâmica que ocorre através das trocas de mensagens e informações de seus participantes. Para sua elaboração foram priorizadas as análises das postagens da página, a participação dos moradores e ex-moradores no grupo através de suas postagens e comentários e entrevistas com as administradoras do grupo – Aline Gonçalves da Silva, Andreia Cordeiro do Valle Costa e Maria Alice Duarte de Araújo. Tais entrevistas foram realizadas por meio de mensagens eletrônicas, de áudio e texto pela plataforma *WhatsApp*, por conta do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, em 09 de agosto de 2021.

Pela ausência de dados históricos oficiais do bairro, este grupo de moradores decidiu, por iniciativa própria, buscar informações que complementassem as que já possuíam de modo a construir a história e memória do bairro Cabuçu, a partir de seu olhar, suas vivências e experiências sobre o bairro.

É evidente que as redes sociais, hoje, fazem parte do cotidiano de grande parte da população. Com base nesse alcance, não só local, mas, mundial, da rede social *Facebook*, que o grupo alcançou um número considerável de participantes em pouco tempo. Mesmo pessoas que atualmente não moram mais no bairro Cabuçu, identificaram-se com a proposta, e começaram a colocar suas memórias naquele ambiente.

A observação proveniente da pesquisa trouxe questionamentos de como está sendo realizada essa busca e concentração de memórias. É dinâmica? Há opiniões divergentes? A mediação e moderação da página pelas administradoras são necessárias frequentemente? Há, de fato, informações sobre a história e memória social do bairro? São indagações importantes para o estudo científico sobre a memória, e para os quais se pretende encontrar respostas através da análise dos dados da página.

3.1 Grupo “Cabuçu Tem Histórias”: Potencialidades Da Contribuição Do Ambiente Virtual Para A Construção E Conservação Da Memória Local

Claro que as recordações do passado também podem mudar com o tempo, mas, mesmo quando não mudam, certamente serão selecionadas, a partir de um conjunto potencialmente infinito de memórias possíveis, pela sua relevância para os indivíduos que recordam, pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais. Isto é verdadeiro tanto quando os indivíduos evocam a sua experiência pessoal como quando recordam episódios da reserva de recordações colectivamente conservada. Mas é óbvio que a relevância das recordações para os outros é particularmente acentuada quando são articuladas; são as memórias partilhadas, na realidade, o próprio processo de partilha, isto é, a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado, o que toma forma dentro do quadro de significado que lhes é dado pelo grupo no seio do qual são contadas. (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.112)

O site da rede social, primeiramente denominado *the Facebook*, o *Facebook*, lançado em 2004, é um sistema criado pelo americano, à época aluno de Harvard, Mark Zuckerberg, com a ideia de criar uma rede de contatos para alunos recém-saídos do ensino médio e para aqueles que estavam entrando na universidade (RECUERO, 2009, p.172).

O foco inicial do *Facebook* era criar uma rede de contatos em um momento crucial da vida de um jovem universitário: o momento em que este sai da escola e vai para a universidade, o que, nos Estados Unidos, quase sempre representa uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais. O sistema, no entanto, era focado em escolas e colégios, e, para entrar nele, era preciso ser membro de alguma das instituições reconhecidas. Começou apenas disponível para os alunos de Harvard (2004), posteriormente sendo aberto para escolas secundárias (2005). (RECUERO, 2009, p.172)

Segundo Recuero (2009, p.172), o site (Figura 16) se constitui como um dos que possuem o maior número de usuários do mundo, funcionando através de perfis e comunidades. Há, ainda, a possibilidade de utilizar módulos de aplicativos para jogos e ferramentas adicionais.

Figura 16: Página inicial do *Facebook*



Fonte: Site *Facebook* (2021)

Organizado na página do *Facebook*, o grupo “Cabuçu tem histórias” (Figura 17) é um canal de comunicação em que moradores e ex-moradores do bairro Cabuçu expressam e compartilham, a partir desta interface, os símbolos e significados que determinados espaços, pessoas, eventos e demais manifestações culturais que o bairro possui para a população. Ainda, os participantes, através da divulgação de suas memórias individuais e coletivas, apresentam o bairro e as transformações que contrastam o passado e o presente pelo olhar da população.

Figura 17: Página inicial do grupo "Cabuçu tem histórias"



Fonte: Grupo do *Facebook* “Cabuçu tem histórias” (2021).

Criado em 12 de fevereiro de 2019, pela iniciativa de uma professora, moradora local, que buscava resgatar as memórias coletivas do bairro, com fins de construção de uma história, recebeu o apoio de outras pessoas em um curto prazo. Os demais moradores, que hoje estão presentes no grupo, logo foram aderindo à ideia e demonstrando total afinidade ao divulgar imagens pessoais, além de reportar os símbolos que na visão deles dão valor ao bairro.

O nome do grupo, segundo dados do grupo no *Facebook*, foi alterado uma vez. O primeiro nome dado ao grupo foi “A História de Cabuçu”. A iniciativa contém, atualmente, quatro administradoras e uma moderadora. Porém, este número de administradores e moderadores tende a aumentar ou diminuir de acordo com a demanda de postagens e comentários a serem analisados. Tem como objetivo principal o resgate às memórias do bairro Cabuçu, em Nova Iguaçu. A visibilidade do grupo é privada, sendo visível sua existência pelos demais usuários da rede social, porém o conteúdo é privado aos componentes do grupo – somente membros podem ver quem está no grupo e o que é publicado. A classificação do grupo está relacionada como Grupo de aprendizado social, como mostra a Figura 18.

Figura 18: Dados sobre o grupo "Cabuçu tem histórias"



Fonte: Página do grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

A adesão por parte dos moradores teve uma expressão tão grande, que o grupo criou uma página, no dia 18 de fevereiro de 2019, com o nome “A História De Cabuçu”. Esta página tem o objetivo de “reunir a história de Cabuçu para que fique guardado o que as antigas gerações nos contaram.”. O grupo atualmente conta com quatro mil membros e possui como regras:

Regras dos administradores para o grupo:

1- Registrar a história de Cabuçu

Com o objetivo de imortalizar nossa história, serão aceitas publicações que contribuam com esse intuito. Evitem temas que não atendam tal objetivo ou sejam muito particulares.

2- Histórias recentes não atendem nossos objetivos, pois ainda está nítido na memória da maioria. Resgate histórias antigas, da década de 80 para trás.

3- Respeito a todos.

Não adicionar comentários que humilhem ou desrespeitem ninguém.

(PÁGINA CABUÇU TEM HISTÓRIAS, 2021)

A fim de relacionar as postagens com interesses em comum, o grupo possui os seguintes tópicos (*tags*): #fotosquefazempartedahistória (fixado pelo administrador, contendo 28 publicações neste grupo) e #históriadacriaçãodobairro (fixado pelo administrador, contendo 24 publicações neste grupo). Entretanto, há muitas outras postagens sem *tag*, uma vez que o conteúdo das postagens, ao longo do período de funcionamento do grupo, diversificou-se do objetivo inicial. Nesse sentido, logo no topo da página inicial, mensagens referentes a forma como as mensagens devem ser postadas e o conteúdo a ser prioritariamente exposto estão fixadas para que os participantes do grupo possam compreender como deve transcorrer a dinâmica de postagens na página:

Mensagem 1:

Boa Noite, o grupo foi criado com intenção de resgatar fatos históricos de Cabuçu, como fotos, documentos e registros desconhecidos por nós moradores. E não para que os participantes usem fotos de outros componentes para fazer piadas desagradáveis que em nada condiz com o objetivo do nosso grupo, evitem criar um clima desagradável, que quando for lembrar de algum morador antigo seja para resgatar histórias saudáveis e matar as saudades do passado, não para difamar ou criar fofocas sobre pessoas que nem estão mais entre nós. Espero que todos estejam de acordo. (Postada em 16/02/2019, por Stacy Cordeiro Camargo, administradora)

Mensagem 2:

Tentei... mas não será possível ficar sem moderar as postagens e agora os comentários também. Infelizmente em todo lugar tem pessoas que não sabem respeitar os demais. Aqui não foi diferente. Houve um episódio de desrespeito em um comentário. Então, a partir de agora, membro do grupo que agir assim será excluído e bloqueado. Desde já, agradeço a compreensão de todos. (Postada em 17/02/2019, por Andreia Cordeiro, administradora)

Mensagem 3:

Boa noite! A participação de vocês aqui tem contribuído para registrar a história do nosso bairro. Continuem postando fotos antigas e histórias da formação da nossa comunidade. A página 'A História de Cabuçu' tem sido um sucesso por causa de vocês. (Postada em 25/03/2019, por Andreia Cordeiro, administradora)

Mensagem 4:

Boa tarde, povo lindo e amigo de Cabuçu! Preciso de fotos e histórias do bairro para dar continuidade à página 'A História de Cabuçu'. Fotos do arraial chega mais, de eventos da igreja católica (construção, inauguração, quermesse), qualquer coisa que seja da nossa história. Ajudem, por favor! (Postada em 02/05/2019, por Andreia Cordeiro, administradora)

Mensagem 5:

Bom dia pessoal!!! Estou excluindo pessoas que estão tentando postar propaganda ou sorteios no grupo. O objetivo do grupo não é esse. Se você tem dúvida do objetivo do grupo, leia as postagens fixadas. Aproveito para pedir novamente que postem fotos que contem a história de Cabuçu: construção da igreja católica, asfaltamento da Av. Severino Pereira, por exemplo. Queremos lembrar a história do nosso bairro. Um abraço pra todos apaixonados por Cabuçu. (Postada em 29/06/2019, por Andreia Cordeiro, administradora)

Mensagem 6:

Bom dia, povo que ama Cabuçu!!!! Tem muitas postagens com assuntos repetidos que não estão sendo aprovadas, pois já tem o assunto no grupo. Para saber mais sobre a história de Cabuçu, pesquise na lupa lá no alto da página sobre o assunto que você quer saber ou comentar. Exemplo: cinema. Irá aparecer todas as postagens que falam sobre o cinema de Cabuçu e assim por diante. Tem muita lembrança boa, portanto comente nas lembranças. Obrigada pela colaboração de todos. (Postada em 23/06/2020, por Andreia Cordeiro, administradora)

Mensagem 7:

Está muito difícil!!! Todos os dias tenho que excluir várias publicações de anúncios. Gente, aqui não tem esse objetivo. Para anúncios e vendas tem os bazares das minas e outros grupos. Publicação que não segue o objetivo do grupo são excluídas, assim como seus autores. Regras devem ser seguidas! Um abraço! (Postada em 10/07/2020, por Andreia Cordeiro, administradora)

A partir das mensagens fixadas, é possível avaliar que o maior problema na administração do grupo é o desrespeito às regras, principalmente, em relação às postagens de assuntos que não condizem com o interesse principal do grupo. A preocupação em resgatar as memórias e fotos sobre a história do bairro a partir das postagens dos participantes é frequentemente estimulada pela administradora, que reforça a importância dessa prática para se criar uma história do bairro na página “A História de Cabuçu”, também criada por ela, a partir do conteúdo que é resgatado no grupo “Cabuçu tem histórias”. Muitas vezes, tornou-se necessário intervir nas postagens para que o foco fosse respeitado, mas sempre com o apoio dos demais participantes (Figura 19).

Figura 19: Comentários sobre a moderação do grupo



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

As regras são parte intrínseca dos debates que ocorrem na esfera pública, incluindo a esfera pública digital, como analisado na segunda parte do capítulo 1. E, caso sejam alteradas, tendem a desqualificar o debate. O entendimento segue então como a base estrutural em que se ergue o grupo.

Questões relacionadas à exploração imobiliária e a transformação do espaço do bairro também estão em foco no grupo, cujos participantes lamentam que essas transformações ocorram em ambientes naturais, como a Fazenda Cabuçu. Retomando Bosi (2003), a ligação da pessoa com o seu local de moradia gera um sentimento de pertencimento, de reconhecimento da paisagem. Ao modificar a paisagem através da especulação imobiliária, cria-se uma desarticulação com essa ligação, o que pode gerar um futuro desenraizamento. É este fato que os moradores e ex-moradores de Cabuçu defendem nessas postagens, uma vez que a maioria critica a especulação imobiliária da área do bairro em que se encontra a Fazenda Cabuçu, local de referência cultural do bairro, demonstrando preocupação em relação aos novos empreendimentos que poderão ali surgir.

É possível, assim, analisar o constante estímulo à preservação da memória por parte dos componentes do grupo que, após postagem da administradora Andreia Cordeiro sobre o novo empreendimento na RJ-105, houve uma grande comoção dos participantes acerca desse tema, como mostra a Figura 20:

Figura 20: Comentários sobre empreendimento a ser construído na Fazenda Cabuçu



Andreia Cordeiro
18 de março · 🌐

O que tínhamos acontecido. Em breve veremos pouco de nossa serra escondida atrás de prédios. 😞😞

263 186 comentários

Curtir Comentar

Ver comentários anteriores Todos os comentários ▾

Nem vai mudar ! Isso se chama progresso e temos que aceitar
Curtir · Responder · 33 sem

Sou de Petrópolis agora mais fui criado aí em Cabuçu conheço essa serra aí de ponta a ponta
Curtir · Responder · 33 sem 1

Muito triste com isso 1

Escreva um comentári... 🗨️ 📷 🎬 🧐

Pena que daqui a pouco vai se transforma em moradia
👍
Curtir · Responder · 2

será 😞
agora vc me deixou preocupada!! Se isso acontecer que triste será 😞
Curtir · Responder · 1

ao meu
entender a fazenda e patrimônio histórico
Curtir · Responder ·

Boa noite! Muito triste acabar com essa vista maravilhosa, hj estou com 49 anos, sempre morei em D. Caxias, mais passei a maior parte da minha infância em cabuçu na casa da minha tia, que morava na rua Olinda, eu e minhas irmãs contávamos os dias pra chegar final de semana ou ferias escolares só pra ter o prazer de gritar estamos chegando na fazendinha, tempo bom e que deixou muitas saudades é uma pena que vão acabar com uma das maiores lembranças de cabuçu 😞

Curtir · Responder · 8 sem

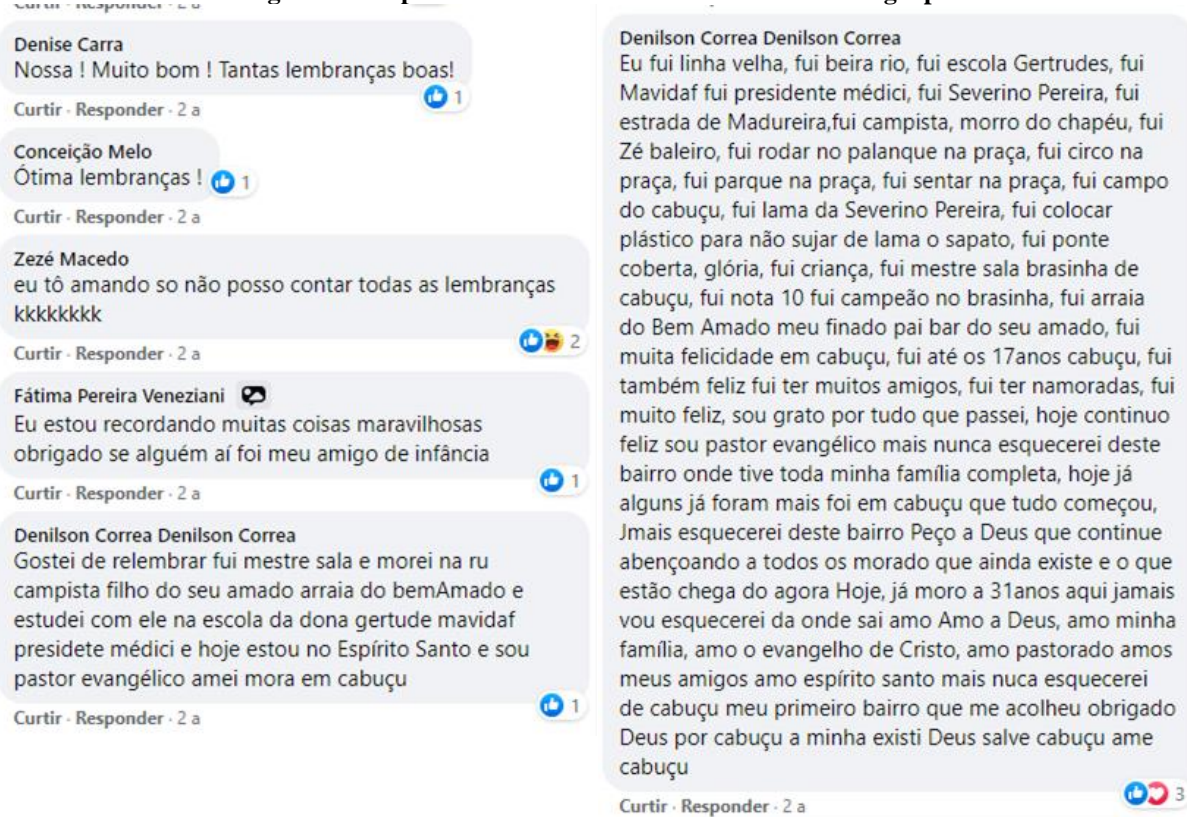
Uma cachoeira show de bola. Se tivessem pessoas voltada para bem da população teriam feito uma área de lazer, um reaproveitamento desta água maravilhosa. Demorou muito para ser ocupada....

Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

De modo geral, há muitas postagens em que o sentimento de gratidão pela iniciativa e por ter suas memórias apresentadas em uma rede social com grande acesso. O fato é que o

grupo também se tornou um espaço para reencontros, lembranças e declarações de amor ao bairro, como mostrado na Figura 21:

Figura 21: Expressões de sentimentos sobre o bairro e o grupo



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

A página “Cabuçu tem histórias” se apresenta, assim, como um potencial espaço para construção da história local do bairro, a partir das recordações de seus moradores pelo vivido e compartilhado. Mais do que um espaço de troca, um espaço de construção e lembrança de vivências. A página funciona como um arquivo de lembranças e memórias para as antigas, atuais e futuras gerações do bairro. E, caso haja interesse do poder público em relação à esta iniciativa, pode se configurar em um acervo para construção de uma história local oficial, alcançando novos voos para a iniciativa da comunidade de moradores e ex-moradores do bairro Cabuçu.

Na próxima parte do capítulo serão analisadas as limitações que as redes sociais, em seu uso na Internet, podem apresentar em relação à conservação da memória individual e social.

3.2 Limitações Do Uso Da Internet Para A Conservação Da Memória

Para entender o que levou ao surgimento e como é realizado o controle das postagens e o andamento do grupo, foi realizada uma entrevista com as responsáveis pela administração e moderação do grupo “Cabuçu tem histórias”. Das quatro administradoras – Andreia, Aline, Mônica e Stacy – e a mediadora Maria Alice, apenas a Mônica não retornou o contato para a entrevista. A administradora Stacy informou que sua participação no grupo foi bem no início, pois sua irmã, Andreia, quando criou o grupo, pediu a ela que auxiliasse no controle das mensagens. O que, segundo Stacy, poderia alterar o objetivo principal da página. Não era

interesse de sua irmã que a página virasse uma “página comercial, de anúncios, mas apenas para a História de Cabuçu, como ela desejou desde a ideia de criação”. Após esse momento inicial, ela informou que não participou mais do grupo.

A criadora da página, Andreia Cordeiro do Valle Costa, é professora de Língua Portuguesa da rede estadual para alunos do ensino médio, em escola do bairro Cabuçu. Segundo Andreia, o grupo foi criado com o objetivo de recolher informações sobre o bairro Cabuçu e, assim, registrar as histórias dos moradores, construindo uma história do bairro. Esse resgate possui como base a própria história da família de Andreia, pois, segundo ela, sua mãe contava histórias sobre o início do bairro – sua mãe chegou ao bairro Cabuçu em 1953, começou a trabalhar na Probal na década de 1960, conheceu seu pai no trabalho e viveu toda sua vida no bairro.

Sou nascida e criada em Cabuçu, sempre morei em Cabuçu, nunca morei em outro lugar. E minha família mora em Cabuçu desde a década de 50. Minha mãe veio para Cabuçu em 1953. Minha mãe pegou o loteamento da Granja Paraíso sendo vendido, inicialmente, ela veio morar aqui e viu outros moradores chegando após ela. Então, muito por isso eu quis escrever a história de Cabuçu porque minha mãe fazia parte dessa história e eu queria deixar registrada. (Entrevista: Andreia Cordeiro do Valle Costa, 2021)

Para alcançar esta finalidade, ela criou regras para as postagens das fotos e de histórias até a década de 1980. Este limite de histórias até a década de 1980, segundo Andreia, possibilita um retorno à memória de lembranças que até então poderiam estar esquecidas. Para ela, da década de 1990 para os dias atuais, a história é bem mais recente, com fotos e recordações mais claras. Como, na época, 1980, a fotografia era algo mais raro, pela dificuldade de se ter uma máquina fotográfica em casa e a não existência de outras formas, como os celulares, hoje em dia, é, também, mais complexo, segundo a criadora do grupo, que as pessoas se lembrem de sua própria história. Além disso, torna-se mais difícil encontrar, a cada ano, pessoas que se lembrem dessas histórias, pois, de acordo com Andreia, “estamos perdendo muitas pessoas, muitas pessoas já faleceram e levaram consigo a história”.

Para Andreia, o objetivo do grupo foi se adequando ao longo do tempo, de acordo com as postagens recebidas por seus integrantes. A ideia inicial era receber apenas postagens com a efetiva história de Cabuçu. Todavia, os participantes começaram a postar, cada vez mais, fotos de pessoas e situações que ocorreram e que possuem um espaço especial em suas lembranças. Assim, ela permitiu que essas postagens ocorressem, para que o grupo também fosse um espaço para recordação dessas memórias afetivas do bairro, ainda que diferentes da proposta inicial do grupo.

Ao falar sobre a questão da rede social, Andreia enfatizou que a rede social, em especial o *Facebook* que é a plataforma em que o grupo está localizado, “vai fazer aquilo que de repente ninguém parou para fazer sistematicamente, ninguém parou para escrever a história do nosso bairro”. Para ela, o grupo é uma tentativa de realização de um sonho: escrever a história de Cabuçu. E o que leva as pessoas a expor suas memórias naquela página é justamente a vontade de compartilhar a sua história:

Eu observo que quando a pessoa posta uma foto com pessoa, como assim, eu tenho uma que é uma menina desfilando no Sete de Setembro. A mãe postou a foto dessa filha que faleceu. Eu acredito que na esperança de que as pessoas comentassem que conheciam e assim... relembressem, trouxessem à memória a vida dessa filha que se perdeu. Então eu acredito que é isso. Quando a pessoa expõe as memórias, quando são memórias coletivas, como o caso de alguns desfiles do Brazinha ou a própria Lagoa Azul, eu acho que é na intenção de que todas as pessoas se lembrem e comentem as suas experiências. Mas também tem essa parte aí das memórias pessoais que as pessoas compartilham. E a ideia eu acredito que seja realmente essa: lembrar aquela filha que já foi, lembrar aquela mãe, aquele pai que já foi e as pessoas que conheceram comentarem o que que gostavam tanto. Eu acredito que seja isso. (Entrevista: Andreia Cordeiro do Valle Costa, 2021)

Para Andreia, a importância social da página para a população de Cabuçu é, para aqueles que ainda não conhecem, está em terem contato com a história do bairro. E, aqueles que já conhecem, reviverem suas memórias. Com isso, espera-se que haja uma valorização do bairro, a partir do conhecimento de sua história, do que já existiu e ainda existe, “importância essa de resgatar a história e das pessoas conhecerem a sua própria história por aqui morarem”.

A segunda administradora entrevistada, Aline Gonçalves da Silva, também é professora da rede estadual do bairro Cabuçu. O principal motivo que a levou a participar do grupo e a ser administradora foi “relembrar, compartilhar e assim, de alguma forma, reviver histórias desse bairro, pra mim, maravilhoso”. Ela tem uma real paixão pelo bairro, em que vive desde sempre, “nascida e criada”. Além de viver no bairro, ainda mora na mesma rua em que sempre viveu: “não só por esse motivo, mas por gostar mesmo. Eu amo Cabuçu. Então eu me sinto muito honrada em contribuir também com o meu bairro”.

Para a administradora, a página é uma forma de resgate e valorização da história do bairro, um canal de exposição de histórias de vida em relação ao local em que se vive, viveu ou tem algum conhecimento. A importância da página é exatamente, para ela, conhecer esse passado e valorizar o que se tem de história do bairro. Ela informa que, mesmo as pessoas que não moram no bairro, trazem lembranças de eventos em Cabuçu em que estiveram presentes. Segundo ela, “lembrar dessas histórias é reviver”.

Eu vejo uma importância desse resgate mesmo, sabe? Às vezes, na minha família, quando eu vou comentar alguma coisa de alguma postagem, aí lembro: ih, alguém falou disso! Ou então às vezes eu mostro para primos mais velhos ou meus tios: você conheceu? Você também participou? Então eu acho que é muito importante principalmente por esse resgate da nossa cultura. (Entrevista: Aline Gonçalves da Silva, 2021)

Aline informou que, as memórias postadas, até o fechamento do grupo para novas postagens, não possuem especificamente um período, focando mais na interação das pessoas, sem deixar de lado o controle em relação a propagandas e mensagens que não diziam respeito ao conteúdo.

O convite para que ela fosse administradora do grupo partiu da criadora da página, que pediu auxílio para a filtragem e delimitações do conteúdo recebido por elas. Por conta do trabalho híbrido realizado por ela em sua ocupação, durante a pandemia, o tempo de interação no grupo foi reduzido. Porém, sempre que recebe uma solicitação de novas postagens/novos integrantes ela analisa o mais breve possível. Além desse controle, ela também participa do grupo curtindo e comentando as postagens recebidas. Para Aline, a maior dificuldade no controle da página é, justamente, o descarte das propagandas.

Porque eles comentam, assim, se postar uma foto de repente do jornalista, mas... como que tá agora? Será que alguém tem uma foto antiga? Será que alguém tem uma foto ou assim alguma história que faça relação com aquela parte ali? Assim que o grupo foi lançado, veio à tona. Foi muito bacana! Nesse momento, o grupo tá até um pouco... não é parado, mas... parece que faltou mais incentivo. E... principalmente com relação às fotos porque é perceptível que quando joga uma foto, quando publica uma foto de algum lugar, alguma coisa, aí o pessoal lembra, fala... Então tem essa dificuldade, pelo menos que eu percebo que é de publicação de fotos mesmo para que a gente possa interagir e conhecer um pouco mais da história. (Entrevista: Aline Gonçalves da Silva, 2021)

De acordo com Aline, apesar de não possuir uma visão de historiadora, ela tinha o objetivo de catalogar essas informações da página e reuni-las. Ou, ainda, contribuir com as informações que possui sobre a página para o trabalho de algum outro profissional: “um jornal informando sobre Cabuçu, todas as riquezas que nós já tivemos toda essa parte cultural que já tivemos e algumas não têm mais. Mas ainda há pessoas, então a cultura ainda existe aqui”. Ela ainda complementa que, “de alguma forma, a sociedade conhecendo essa história, valorize o que tem, sim, e de repente até tente resgatar”.

A terceira entrevistada, a moderadora Maria Alice Duarte de Araújo, também é moradora do bairro Cabuçu e foi convidada pela criadora do grupo, Andreia, para ajudar a cuidar do grupo “em face das publicações serem sempre sobre o foco das memórias do bairro e respeito com os participantes”. Por isso, todos os dias pela manhã e no final do dia ela verifica o grupo, procurando por “infrações das regras e apoiando a adm no que precisar”.

Segundo Maria Alice, são aceitas todas as informações sobre o bairro, seja de fatos marcantes, seja de pessoas como antigos moradores e comerciantes locais. Todavia, há uma dificuldade com integrantes que não possuem a consciência de que o grupo não possui cunho político e que postagens fora do contexto de memórias do bairro não são necessárias.

O objetivo principal do grupo, segundo a moderadora, é reunir as histórias e memórias do bairro, pois a administradora e criadora do grupo gostaria de escrever um livro sobre o bairro. Ela acredita que, “aos pouquinhos ela conseguiria”. Até, porque, segundo Maria Alice, muitos fatos que ela desconhecia sobre o bairro ela passou a conhecer a partir do grupo.

A relação afetiva que Maria Alice tem pelo bairro constitui uma representação das coisas boas do local onde ela nasceu e se criou, por isso, para ela, é “bom conhecer fatos que se passaram anteriores ao meu nascimento”. Ela não vê a página como um local para expor a vida, mas como um espaço para se contar “algo bom que se viveu naquele momento e que se julgou que possa ser de conhecimento de todos”, um lugar “para os mais novinhos terem uma referência de história do local onde nasceram ou que residem no momento”.

Com as entrevistas, foi verificado o carinho com que as administradoras e a moderadora realizam o trabalho no grupo, reforçando sempre o objetivo da página que é, de fato, recolher as memórias dos participantes do grupo para consolidar uma história do bairro cristalizada pelo olhar desses moradores e ex-moradores. Infelizmente, hoje o grupo se encontra fechado para novas postagens, porém, ainda é possível avaliar e comentar o conteúdo que já foi publicado e o processo pelo qual foi sendo elaborada essa composição e exposição de memórias.

Em análise às postagens na página, foi verificada a espontaneidade que os membros comentam cada registro postado e a rápida adesão pela importância e legitimidade do sentido da vivência do povo da região, que busca, através deste ambiente virtual, rememorar e recordar partes de seu passado para que não seja esquecido. Alguns locais já não fazem mais parte do ambiente do bairro, restando apenas ruínas ou nenhum sinal de existência de construção prévia. Há, também, os que tiveram o uso modificado, mas coexistem com os demais lugares construídos no decorrer do tempo. Além das construções, pessoas do bairro (famosas e

desconhecidas) e eventos significativos para os componentes do grupo também são rememorados.

A Figura 22 retrata o ginásio da escola Liceu Presidente Médice, que hoje não existe mais. No local, hoje, funciona a Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti. Nos comentários sobre as postagens, os participantes do grupo relatam o nome de professoras e eventos ocorridos na escola. Além disso, informam também que, à época do Liceu Presidente Médice, a escola possuía o segundo grau (atual ensino médio) e hoje a escola funciona apenas com ensino fundamental (antigo primeiro grau). A postagem da foto proporcionou, também, o reencontro de pessoas que estudaram no mesmo período, e de professores e alunos que, há algum tempo, não se encontravam e puderam estreitar o contato e relembrar experiências a partir do comentário na foto.

Figura 22: Ginásio do Liceu Presidente Médice



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

A Figura 23 traz uma postagem do dia 16 de fevereiro de 2019, poucos dias após a criação do grupo, relacionada aos trabalhadores da companhia Tintas Probal S/A. Em seus comentários, algumas pessoas informaram que não conheciam a indústria, que funcionou, segundo comentários, na década de 1960 no bairro. Alguns participantes relataram que o alarme de incêndio da fábrica soava muito alto e que ficavam com medo, principalmente ao verem os funcionários correndo. Além disso, relatam também sobre a destruição do local onde se encontrava a fábrica, que hoje se encontra degradado e com poucas referências de que uma fábrica tão importante para o bairro, ali, algum dia existiu.

A administradora e criadora do grupo, Andréia, informou, na entrevista com ela realizada, que na fábrica era a principal fonte de renda do bairro à época; ali também existia uma escola para os filhos dos funcionários. Informação esta que descobriu há pouco tempo. Essa informação, para ela, só reforça a importância que estas memórias compartilhadas possuem tanto para o grupo, quanto para a história do bairro.

Figura 23: Prédio da Fábrica de Tintas Probal S/A



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

A “Lagoa Azul de Cabuçu”, segundo comentários do grupo, foi um local onde as pessoas tomavam banhos e passavam horas de lazer há cerca de trinta e cinco anos. Além disso, no local, aconteciam corridas das gaiolas (veículos sem a capota e portas, muito utilizado para carregar equipamentos de vôo livre), ralis, rodeios e bailes até altas horas. Infelizmente, segundo os moradores, hoje só existe mato no local, servindo de pasto para gado. O prédio presente na Figura 24, segundo a pessoa que a postou, servia de moradia para os trabalhadores da antiga fábrica de tecidos, próxima ao local.

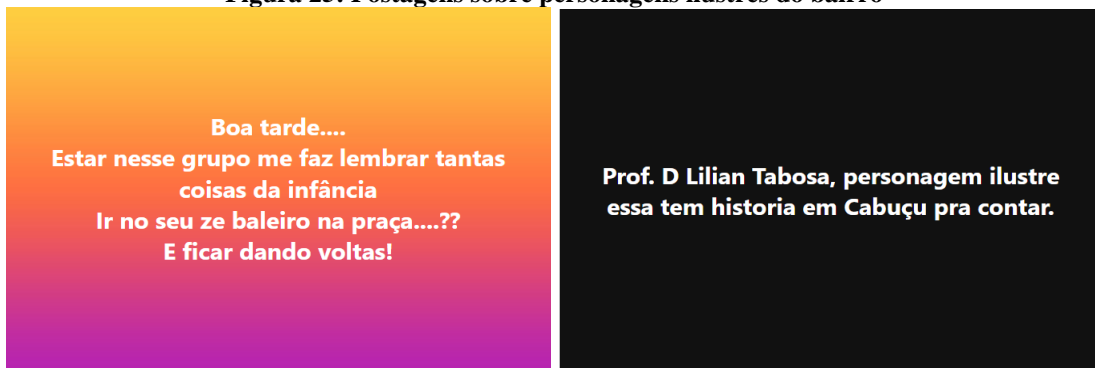
Figura 24: Lagoa azul de Cabuçu



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

Não só lugares, mas também pessoas que fizeram parte do cotidiano de moradores e ex-moradores do bairro Cabuçu são lembrados e homenageados no grupo (Figura 25). Um exemplo é o do Senhor “Zé Baleiro”, que fez parte da infância de muitos moradores do bairro com a sua venda de doces na Praça de Cabuçu. Ou, ainda, a poetisa Lírian Tabosa, que já foi homenageada pela Escola de Samba Império de Cabuçu, com o enredo: “Luta, poesia e luz”, e que levou a agremiação à conquista do título em 2014. Os comentários a respeito das fotos e mensagens postadas no grupo são repletos de gratidão e carinho pela convivência com eles.

Figura 25: Postagens sobre personagens ilustres do bairro



Fonte: Grupo “Cabuçú tem histórias” (2021).

São essas relações do vivido, construído e reconstruído no bairro, que, segundo Bourdieu (2007), disseminam essas experiências e possibilitam a construção dessa memória coletiva, tão almejada pela criadora do grupo. Ao se colocar os personagens da história narrada na trama de informações do desenrolar do vivenciado no lugar, retomando Ricoeur (2010), se consegue favorecer a modelagem de uma identidade social.

Os eventos anuais do bairro que reúnem muitas pessoas, como: o Desfile de Sete de Setembro, Carnaval, Festa Junina e a Folia de Reis (Figura 26) são igualmente lembrados no grupo. Além de momentos históricos para a população, como a inauguração do asfaltamento da Avenida Abílio Augusto Távora, à época Estrada de Madureira. Ou, ainda, bailes semanais em que as pessoas costumavam frequentar com a família.

Figura 26: Eventos sociais do bairro



Fonte: Grupo “Cabuçu tem histórias” (2021).

Importante salientar que os integrantes da página buscam em suas memórias do passado a função dos locais e objetos que para eles são importantes, trazendo também, quando possível, a sua função atual no cotidiano do bairro. Constitui-se uma enunciação de um verdadeiro potencial pedagógico da página, enfatizado pela moderação e administração do grupo por professoras locais. A análise das postagens possibilita uma tentativa de entender a relação das pessoas com o que elas consideram seu patrimônio, de acordo com a sua percepção própria sobre o que é de fato um patrimônio.

Durante a análise surgiram diversos questionamentos, como: O que levou esse grupo de pessoas a se reunir e contar as histórias do bairro? Que gerações assentiram à ideia? O que levou as pessoas a aderirem essa ideia? Qual o significado do grupo para eles?

A nostalgia é um sentimento que está bem representado nas postagens e equivale ao foco para a interação no grupo. A solidariedade e a consolidação de uma memória coletiva

descrevem a importância que essas histórias e, principalmente, os lugares se apresentam como um verdadeiro patrimônio sob a perspectiva desses residentes.

Como comentários que expressam essa nostalgia, seguem os exemplos abaixo:

Comentário 1:

“Antes da construção da Escola Municipal Abílio Ribeiro havia outra escola Municipal! A Marquês de Itanhaem! Ficava onde hj em dia é o posto de saúde! Meus irmãos estudaram lá! Alguém do grupo se recorda ou estudou lá também?” (postado em 15 de fevereiro de 2019).

Comentário 2:

“Muito bom saber do passado onde moro desde que nasci (1990). Ouvia meus avós contando, ouço minha mãe e vejo como eles são felizes em falar desse lugarzinho simples e feliz que era.” (postado em 26 de março de 2019).

Comentário 3:

“Muito triste ter derrubado o Castelinho. Devia ser tombado pelo patrimônio histórico de Nova Iguaçu. Mas acharam melhor derrubá-lo. (postado em 7 de novembro de 2019.)

Comentário 4:

“Nossa eu morei nesse lugar na minha adolescência, tinha uma vila de casas para os funcionários do matadouro, meu pai trabalhava lá foi na época que essa lagoa não era liberada pra banho, o dono era Sr Pedro e os filhos... gente amei ver essas fotos, lembranças boas demais.” (postado em 28 de março de 2020)

Comentário 5:

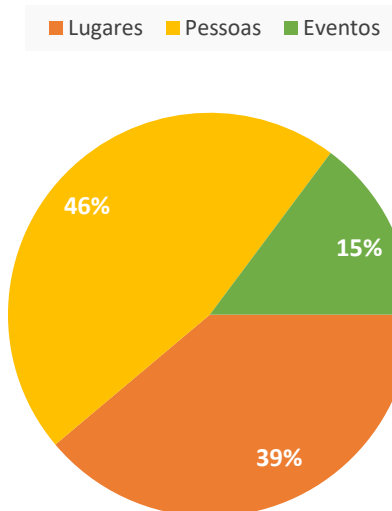
“Eu cresci dentro dessa escola! Amava!! Quem dirigia a escola era a irmã Maria Helena. Minha mãe foi professora do Jardim de Infância que funcionava lá. As ajudantes da irmã eram a Bete e a Sílvia. Tempos bons... as festas eram ótimas! Minha irmã ensaiava muita meninas (sic) para as apresentações das danças. Eita, tempo bom demais!!! (postado em 22 de agosto de 2020).

A biografia desse cotidiano bairrista, retomando Bosi (2003), traz as representações identitárias locais. É ali que eles apresentam o seu lugar de fala e suas impressões subjetivas acerca de cada aspecto do vivido no bairro. As memórias expostas na página transmitem a emoção das pessoas em se identificarem, em que não há um só, mas um coletivo, que experimentou, viu, aprendeu, viveu (RICOEUR, 2003). É essa reflexividade que trará esse rastro de memória social pelo qual o grupo se organizou e se propôs a construir.

Ainda sobre as postagens dos integrantes, durante a pesquisa e análise dos dados da página, no período de janeiro de 2020 a agosto de 2021, foram verificadas 656 postagens, que os participantes disponibilizaram no grupo no período de fevereiro de 2019 a agosto de 2021. Na amostra analisada, foi constatado que a maior parte das postagens eram relacionadas a pessoas do bairro – 304 no total, configurando 46% da amostra. Em segundo lugar, lugares que no imaginário local são referências em memórias – 255 no total, configurando 39% da amostra –, seguido de eventos que ocorreram no bairro – 97 no total, configurando 15% da amostra.

Gráfico 1: Relação de conteúdo das postagens no grupo “Cabuçu tem histórias”

Conteúdos das postagens na página



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação a esses dados, é possível concluir que as pessoas que conviveram no bairro são parte das memórias mais evocadas deste grupo. Este dado reforça a ideia de Bosi (1994) que destaca o desenvolvimento de uma memória coletiva a partir de laços de convivência entre as mais variadas pessoas, seja em relação à sua família, escola ou ambiente profissional. Assim, as memórias evocadas das pessoas no grupo se unificam tomando por base pessoas que conviveram com elas no decorrer do tempo em que estiveram no mesmo espaço social.

Amplia-se a análise com base nas categorias do Inventário Nacional de Referências Culturais¹¹ (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no quadro 6 a seguir, reafirmando a importância dessas referências selecionadas na página para a análise das referências culturais de uma determinada sociedade, no caso, do bairro Cabuçu.

Quadro 6: Categorias de análise do INRC (continua)

Categorias	Especificações
Celebrações	- Principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos de calendário. - Atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território.
Edificações	- Estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. - Além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem.
Formas de Expressão	- Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade, etc.
Lugares	- Lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local.

11 O INRC é um importante instrumento metodológico para pesquisa das referências culturais e identitárias de um determinado grupo social, independente de uma qualidade arquitetônica ou artística. Desenvolvido pelo IPHAN, apresenta categorias para análise de um território, que pode ser desde uma vila, um bairro, ou ainda, uma região geográfica específica (IPHAN, 2000).

	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. - Atividades e sentidos abrigados por esses lugares constituem a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.
Ofícios e Modos de Fazer	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. - Refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IPHAN (2000, p.31)

Ainda que de forma incipiente, é possível compreender que o trabalho realizado na página contribui para a coleta de informações sobre o bairro que são as bases para a realização do INRC. O caráter afetivo não exclui o fato de página promover conteúdo de relevância social para mapear a realidade cultural da comunidade de Cabuçu. Categorias como: Celebrações, Edificações e Lugares são frequentemente abordadas na página (quadro 7), através dos relatos e impressões subjetivas de cada componente do grupo que se propõe a compartilhar suas vivências.

Quadro 7: Categorias do INRC identificadas na página

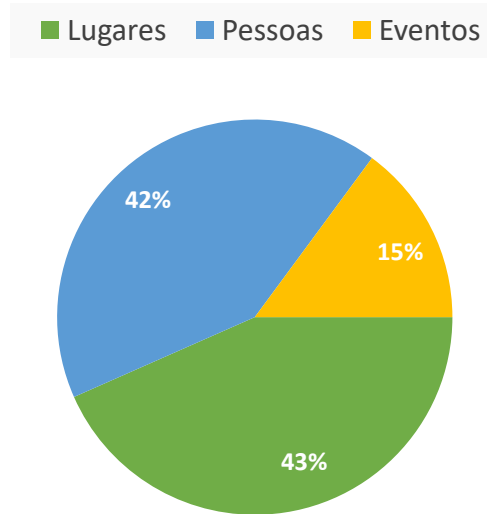
Categorias	Conteúdos identificados na página
Celebrações	Carnaval, Desfiles cívicos de Sete de Setembro, Festa da Primavera, Festa de Nossa Senhora, Festa Junina, Folia de Reis.
Edificações	Cinema da Rua Paissandú, Castelinho, Colégio Mavidaf, Fábrica de Tintas Probal S/A, Grupo Escolar Marquês de Itanhaém, Liceu Presidente Médice, Prédio da Igreja de Nossa Senhora de Fátima.
Lugares	Banca do Luiz Jornaleiro, Brazinha de Cabuçu, Cachoeiras, Campo do Cabuçu, Circo na praça, Fazenda Cabuçu, Feira aos Domingos na praça, Lagoa Azul, Praça de Cabuçu, Rampa de Vôo Livre, Venda do Seu Zé Baleiro.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Outra característica importante utilizando a mesma amostra do Gráfico 1, os comentários acerca dos conteúdos postados estão relacionados no próximo gráfico:

Gráfico 2: Relação de comentários por conteúdo postado

Comentários por conteúdo postado

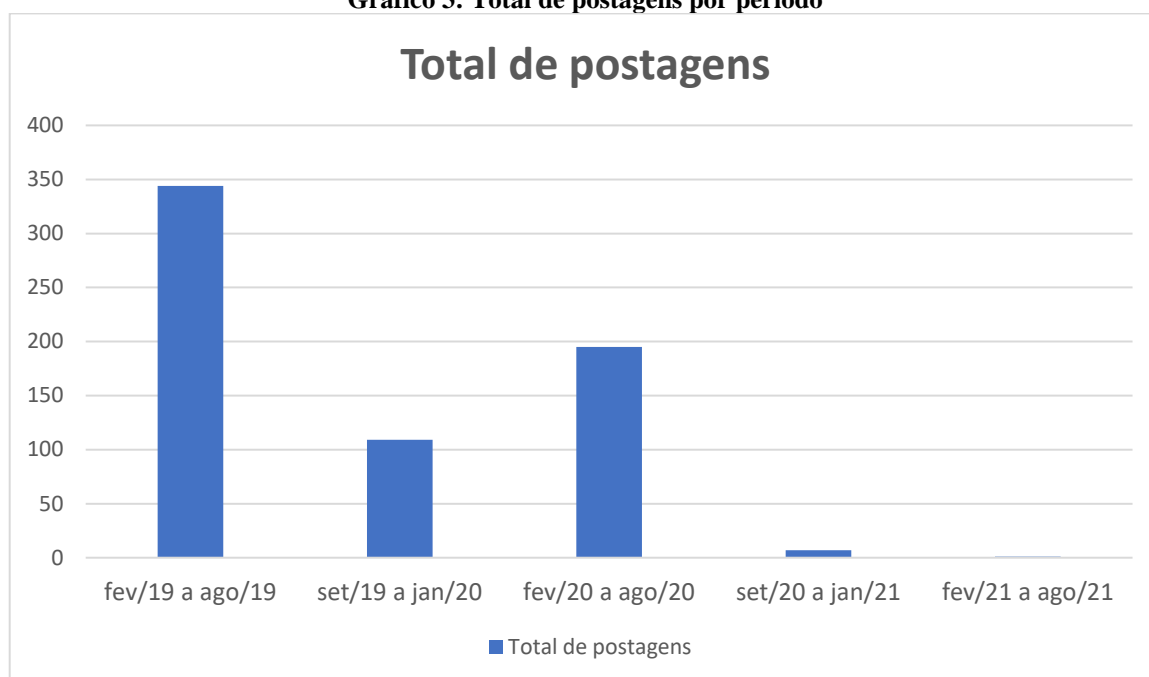


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com os dados representados é possível perceber que as postagens com o conteúdo lugares foram as mais comentadas: 8.659 comentários em conteúdos sobre lugares (43% da amostra), 8.328 comentários em conteúdos sobre pessoas (42% da amostra) e 2.972 comentários em conteúdos sobre eventos ocorridos no bairro (15% da amostra). Com esse dado é possível entender que, apesar das postagens com pessoas serem as mais evocadas, os lugares em que essas pessoas conviveram evocam memórias mais variadas em relação ao convívio social. Isso se constata a partir da maior quantidade de comentários sobre um local específico quando comparado a uma pessoa lembrada. Compreende-se que as fotografias pessoais de lugares do bairro ao serem publicadas no grupo evocam essas lembranças variadas, mediando relações e experiências de vida distintas, mesmo se configurando como um mesmo espaço.

Em relação à frequência das postagens, o gráfico a seguir mostra a quantidade total da amostra de 656 postagens separadas por semestres desde a criação do grupo, em fevereiro de 2019 até agosto de 2021.

Gráfico 3: Total de postagens por período



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Durante o semestre inicial de existência do grupo “Cabuçu tem histórias”, houve uma grande frequência de postagens, considerando a amostra de 656 postagens no período total, culminando em 344 postagens de fevereiro a agosto de 2019. Após esse primeiro semestre, houve uma queda no número de postagens, 109 no período de setembro de 2019 a janeiro de 2020. Isto se deve ao fato de ocorrerem muitas postagens repetidas que foram frequentemente deletadas pelos administradores e moderadores da página. Todavia, no terceiro semestre de existência do grupo, de fevereiro a agosto de 2020, o número de postagens voltou a subir, com um total de 195 postagens, lembrando postagens anteriores e trazendo novos conteúdos para o grupo.

Nos dois últimos semestres – de setembro de 2020 a janeiro de 2021 com apenas 7 postagens; e de fevereiro a agosto de 2021 com apenas 1 postagem – houve uma grande queda na movimentação do grupo. Este período também está relacionado ao momento de maior ausência da criadora e administradora Andreia Cordeiro que, em sua entrevista, informou que era a maior incentivadora para que os participantes trouxessem suas memórias individuais e familiares para auxiliar os demais participantes a recordarem suas memórias sobre o bairro. Além disso, o último semestre analisado foi o período em que o grupo foi fechado, situação informada pela administradora, contendo apenas uma única postagem sobre a construção de um condomínio no terreno ao lado da Fazenda Cabuçu, o que gerou uma grande comoção nos participantes, envolvendo todos os comentários acerca das memórias sobre este local do bairro.

Desde abril de 2021, o grupo não recebe mais postagens. Andreia disse que precisou fechar completamente o grupo, pois houve um bombardeamento de postagens com propagandas. Essa ação foi tomada para que o grupo não fosse totalmente fechado, uma vez que ocorreram pressões pessoais para uma administradora do grupo, em mensagem privada, para que uma postagem com propaganda fosse aceita. Contudo, os comentários podem continuar a serem postados, sendo o bloqueio apenas para novas postagens.

Essa medida, apesar de conter as propagandas e postagens que não fazem parte do objetivo do grupo, acabou limitando o recebimento de novas fotografias sobre a história de Cabuçu. Porém, segundo Andreia, foi a solução possível para o grupo continuar, uma vez que, diante do ocorrido, as demais administradoras sugeriram a extinção do grupo.

Vale destacar que a escolha das administradoras da página por Andreia seguiu a questão da confiança. Para ela, era importante que as pessoas escolhidas tivessem discernimento para analisar as postagens e não permitir postagens ofensivas e propagandas.

Há pelo menos oito meses, segundo Andreia, o grupo está “abandonado” porque ela não dispõe de tempo hábil e pelo fato de que, geralmente, era apenas ela quem ficava de frente para reunir as informações, adicionar *tags* nas postagens relacionadas à história do bairro e reunir os dados para a página História de Cabuçu. As demais administradoras ficam apenas com a parte de controle das postagens indevidas.

A questão do tempo é para Andreia a maior dificuldade na administração do grupo. E, em relação ao grupo, a maior dificuldade, para ela, é “fazer as pessoas entenderem o objetivo do grupo”. Segundo Andreia:

(...) a pessoa entra no grupo, Cabuçu tem histórias, para fazer propaganda do que vende. E as pessoas, infelizmente, o ser humano, infelizmente, ele gosta de... é... não cumprir regras. O prazer do ser humano é não cumprir regras. Então, ele viu lá, Cabuçu tem histórias, no título já está dizendo, mas ele quer chegar e promover a faculdade que ele tá de parceiro, ele quer promover a hamburgueria dele, ele quer promover a mecânica, e assim por diante. E então a gente teve que começar a moderar as postagens para não deixar entrar tudo. No que a gente passa a moderar, você precisa ter tempo para estar ali fazendo isso. É difícil trabalhar com o ser humano! E um grupo com milhares de pessoas fica mais difícil ainda. (Entrevista: Andreia Cordeiro do Valle Costa, 2021)

A criadora da página sente, atualmente, uma insatisfação com o resultado no sentido de não conseguir alcançar o seu objetivo inicial. Por conta de o grupo estar, atualmente, bloqueado para novas postagens, ela não consegue coletar novas informações sobre as lembranças evocadas dos demais participantes.

Outra limitação importante a ser considerada em relação ao grupo é que, apesar da iniciativa ter alcançado em pouco tempo um amplo número de participantes, moradores de Cabuçu mais antigos tendem a não utilizarem esse espaço na Internet, seja pela dificuldade no uso da tecnologia ou até mesmo em seu acesso. Ou seja, há ainda várias lacunas sobre a realidade do bairro a serem preenchidas com essas experiências do vivido das primeiras gerações de moradores do bairro. Muitos já se foram, mas ainda há muitos moradores que presenciaram as mudanças ocorridas no bairro que estão vivos, porém, que não acessam a rede.

Essas limitações pontuadas pela criadora e administradora da página refletem a liquidez da Internet, em que as pessoas não respeitam regras muitas vezes criadas em comum acordo entre os componentes dos grupos sociais a que se dispõem as discussões. É verificada também a necessidade de ter sempre um animador, no caso do grupo “Cabuçu tem histórias” a própria criadora Andréia, para que as discussões e o ânimo do grupo continuem. No caso do grupo analisado, essas limitações levaram as administradoras a interromperem o grupo, mesmo a contragosto.

Entretanto, a partir da análise apresentada, com a iniciativa desses moradores é possível constatar que a população também é colaboradora nos processos de valorização de bens culturais a partir do sentimento de pertencimento construído por suas memórias, sejam individuais ou coletivas. Afinal, cada sociedade tem sua própria ideia do que é importante para a vida cotidiana de seus espaços culturais reconhecidos coletivamente.

A função social da página, de valorizar a memória, é muito importante não apenas para recordar momentos, mas para compartilhar as experiências que formaram a identidade local. Como afirma Halbwachs (1950), a memória será uma convenção seletiva negociada entre a memória individual e coletiva, respeitando os limites impostos pelo grupo. É notado também que, mesmo as pessoas que não vivenciaram a situação, como a própria Andreia, sejam afetadas

pela lembrança dos que lhe contaram. Ou seja, a memória possui esse caráter intrínseco, mas também extrínseco, como visto anteriormente em Pollak (1992). As recordações individuais estão, assim, ligadas às memórias do grupo. Essa memória social construída no grupo “Cabuçú tem histórias” só se sustenta por possuir um significado especial para o grupo que recorda, como observado no capítulo 2, em Fentress e Wickham (1992).

São nesses acontecimentos vividos, vividos por tabela, ou ainda, nem vividos, mas compartilhados em lembranças que também poderão ser estruturadas as memórias. A memória também pode testemunhar um esquecimento, que pode estar vinculado ou não a uma disputa (RICOEUR, 2010). Caso caia no esquecimento, deve-se criar um grande esforço de resgate de lembranças, de forma coletiva, em um determinado grupo (MOTTA, 2012).

A análise dos resultados da pesquisa realizada no grupo, portanto, evidencia que a interface utilizada, *Facebook*, possui um potencial alcance frente aos participantes, uma vez que, dado o tempo do grupo e o número de postagens analisadas, 656 – é um ambiente em que o público consegue interagir facilmente. O imaginário local dos participantes do grupo “Cabuçú tem histórias” encontrou neste ambiente uma possibilidade de criação de uma história do bairro, a partir de suas vivências e experiências, suas ações do cotidiano. Com isso, percebe-se que esta interação, dada entre postagens, curtidas e comentários na página, possibilita a criação de uma memória não somente virtual, mas também social, do bairro. Memória esta que, para seus participantes, se constitui na história do bairro, a partir de seu olhar, suas lembranças, suas experiências de vida, seu grupo, sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura de uma localidade está baseada nos acontecimentos históricos que configuraram, ao longo do tempo, a identidade do local. Os moradores constroem assim essa identidade, pois criaram em conjunto elementos coletivos, como a cultura, a memória e a própria história de vida, que constituem essas identidades.

A página do Facebook “Cabuçu tem histórias” se constitui como um espaço que reúne em si múltiplas memórias coletivas de vivências e espaços que possuem uma referência na cultura do grupo envolvido. Há espaços que sofreram alterações em seu uso pelos moradores, mas a percepção da comunidade não foi alterada, mantendo-se firme a memória construída dos bens culturais destacados. A página apresenta-se, portanto, como um exemplo de organização popular em defesa da memória e dos bens culturais, utilizando um espaço público como uma rede social da Internet, para transmitir o que é a cultura do bairro pelo olhar de seus moradores.

A Baixada Fluminense é vista como um local de pobreza, violência e marginalização. Esse olhar estigmatizado obscurece o verdadeiro sentido do viver pelo olhar do morador em seu cotidiano. Todavia, a Internet em si, hoje em dia, também se torna um espaço de memórias e de compartilhamento de experiências, adicionando uma nova demanda relacionada às questões de preservação de bens por parte da comunidade.

A pandemia do Coronavírus que tem afetado a população mundial, de modo geral, afeta consideravelmente a questão da memória social. Durante o processo de elaboração deste trabalho, um número considerável de selecionados para entrevistas, por exemplo, vieram a óbito em decorrência do Covid-19. Essa reflexão traz a questão de quanto os problemas de saúde globais podem afetar todas as esferas da vida humana, incluindo a memória coletiva de uma determinada região. São fatos, lembranças, memórias e histórias que foram perdidas, fruto de uma história individual repleta de realizações que até hoje permeiam o imaginário social da região afetada. São anônimos ilustres, que fizeram parte do cotidiano dos moradores do bairro.

Os valores e os significados que os locais, objetos e experiências possuem para essa comunidade, que fizeram parte de suas vidas, hoje ganham força através da memória coletiva construída na página. Ao solicitar uma entrevista a um morador, este começou a chorar e, ao ser indagado sobre o choro, foi dito que jamais poderia pensar que a memória e as lembranças que guarda com carinho poderiam ter algum sentido ou valor para alguém hoje em dia, e essa possibilidade ficou evidente pelo canal contemporâneo de comunicação disponível pela Internet.

A estrutura social se apresenta como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, atualmente mascarado pela ampliação do acesso a determinados bens, mas ainda presente no cotidiano através das relações materiais, econômicas, simbólicas e culturais. No caso da rede social, a grande motivação dos seus participantes é que não existe uma história oficial do bairro, uma vez que nunca houve interesse dos gestores públicos para produção e divulgação. Pela comunidade não possuir um capital simbólico, resolveram por eles mesmos, com o recurso que dispunham, agirem para que suas memórias não caíssem no esquecimento.

É o esquecimento que gera a motivação para construção da história. É o medo de que suas memórias sejam perdidas que motivam a mudança, para que as feridas simbólicas do esquecimento sejam curadas. Entretanto, há limitações nessas relações sociais na Internet, como a suspensão das atividades da página pela administradora e criadora do grupo, que sentiu a necessidade de realizar este feito por conta da impossibilidade de controle total das postagens e permanência de atitudes desafiadoras dos participantes que iam contra as regras do grupo.

Torna-se necessária, portanto, uma intervenção do poder público, através de políticas públicas que incentivem atitudes como Andreia teve, de valorizar a identidade, cultura e história local. Assim, esse trabalho não seria de uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas, mas se

expandiria a nível macro, até para outras regiões do município. Com isso, iniciativas como essa não se perderiam ao longo do tempo ou, ainda, não seriam abandonadas.

Transformações socioeconômicas verificadas ao longo dos anos propiciaram que, hoje, seja possível uma organização de luta pela história de um bairro da periferia de Nova Iguaçu através de uma rede social global de Internet. As novas tecnologias de informação e comunicação também são utilizadas para apresentação e divulgação do patrimônio – com substancial aumento em decorrência da pandemia – e acabam assim se tornando estimuladoras para criação de uma memória coletiva, proporcionando a divulgação e manutenção da memória.

Ao se pensar nestas transformações, depara-se com a questão de que elas, por si, configuram-se, também, como transformações culturais, partindo do pressuposto que não há como separar o cultural das demais esferas presentes no cotidiano social. Esta organização da população, em defesa da memória coletiva do bairro Cabuçu representa um exemplo de como a população é colaboradora dos processos de valorização dos bens culturais.

O sujeito dessa esfera pública é o próprio público enquanto portador da opinião pública. Na rede social “Cabuçu tem histórias”, os membros apresentam a sua opinião acerca dos espaços e pessoas do bairro, além de rememorem eventos do cotidiano que permanecem vivos na memória coletiva dos moradores. Essa possibilidade de utilização deste espaço só foi possível graças ao complexo tecer das relações de estruturas sociais e do contexto da Esfera Pública burguesa, transportada hoje também para o ambiente da Internet, criando o que se arrisca chamar de uma Esfera Pública digital.

Ao se pensar em redes sociais, é possível associar o ciberespaço a um mundo de aparências, onde as pessoas falam o que querem, do modo que querem e relatam ali suas questões privadas e íntimas, utilizando como intermédio para contato com as outras pessoas as telas digitais. As conversas que antes utilizavam apenas os portões, praças e esquinas encontraram esse novo espaço digital para se desenvolverem. Assim como há também no ciberespaço grupos que se organizam para tratar de assuntos mais complexos, discutirem questões importantes da vida social e, também, falar sobre suas memórias, a partir dos seus lugares de fala que a comunicação através da rede os proporciona e reorganiza em um espaço público digital.

Ao trazer uma determinada questão para ciberespaço, o indivíduo espera que a sua voz, sua ideia ou opinião seja ouvida por um maior número de pessoas, ao se considerar a grande rede que é formada e ampliada a cada dia na Internet. Porém, para que essa voz tenha maior chance de ser ouvida, as pessoas costumam se organizar em grupos com interesses comuns. Assim como no grupo “Cabuçu tem histórias”, a chance de se alcançar um maior número de pessoas pela causa inicial, que é de criar uma história do bairro, é ampliada em comparação a uma busca solitária da idealizadora do grupo. As milhares de vozes que hoje se juntam no grupo podem somar, ainda mais, a quantidade do acervo de fatos, fotos e contos que moldaram a simbologia do bairro para seus moradores e ex-moradores.

Na página “Cabuçu tem histórias” é possível perceber que houve uma mudança nos processos de aceitação de conteúdos para compor a história da página. Segundo a idealizadora do grupo, inicialmente, o grupo seria apenas para recordar lugares, eventos e momentos que fizeram parte da história do bairro – não necessariamente pessoas. Todavia, com a grande motivação pessoal dos integrantes em colocar suas fotos pessoais e reconhecer pessoas do bairro, a administração do grupo passou a permitir não só as postagens com esse tema, como também estimular a participação dos integrantes.

Diante destas considerações, observa-se que o grupo “Cabuçu tem histórias” representa essa preocupação dos moradores em preservar a memória do bairro, pois ela também se caracteriza como parte de sua biografia, sua história. A preocupação demonstrada por eles em relação aos novos empreendimentos que chegam ao local, principalmente próximo à Fazenda Cabuçu, uma área emblemática do bairro, demonstra a resistência em não deixar que aquela

paisagem em si sofra qualquer modificação. Para onde iria, então, aquele local de tantas lembranças? De que forma poderiam ser preservadas essas memórias e histórias sobre esse local? Como poderiam preservar essa biografia? O grupo então se apresenta como esse espaço, produzido por eles, para resgatar e resguardar sua memória.

Essas análises se aportam na necessidade de ampliar o conhecimento sobre a Baixada Fluminense a partir de uma mudança de discurso – e aqui se permitindo dizer a mudança na mentalidade da própria população – sobre a região, que se permite hoje trazer para o ambiente acadêmico questões a respeito da periferia de Nova Iguaçu, aqui analisada a partir da iniciativa dos moradores de Cabuçu na rede social Facebook.

É então, nessa esfera pública digital que as pessoas têm reafirmado e difundido informações de forma interativa e rápida. Todavia, o imediatismo com que a informação se expande na Internet, revela uma liquidez das relações, uma vez que não há “tempo” para voltar diversas vezes em um mesmo assunto, por exemplo, sendo necessário um número maior de informações em um curto espaço de tempo. Ou, ainda, não há “tempo” para controlar as postagens, visto as necessidades pessoais e laborais dos envolvidos. Caso uma situação como essa ocorra, pode ocorrer um desinteresse ou até abandono em relação ao objeto tratado.

Portanto, é esperado que a pesquisa contribua para análise do uso da Internet, em especial das redes sociais, no cotidiano das pessoas para tratar dos mais diversos assuntos da esfera pública e privada, em especial, de suas preciosas memórias. Com base nas análises realizadas possibilita-se afirmar que o grupo “Cabuçu tem histórias” permite essa experiência de encontros e reencontros ao reunir as memórias dos moradores e antigos moradores do bairro, mas, mais do que isso, possibilita o registro dessas lembranças, reencontros e construção de narrativas sobre o bairro com base naquilo que, para eles, realmente vale a pena preservar. Ou seja, o grupo se constitui em um local virtual de acesso público, mas ao mesmo tempo com suas características privadas, subjetivas, com seu caráter simbólico, onde a verdadeira ação social acontece ao afirmar que, independente de ter uma história oficial ou não, Cabuçu tem, sim, muitas histórias!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Enderson. **A cidade maravilhosa e as cidades do abandono** – o verso e o reverso das políticas públicas de segurança na região metropolitana do Rio de Janeiro. Geosul, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 17-38, jan./abr. 2021.

ALMEIDA, Daniel Vater. Plano Agache: A cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º plano diretor do país e a consolidação do urbanismo no Brasil. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo: 2005. 461-482p.

ALMEIDA, Marco Antônio de. DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. Humanidades digitais: um campo praxiológico para mediações e políticas culturais?. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB): Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes**. GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. João Pessoa, 2015. 20 p.

AUGÉ, Marc. Sobre modernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 99-117p.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. In: **Intercom**. V Congresso Nacional de História da Mídia. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: São Paulo, 2007. 18 p.

BARBOSA, Marialva Carlos. Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 17, jan./jun, p.11-29. Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2010.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? In: **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. In: **Transversos: Revista de História**, n. 11, dez. 2017, p. 98-118. Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: confluências. In: **Interin**. v. 24, n. 2, jul./dez. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná, p.4-20, 2019.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. In: **Matrizes**. v.13 - nº 1 jan./abr. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2019, p.13-25.

BARBOSA, Marialva Carlos. História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. In: **Revista Palavra Clave**, vol. 22, núm. 4, e2242, 2019, out.-dez. Chía: Universidad de La Sabana, 2019.

BARBOSA, Marialva Carlos. Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**. Vol.8, nº 2 jul./dez.2019, p.25-38. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar): 2019.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. In: **Mouseion**, vol. 3, n. 5, jan.-jul, 2009, p.35-67. Revista do Museu e Arquivo La Salle. Editora UnilaSalle: Canoas, 2009.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEZERRA, Daniele Borges. OLIVEIRA, Priscila Chagas. SERRES, Juliane Conceição Primon. Cibermuseus e memória na rede: o Museu das Coisas Banais (MCB) como meio e lugar de memória. In: **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.9, n.2, p.137-159. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. Memórias da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, 17 (47), 198-211, 2003.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: **O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social**. pp. 13-48. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 313 p.

BRAGA, Adriana. McLuhan entre conceitos e aforismos. In: **ALCEU** - v. 12 - n.24 - pp. 48-55 - jan./jun. 2012.

CAMPOS, Pedro Humberto Farias; LIMA, Rita de Cássia Pereira. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. Cadernos de Pesquisa. v. 48, n. 167, 2018, jan./mar. p.100-127. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n167/1980-5314-cp-48-167-100.pdf>> Acesso: 18 jul. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a rede de informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. 5 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 700 p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na Era da Informação. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. pp. 225-231.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 145 p.

COSTA, Marco Aurelio Borges; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. pp. 85-94.

CUNHA, Magda Rodrigues da. **A Memória na era da reconexão e do esquecimento**. Porto Alegre: Em Questão. v. 17, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2011.

DAMIN, Marina Leitão; DODEBEI, Vera. **TICS, sites de redes sociais e a deficiência visual: um entrelace de memórias**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes. GT 10 – Informação e Memória. João Pessoa: 2015. 19p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Revista História Oral. Associação Brasileira de História Oral, 6, 2003. pp. 9-25.

FALCI, Carlos Henrique Rezende. **Memórias culturais em construção: novas formas de memória em ambientes online**. Revista Extraprensa, [S. 1.], v. 3, n. 3, p. 256-266, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77167>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória social: Novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editora Teorema, 1992.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. In: **Historiae**. v. 3 n. 3 Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. pp. 27-46.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HERMOSO, Borja. **Entrevista com Jürgen Habermas**. El País Semanal. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html?id_externo_rsoc=F_B_BR_CM. Acesso em 10 set 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/>. Acesso em: 10 set 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Departamento de Identificação e Documentação, Brasília: 2000. 156p.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), São Paulo: 2001. 454p.

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. pp.119-147.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade**. A Era da Conexão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005. 17p.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4 ed. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008. 295 p.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996. 160p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 264p.

LÉVY, Pierre. Uma perspectiva vitalista sobre a cibercultura. In: LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4 ed. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008. pp. 11-14.

MACHADO, Rubens Mota. **O sítio Morro da Saudade: práticas de arrendamento e redes de sociabilidade na Freguesia de Marapicu na segunda metade do oitocentos**. Recôncavo. Revista de História da UNIABEU, vol. 4, n. 6, janeiro - junho de 2014. pp.42-57.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, Identidades, Alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no Novo Século. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. pp. 51-79.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 291p.

MORIGI, Valdir Jose; MASSONI, Luis Fernando Herbert. **Memórias em rede: as fotografias em ambientes virtuais**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 517-530, novembro 2015.

MORIGI, Valdir José. MASSONI, Luis Fernando Herbert. **Mídia e as informações sobre o patrimônio cultural e a cidade**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). GT 10 – Informação e Memória. João Pessoa: 2015.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 21-36.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 1993. n. 10. pp. 7-28.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 81-98p.

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. **Leis também produzem o espaço**: contando a história de Jardim Laranjeiras (RJ). Revista Cadernos do desenvolvimento Fluminense. 2017, v. 13. Rio de Janeiro: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, 2017. pp. 63-80.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1989. v. 2, n.3. pp. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. vol. 5. n. 10. Rio de Janeiro: 1992. pp. 200-212.

PRUDENTE, Letícia Thurmann. **Interface rural-urbana**: contribuições para o Planejamento territorial no Brasil. Caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2017. 322 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. In: **Comunicação & Sociedade** - Dossiê Ciberativismo latino-americano. v.28, n. 47, p. 99-114. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.* São Paulo: Editora UNICAMP, 2010. 535 p.

RICOEUR, Paul. Memory, history, oblivion. In: **Haunting Memories?** History in Europe after Authoritarianism. 2003, 7p. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 20 Jun 2021.

ROCHA, André Santos da (org.). **Baixada Fluminense**: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas. Associação dos Amigos do Instituto Histórico – ASAMIH, Duque de Caxias: 2020. 315p.

RODRIGUES, A. O. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's)**: economia e território em processo. 2006. 118 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

RODRIGUES, A. O. **Baixada Fluminense**: inovações e permanências. 2014. 190 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2014.

RÜDIGER, Francisco. **Cibercultura e pós-humanismo**: exercícios de arqueologia e criticismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 237 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2006. 292 p.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis de (org). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. pp.19-31.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 a 1940**. Nova Iguaçu: 2015. 55p.

STASIAK, Daiana. **Sociedade midiaticizada e convergência tecnológica: as afetações do Campo dos media na contemporaneidade**. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: Goiânia, 2010. 15p.

STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 1, p. 9-30, 2005.

TASSARA, Eda. **Sobre Ecléa Bosi: consciência, memória, recordação**. In: Memorandum, 33, out. 2017. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2017. p. 193-195.

XAVIER, Leila da Silva. **Escola e Conselhos Tutelares: duas décadas de compassos e descompassos na política de atendimento a juventude**. 2015. 137 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, 2015.

APÊNDICES

- A – Termo de consentimento da participação da pessoa como sujeito.**
- B – Roteiro da entrevista com as administradoras da página “Cabuçu tem histórias”.**
- C – Transcrição das entrevistas com as administradoras.**

APÊNDICE A – Termo de consentimento da participação da pessoa como sujeito

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, abaixo declarada, autorizo a realização da entrevista virtual para a pesquisa sobre a página da rede social *Facebook*, Cabuçu tem histórias, e declaro que fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisadora: Marcelle Veronezi Miqueline Lopes, (21) 98609-1302.

E-mail: marcelle.miqueline@gmail.com

Nova Iguaçu, 09 de Agosto de 2021.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com as administradoras da página “Cabuçu tem histórias”.

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ADMINISTRADORAS DA PÁGINA CABUÇU TEM HISTÓRIAS

1- DADOS PESSOAIS

- a. Nome
- b. Idade
- c. Estado civil
- d. Tem filhos
- e. Ocupação
- f. Bairro onde mora

SOBRE A RELAÇÃO COM A PÁGINA

- 2- Qual o principal motivo que a levou a criar/participar do grupo Cabuçu tem histórias?
- 3- Como foram definidas as regras para a página? Por que apenas memórias até a década de 1980?
- 4- Que perfis de postagens são aceitos?
- 5- Qual foi o critério para definição dos administradores da página? Há a previsão de inclusão de novos administradores?
- 6- Como funciona a sua rotina de acompanhamento das postagens do grupo?
- 7- Quais as dificuldades encontradas no processo de administração da página?
- 8- De maneira geral, você se considera satisfeita com os resultados alcançados pela página? Como você observa isso?
- 9- Na sua percepção, qual o objetivo principal da página? Você considera o objetivo promissor?
- 10- O que a página Cabuçu tem histórias representa para você?
- 11- Em sua opinião, o que pode levar uma pessoa a expor suas memórias em uma página da rede social, como a que vocês administram?

SOBRE A RELAÇÃO COM O BAIRRO

- 12- Caracterize a sua relação afetiva com o bairro Cabuçu.
- 13- Para você, qual a importância da página para a população do bairro?

SOBRE A ANÁLISE DO FUTURO DA PÁGINA

- 14- O que você considera como fator fundamental para a entrada de novos participantes na página?
- 15- Qual a importância da página para a comunidade de Cabuçu no futuro?
- 16- Que ações você pretende realizar com a organização e estruturação das informações presentes na página? Há algum objetivo em longo prazo?

SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E HISTÓRIA

- 17- Ao longo do tempo de existência da página, para você, de que forma o trabalho realizado na página Cabuçu tem histórias acrescenta dados à história do bairro?
- 18- De que forma você acredita que a página contribui para o fortalecimento da identidade do morador?
- 19- O que você entende por memória individual? E por memória coletiva?

20- Na sua percepção, as postagens e comentários da página contribuem para a construção de uma memória coletiva do bairro Cabuçu? De que forma?

APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas com as administradoras.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Andreia Cordeiro do Valle Costa

Áudio 1 = O grupo Cabuçu tem histórias tem o objetivo de recolher informações para serem postadas na página para conter histórias de Cabuçu para ficarem registradas. Então, por isso que o grupo tem algumas regras, assim, em relação a postagens de fotos e de histórias até a década de 80. Por que a década de 80? Porque de 90 para cá tá bem mais recente, nós temos na memória e até fotos sobre isso. Até, de 80 pra lá era mais difícil ter fotografia, era mais difícil as pessoas terem máquinas fotográficas e é também mais difícil pessoas que se lembrem da história porque já vão ser pessoas mais antigas e estamos perdendo muitas pessoas, muitas pessoas já faleceram e levaram consigo a história.

Áudio 2 = Meu nome é Andreia Cordeiro do Valle Costa, tenho 51 anos, sou professora do Ensino Médio da rede estadual. Tenho 1 filho. Sou nascida e criada em Cabuçu, sempre morei em Cabuçu, nunca morei em outro lugar. E minha família mora em Cabuçu desde a década de 50. Minha mãe veio para Cabuçu em 1953. Minha mãe pegou o loteamento da Granja Paraíso sendo vendido, inicialmente, ela veio morar aqui e viu outros moradores chegando após ela. Então, muito por isso eu quis escrever a história de Cabuçu porque minha mãe fazia parte dessa história e eu queria deixar registrada.

Texto 1 = Sou casada.

Áudio 3 = Eu criei o grupo Cabuçu tem histórias com o objetivo de resgatar a história de Cabuçu e tentar resgatar algumas histórias que minha mãe me contava sobre o início do nosso bairro. Algumas coisas até hoje eu não consegui como, por exemplo, fotografias do Cinema do Seu Jamil, que tantas pessoas falam, mas ninguém tem fotografia da época e algumas outras histórias bem do início de Cabuçu. Então queria e quero ainda resgatar essas histórias.

Áudio 4 = Inicialmente a ideia era receber apenas postagens que trouxessem histórias efetivas de Cabuçu. Mas como as pessoas gostavam de postar algumas coisas relembrando pessoas, relembrando algumas situações engraçadas ou curiosas eu permitia que essas postagens acontecessem. Há uns quatro meses, não, não, deve ter mais... deve ter quase um ano... eu fechei completamente o grupo e não aceito mais nenhuma postagem porque nós começamos ser bombardeados com postagens de propagandas. E nós, administradores, tínhamos que ficar excluindo essas postagens que não faziam parte da história de Cabuçu, não tinha nada a ver com resgate de história. E, depois de muitas dores de cabeça e de uma administradora ser chamada no Messenger e ser pressionada para aceitar uma postagem sobre vendas de cestas básicas eu resolvi fechar completamente o grupo e não aceitar mais postagem nenhuma. Então, agora só se a pessoa quiser comentar nos comentários das postagens antigas. Isso, infelizmente, atrapalhou porque agora se alguém tiver alguma foto, alguma coisa, algum vídeo para postar nós não temos mais como receber. Mas, foi o que nós conseguimos fazer para o grupo continuar, porque, de início, os administradores até aconselharem que eu até extinguisse o grupo.

Áudio 5 = Os administradores foram escolhidos por serem pessoas de minha confiança. Pessoas que eu conheço, antigas no bairro, e de minha confiança que eu sabia que teriam discernimento para analisar as postagens e não permitir postagens ofensivas ou propagandas ou alguma coisa que viesse prejudicar alguma pessoa. Então assim foram escolhidos os administradores. Como agora o grupo está fechado, não há previsão de colocação de nenhum outro administrador.

Texto 2 = Quero muito entrar na fazenda para fotografar. Também gostaria de saber a história dela.

Áudio 6 = A rede social ela vai fazer aquilo que de repente ninguém parou para fazer sistematicamente, ninguém parou para escrever a história do nosso bairro. Mas nosso bairro

tem história e muita gente não sabe, muita gente não sabia que já tinha tido cinema em Cabuçu. E, quando o pessoal postou as fotos da Lagoa Azul muita gente ficou admirada e muita gente ficou feliz de lembrar. Então, realmente, é muito legal isso daí. Conforme eu for respondendo, se surgir alguma coisa a mais que eu lembre eu falo que aí, se for útil, você acrescenta. Tá bom? E assim, a história da minha família se confunde um pouquinho com a história de Cabuçu. Pelo que eu te falei, que a minha família veio para cá em 53. Então, minha mãe foi trabalhar na Probal, na década de 60, e lá ela conheceu meu pai. Mais tarde, agora, é... alguns anos atrás, meu tio escreveu as memórias dele e eu descobri que meu tio, né, que no caso é casado com a irmã do meu pai, é que veio trabalhar primeiro na Probal. Ele trabalhava no escritório. Ele trouxe todos os irmãos da esposa dele para trabalhar aqui. Veio meu pai, veio meu tio, minha tia... vieram todos trabalharem aqui. E por um acaso, né, meu pai e minha mãe se conheceram, namoraram e casaram. E, surgiu eu, filhinha da Probal. Então, assim, para mim, isso é muito importante.

Áudio 7 = Embora eu seja professora de Língua Portuguesa e não de História e, a história da... contemporânea, ela me... me puxa muito. Não só a história do nosso bairro, mas em geral, eu gosto de conhecer, né, a história da nossa época, né? Eu acho muito legal. E algumas coisas que influenciaram para estar do jeito como está hoje. Até porque a Literatura tem muito a ver com a História, né? Eu tenho a influência do contexto histórico dentro da Literatura. Então, isso tudo acaba se mesclando, né?

Áudio 8 = Então... é... ultimamente, mais ou menos uns oito meses, ou mais, o grupo ele tá bem abandonado, digamos assim, porque... é... quem ficava de frente, de fato, para postar, para procurar fotos e... e fazer as postagens, para contar, é... repassar né o que me passavam sobre a história de Cabuçu era eu. Os demais administradores só ficavam mesmo vendo a questão de postagens indevidas. Eles não faziam outras postagens não. Então, como eu tô sem tempo, o trabalho está bem devagarinho. A última postagem que eu fiz na página Histórias de Cabuçu (página que reúne as informações sobre a história do bairro recolhidas no grupo) foi falando sobre a venda da fazenda para a construção de... é... prédios residenciais.

Áudio 9 = A maior dificuldade na administração da página é justamente a questão de tempo. Porque eu sou professora, é... dou aula de manhã e estou trabalhando com costura criativa nos horários vagos e todos os horários vagos que eu tenho, eu tento ocupar com isso porque tenho bastante encomendas e tenho que dar conta. Então, eu não tenho condição de estar trabalhando com a página. E os administradores, eles entraram mais com o objetivo só mesmo de me dar um pequeno suporte. Eles não têm a visão de, é... continuar, de levar a frente isso daí. Né? As postagens, as pesquisas, então... a maior dificuldade é a falta de tempo. E, em relação ao grupo, não em relação à página (Histórias de Cabuçu), mas em relação ao grupo (Cabuçu tem histórias) a maior dificuldade é fazer as pessoas entenderem o objetivo do grupo. Porque a pessoa entra no grupo, Cabuçu tem histórias, para fazer propaganda do que vende, né. E as pessoas, infelizmente, o ser humano, infelizmente, ele gosta de... é... não cumprir regras, né? O prazer do ser humano é não cumprir regras. Então, ele viu lá, Cabuçu tem histórias, no título já está dizendo, mas ele quer chegar e promover a faculdade que ele tá de parceiro, ele quer promover a hamburgueria dele, ele quer promover a mecânica, e assim por diante. E então a gente teve que começar a moderar as postagens para não deixar entrar tudo. No que a gente passa a moderar, você precisa ter tempo para estar ali fazendo isso. Né? E, por fim, como eu te falei, teve uma pessoa que chamou um dos administradores para tirar satisfação do porquê que a mensagem dele não tinha sido aceita, aí eu fechei de vez. Ninguém mais pode nem tentar postar. Né? Não aceito mais postagem nenhuma. Só os comentários mesmo nas postagens já feitas. Então isso atrasou o trabalho do grupo. Porque, se eu pudesse deixar aberto, sempre surge uma pessoa com uma foto, um comentário, uma coisa que a gente já nem lembrava mais. E aí aparece, como foi a Lagoa Azul. Mas... né? É difícil trabalhar com o ser humano! E um grupo com milhares de pessoas fica mais difícil ainda.

Áudio 10 = Não estou satisfeita com o resultado, né, da página, porque eu não estou conseguindo administrar como eu gostaria nem estou conseguindo coletar informações como eu gostaria porque o grupo feito com o objetivo de coletar informações para coletar na página está parado. Né? Assim como o grupo está parado e eu não recebo informações das pessoas que têm a história de Cabuçu guardadas consigo

Áudio 11 = A página Cabuçu tem histórias representa para mim a tentativa de realizar um sonho, que é o sonho de escrever a história de Cabuçu, deixar registrada pras próximas gerações. Então, para mim, representa isso: a realização de um sonho. E, o que leva as pessoas a expor suas memórias em uma página acho que é justamente essa vontade de compartilhar a sua história. Eu observo que quando a pessoa posta uma foto pessoa, como assim, eu tenho uma que é uma menina desfilando no Sete de Setembro. A mãe postou a foto dessa filha que faleceu. Eu acredito que na esperança de que as pessoas comentassem que conheciam e assim... é... relembressem né, trouxessem à memória a vida dessa filha que se perdeu. Então eu acredito que é isso. Quando a pessoa é... expõe as memórias, quando são memórias é... coletivas, né, como o caso do, de alguns desfiles do Brazinha ou a própria Lagoa Azul, eu acho que é na intenção de que todas as pessoas se lembrem e comentem as suas experiências. Mas também tem essa parte aí das memórias pessoais que as pessoas é, compartilham. E a ideia eu acredito que seja realmente essa: lembrar aquela filha que já foi, lembrar aquela mãe, aquele pai que já foi e as pessoas que conheceram comentarem o que gostavam tanto. Eu acredito que seja isso.

Áudio 12 = Minha relação afetiva com o bairro é justamente que eu moro aqui desde que nasci. Então, é... eu gosto muito do nosso bairro pelo fato de eu viver sempre aqui e ter a maioria das minhas memórias relacionadas com o bairro, assim como aconteceu com a minha família, né. Então essa é a relação afetiva né. E... deixa eu ver a outra pergunta aqui.

Áudio 13 = A importância da página para a população do bairro é justamente que as pessoas venham conhecer a história do bairro, né. Venham valorizar o bairro, venham saber é... que Cabuçu já teve um cinema e hoje não tem mais, venham saber, é... que Cabuçu já teve uma fábrica de tintas que era a principal fonte de renda do bairro. E que essa fábrica de tintas tinha uma escola e que nessa escola estudavam os filhos dos funcionários. Isso também eu vim saber a pouco tempo... então, é muito importante que as pessoas conheçam essa história. A importância é essa de resgatar a história e das pessoas conhecerem a sua própria história por aqui morarem.

Áudio 14 = Para que novos participantes entrem para a página seria necessário que as pessoas compreendessem o objetivo do grupo, né. Porque para entrar para o grupo eu teria que abrir novamente o grupo, é... para eles poderem participar. É... participantes, mas não, efetivamente publicando. É importante a participação de novas pessoas para que a história se divulgue não só aqui no bairro, mas até em outros lugares: as pessoas fiquem conhecendo o que é Cabuçu, que bairro é esse, que tem nesse bairro, né. É... o objetivo pro futuro dessa página seria recolher mais informações para que eu pudesse escrever a história de Cabuçu, né, mas isso tá difícil.

2. Aline Gonçalves da Silva

Texto 1 =

1 -

a. Aline Gonçalves da Silva

b. 37 anos

c. Casada (hoje me encontro separada, mas legalmente ainda casada)

d. Sim. 2 meninos

e. Professora

f. Cabuçu

Texto 2 = 2 - Relembrar, compartilhar e assim, de alguma forma, reviver histórias desse bairro, pra mim, maravilhoso.

Texto 3 = 3 - No início, o grupo era aberto e não havia restrições. Porém alguns integrantes aproveitavam o espaço para divulgações de serviços e muitos não acrescentavam para o objetivo do grupo: história do nosso bairro Cabuçu. Com isso, foi preciso limitar a entrada de participantes e aprovação das postagens, para que a fundadora Andreia Cordeiro não ficasse sobrecarregada, incluiu colaboradores para auxiliar na administração da página.

As memórias não têm especificamente um período, basta que os membros postem e interajam.

Texto 4 = 4 - Postagens que façam referência a algo relacionado ao bairro Cabuçu. Espaço geográfico, pessoas, festividades, etc.

Texto 5 = 5 - A fundadora entrou em contato e pediu o auxílio para a filtragem de delimitações já informada. Sobre novos administradores não sei responder, mas acredito que sejam bem-vindos administradores que promovam o objetivo principal.

Texto 6 = 6 - Devido a meu trabalho escolar na forma híbrida e a demanda de tarefas domésticas e com meus filhos meu tempo de interação no grupo reduziu. Mas toda vez que chega solicitação de novas postagens e/ou novos integrantes assim que possível analiso para autorizar ou não. E, quando há atualizações de alguma postagem ou novo comentário, também gosto de curtir e comentar.

Texto 7 = 7 - Descartar propagandas. E, incentivar os membros a publicarem fotos

Áudio 1 = No 7 Marcelle, eu coloquei dessa forma, porque... assim... o objetivo principal que são as histórias de Cabuçu às vezes a gente tem a dificuldade de fazer as pessoas assim... não só o comentário né. Porque eles comentam, assim, se postar uma foto de repente do jornalista, mas... como que tá agora? Será que alguém tem uma foto antiga? Será que alguém tem uma foto ou assim alguma história é... que faça relação com aquela parte ali, entendeu? Assim que o grupo foi lançado, é... veio à tona. Foi muito bacana. Nesse momento, né, hoje em dia o grupo tá até um pouco... não é parado, mas... devido ah... ah... assim... parece que faltou mais incentivo entendeu? E... principalmente com relação às fotos porque é... é perceptível que quando joga uma foto, quando publica uma foto de algum lugar, alguma coisa, aí o pessoal lembra, fala, é... é... então tem essa dificuldade, pelo menos que eu percebo que é de... publicação de fotos mesmo para que a gente possa interagir e conhecer um pouco mais da história.

Texto 8 = 8 - Sim. Pois como falado no áudio acima, ao ver uma publicação os membros se interessam em comentar sobre.

Texto 9 = 9 - O objetivo principal é registrar as histórias de nosso bairro. Sim.

Áudio 2 = É... para um historiador, não sei se vai ser esse o seu objetivo, é... dá para compreender. Nossa, é... tanto eu tenho conhecimento né, pelos relatos dos meus familiares quanto também de alguns membros do grupo que comentam sobre isso né.

Áudio 3 = É... saber que Cabuçu já teve até cinema... né? É incrível pensar dessa forma! É... o nosso bairro, Cabuçu, ele... eu percebo uma dificuldade e... de crescimento, é... até comercial. Você percebe ali o Valverde, o bairro vizinho, tem a praça dali, o mercado, de nome maior né, de que o investimento que eles fazem aqui em Cabuçu. mas, mesmo assim, ainda eu amo Cabuçu. Então, eu percebo, assim, tem muita história! É... essa fazenda, né, que hoje em dia, é tão triste e não triste ao mesmo tempo. Né? Porque eu também não vou falar que é alegre não, mas, assim, ver que vai ter um loteamento ali, é interessante porque... crescimento urbano. Sim! Mas tá tirando uma parte da natureza, tá tirando muita história, ali, principalmente aquela parte da frente na minha infância, aos domingos, meu padrinho me levava pra assistir o pouso das asa-deltas. Enfim, tem muita história. Então eu acredito que, se até tiver né esse incentivo da gente... sempre tá postando ali, lembrando, é... é... nós vamos ter assim muito material histórico, sabe? E, social, né? Então... e de valorização pro nosso bairro até né.

Texto 10 = 10 - Uma forma de resgate e valorização.

Áudio 4 = A resposta 11 eu acho que, de primeiro momento, é, a gente consegue sentir até em algumas postagens, que é como se fosse um espaço é... diante dessa modernidade toda que a gente tem, mas um espaço onde a gente pode expor o, o... a nossa vivência né... o que aconteceu... algo histórico é. o que a gente tem sobre o lugar físico que a gente mora. E, eu acho que é isso, eu acho que representa é... é...

Áudio 5 = É um canal mesmo de exposição da sua história em relação ao local que você vive, viveu ou tem algum conhecimento. É, é, às vezes a gente tem pessoas que não moravam, mas que, por exemplo: “Puxa, vivi o Carnaval”. Né? Tanto dessa época aí, da década de 70, 80, quanto também até mais é... é... década de 90, 2000, alguns locais né. “Ah, lembra quando tinha a piscina da Ana Paula?”. E, algumas pessoas que: “Ah, eu conheci meu marido lá na festa da primavera”. Então eu acho que é um canal onde eles encontraram pra expor assim e lembrar né... como eu coloquei lá em cima, reviver. Lembrar dessas histórias e reviver né.

Texto 11 = 12 - Eu amo Cabuçu. O bairro que vivo desde sempre.

Áudio 6 = É... como a gente diz né... nascida e criada! Então nasci aqui, não necessariamente no bairro né, mas a expressão que a gente usa né: nasci aqui. Nasci mesmo, é... em Nova Iguaçu. Mas, sempre aqui. E, não só no mesmo bairro, como mantenho a mesma rua. Quando solteira né, quando pequena, morava na rua Juá, na parte mais para baixo, ali, e, conheci meu mari... minha vida inteira aqui. Também não estudei em escolas em Cabuçu, estudei no centro de Nova Iguaçu, mas... sempre por aqui. Hoje em dia continuo morando, né, igual coloquei ainda moro até na mesma rua, só que mudei a quadra. E... trabalho aqui também. Então, assim: nasci, cresci, estou me sustentando, né, Cabuçu é o meu sustento, é... sou funcionária pública, mas consegui alocar minhas matrículas no CIEP de Cabuçu. para mim é muito satisfatório. E... não só por conta de, de... é... é... a proximidade do trabalho, porque eu ganho com qualidade de vida, porque é menos tempo de trânsito, é... não tenho, né, esse... esse... terror psicológico de trânsito também. Então tô bem pertinho de casa. E... não só por esse motivo, mas por gostar mesmo. Eu amo Cabuçu. Então eu me sinto muito honrada em contribuir também com o meu bairro.

Áudio 7 = A 13, eu, eu, vejo uma importância desse resgate mesmo, sabe? É... às vezes, na minha família, quando eu vou comentar alguma coisa de alguma postagem, aí lembro: ih, alguém falou disso! Ou então às vezes eu mostro para primos mais velhos ou meus tios né: você conheceu? Você também participou? Então eu acho que é muito importante principalmente por esse resgate da nossa cultura.

Texto 12 = 14 - Pessoas que de alguma forma tem a ver com o bairro.

Texto 13 = 15 - Conhecer o passado e valorizar o que temos

Áudio 8 = Então, a 16, é... eu tinha o objetivo de, de... assim, compilar as informações. É... eu não tenho essa visão histórica né, de historiador, de catalogar. Mas, de repente, igual tô colaborando com você. Se alguém se interessar, eu me sentiria, assim, muito honrada também em ver né, ou até ousar, falar assim, um livro... falando de Cabuçu. É, é... um... um jornal informando né, sobre Cabuçu, todas as riquezas que nós já tivemos, né, toda essa parte cultural que já tivemos e algumas não têm mais. Mas ainda há pessoas, então a cultura ainda existe aqui. Né? E, que de alguma forma, a sociedade conhecendo essa história, é... valorize o que tem, sim, e de repente até tente resgatar né. Por exemplo, o que a gente ainda tem aqui em Cabuçu é o Carnaval. Aí a gente ainda houve algumas pessoas: “Puxa, mas carnaval com marchinhas!”. A gente vê, eu conheço né, eu não sei como é que tá por conta da pandemia também né, é... algumas pessoas que tentam colocar blocos né. Então, de repente, essa parte aí vindo, aí, é cultura para o bem. A gente vai ter uma sociedade melhor, né.

Áudio 9 = A 17, eu acho, assim, de muita importância, porque, por exemplo: é... ali na Probal, é, acho que é a Probal, saber que assim – por que ali a gente chama disso? Né? O que que foi a Probal? É... saber de coisas, assim, como o cinema, que eu já falei. Porque, assim, se eu, eu tô com 37 anos, me admirei quando a minha avó me disse que tinha um cinema, imagina assim, para os meus filhos? Né? Então assim, saber que já teve o Brazinha é... no caso o meu pai falava

do Brazinha. A... existia a... eu não lembro agora o nome, mas era a escola de samba ali do Brazinha. Não se seria esse mesmo o nome, né. Lá no grupo tem até alguém que falou. Mas, teve também depois a Império de Cabuçu, né. Então assim... de saber que tudo isso não existe só lá fora... não existe só na televisão. Aqui também já – e que pode voltar a ter também.

Áudio 10 = A 18 eu acho até que bate um pouco com essa resposta da 17. É reconhecer essa identidade. Reconhecer o nosso passado. Saber que, nem... é... é... Para mim, eu vou até falar assim, já foi melhor, né. Mas... que já teve um outro tipo de organização. Nós já tivemos, é, não só casas e comércios populares, entendeu? Nós já tivemos indústria, essa Probal, não tô lembrando agora o que que é, mas, era loja... loja não... fábrica de tintas, não sei. Então assim, saber da importância que já teve.

Áudio 11 = Bem, a 19, eu entendo como memória individual a memória que cada um tem de si. Né, o que eu vivi, o que eu sei. E a memória coletiva, seria de um todo. Por exemplo, quando se fala lá do Brazinha, eu vou ter o que eu sei do Brazinha, né. E, no meu caso, eu não vivi nesse tempo. Mas aí eu tenho a memória coletiva, que assim, da minha memória individual, que é o que o meu pai, né, algumas pessoas comentavam. Então assim, “puxa, as festas que tinham lá”. Não sei, eu entendo isso. A memória individual, que eu vejo, e a coletiva seria mais ou menos disso, do que eu sei através de adições, de informações de outras pessoas.

Áudio 12 = E a última resposta: sim, contribui. Justamente por isso. Porque a gente vai saber muito mais. Então, não vou olhar para aquele loteamento, ok, o que eu sei é que é um loteamento de casas. Não, mas aqui, de acordo com informações que eu fui lendo, vendo, sabendo... eu conheço, eu fico tendo conhecimento que já teve uma história.

3. Stacy Cordeiro

A administradora Stacy informou que sua participação no grupo foi bem no início, pois sua irmã, Andreia Cordeiro, quando criou o grupo, pediu a ela que auxiliasse no controle das mensagens. O que, segundo Stacy, poderia alterar o objetivo principal da página. Não era interesse de sua irmã que a página virasse uma “página comercial, de anúncios, mas apenas para a História de Cabuçu, como ela desejou desde a ideia de criação”. Após esse momento inicial, ela informou que não participou mais do grupo.

4. Maria Alice Duarte de Araújo

Texto 1 = Dados pessoais. Maria Alice Duarte de Araújo 44 anos solteira 1 filha ocupação administração contábil bairro Cabuçu.

Texto 2 = 2 - fui convidada pela adm Andreia a ajudar a cuidar do grupo. Em face das publicações serem sempre sobre o foco das memórias do bairro e respeito com os participantes

Texto 3 = 3- adm do grupo que criou as regras.

Texto 4 = 4- são aceitos tudo relativo ao bairro Cabuçu, como antigos moradores comerciantes e fatos marcantes do local.

Texto 5 = 5. Não sei te informar ao certo, creio que ela possa colocar gente na adm sim

Texto 6 = 6- olho todos os dias pela manhã e no fim do dia, vendo se não há infrações das regras e apoiando a adm no que precisar

Texto 7 = 7- pessoas que não entendem que não é um grupo político, e nem pra postagens fora do contexto de memórias do bairro

Texto 8 = 8- sim

Texto 9 = 9- a adm pediu que as pessoas contassem suas histórias memórias do bairro, pois gostaria de escrever um livro sobre o bairro. E acredito que aos pouquinhos ela conseguiria

Texto 10 = 10- representa coisas boas do local onde fui nascida e criada, e é bom conhecer fatos que se passaram anteriores ao meu nascimento

Texto 11 = 11-BOM não vejo como expor a vida, e sim como contar algo bom que se viveu naquele momento e que se julgou que possa ser de conhecimento de todos.

Texto 12 = 12. Sou nascida e criada no bairro de Cabuçu e em ter relação afetiva não sei dizer. Mas assim vejo o bairro já com algumas melhorias que no passado não tinha.

Texto 13 = 13- para os mais novinhos terem uma referência de história do local aonde nasceram ou que residem no momento

Texto 14 = 14- que possam contribuir com as memórias que a página foi criada.

Texto 15 = 15- ser de uma referência do local

Texto 16 = 16- isso é a cargo da adm Andreia

Texto 17 = 17-teve fatos que eu desconhecia e passei a saber sobre meu bairro.

Texto 18 = 18- de ele conhecer um pouco do que já foi o bairro enxergar as novas melhorias ou não, rrsrs

Texto 19 = 19- bom individual é a que foi vivida por mim. E na coletiva é uma contada por um grupo

Texto 20 = 20-sim creio que sim, pois várias pessoas de hoje que moram no local não conhecia que já teve cinema em Cabuçu, fábrica de tinta, empresa de ônibus, e hoje em dia não existe mais no local

Texto 21 = Espero ter ajudado.